



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARILIA GABRIELLE DE PAULA

**PÁGINAS LITERÁRIAS DA CORDIALIDADE:
APROXIMAÇÕES E CONTRAPOSIÇÕES EM UMA ANÁLISE CULTURAL
DA MODERNIDADE BRASILEIRA**

**GUARULHOS
2018**

MARILIA GABRIELLE DE PAULA

**Páginas literárias da cordialidade:
aproximações e contraposições em uma análise cultural da modernidade brasileira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo
como parte dos requisitos necessários para obtenção do
título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Arte, cultura e teoria social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Freitas Teixeira

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação
de mestrado em Ciências Sociais defendida em 16 de abril
de 2016 por Marília Gabrielle de Paula sob orientação da
Profa. Dra. Ana Lúcia de Freitas Teixeira

Assinatura da orientadora

**Guarulhos
2018**

PAULA, Marília Gabrielle de.

Páginas literárias da cordialidade: aproximações e contraposições em uma análise cultural da modernidade brasileira / Marília Gabrielle de Paula. - Guarulhos, SP: 2018.

144 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Paulo - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

Orientadora: Dra. Ana Lúcia de Freitas Teixeira

Título em inglês: Literary pages of cordiality: approximations and counterpositions in a cultural analysis of Brazilian modernity

1. Pensamento social brasileiro 2. Cordialidade 3. Literatura modernista 4. Múltiplas modernidades
I. Páginas literárias da cordialidade: aproximações e contraposições em uma análise cultural da modernidade brasileira.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais
Área de concentração: Arte, cultura e teoria social

Páginas literárias da cordialidade:
aproximações e contraposições em uma análise cultural da modernidade brasileira

Autora: Marília Gabrielle de Paula

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Freitas Teixeira

Banca examinadora:

Presidente: Profa. Dra. Ana Lúcia de Freitas Teixeira (UNIFESP)

Titular externo: Profa. Dra. Élide Rugai Bastos (UNICAMP)

Titular externo: Profa. Dra. Mariana Chaguri (UNICAMP)

Suplente: Prof. Dr. José Lindomar Coelho Albuquerque (UNIFESP)

Guarulhos, 16 de abril de 2018.

RESUMO

O objetivo deste artigo visa compreender as possíveis aproximações e contraposições entre o conceito de cordialidade concebido em uma tessitura cultural mais ampla, com base em sua formulação teórica presente em *Raízes do Brasil*, 1936, de Sérgio Buarque de Holanda, e sua possível relação com as obras *Libertinagem* (1930), de Manuel Bandeira, e *Contos Novos* (1947), de Mário de Andrade. Por meio da entrada pela literatura, pretende-se conduzir uma discussão sobre modernidades múltiplas, distinta da que se realiza sob o âmbito político do conceito de cordialidade. Com base na concepção teórica-metodológica desenvolvida por Shmuel Eisenstadt, procurou-se desviar de alguns problemas de previsão que são apontados de maneira recorrente pela fortuna crítica, em termos de inadequação em relação à modernidade tratada por um viés universalista e, propõe-se como referência principal para análise metodológica dos textos literários e da problemática estabelecida, a genealogia histórica concebida por Michel Foucault.

Palavras-chave: pensamento social brasileiro, cordialidade, literatura modernista, múltiplas modernidades.

ABSTRACT

The purpose of this article seeks to understand the possible similarities and contrasts between the concept of “cordiality”, based on the theoretical formulation present in *Raízes do Brasil*, 1936, Sérgio Buarque de Holanda, and the works *Libertinagem* (1930), Manuel Bandeira, and *Contos Novos* (1947), Mário de Andrade. Supported by a cultural conception of the term and through the entrance by the literature, it is intended to conduct a discussion about multiple modernities, distinct from that which is made by the political ambit of the concept of cordiality. On the basis of the theoretical-methodological conception developed by Shmuel Eisenstadt, this paper was tried to deviate from some prediction problems that are recurrently pointed out by the critical fortune, in terms of the inadequacy in relation to the modernity treated by a universalist aspect, and it is proposed as the main reference for methodological analysis of literary texts and established problems, the historical genealogy conceived by Michel Foucault.

Keywords: brazilian social thought, cordiality, modernist literature, multiple modernities.

*Para minha avó, Anna Apolinário,
meu exemplo de luta e sabedoria.
À memória da grandeza daquilo que tudo me
ensinou com sua existência.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha mãe, Sueli, o alicerce da minha vida. Fonte de toda a minha admiração, lugar de aconchego e de onde eu pude ter o apoio incessante para sempre continuar a caminhar.

À minha irmã, Rafaela, pelo amor incondicional e pela proteção sem tamanho. Sem dúvida alguma, você enobreceu os rumos da minha trajetória e eu só poderia retribuir à sua existência com a minha cumplicidade.

Ao meu pai, Ulisses, agradeço pela convivência difícil e pelas dores que tanto nos têm ensinado. Por me mostrar que os dias nascem para que sempre seja possível modificar nossas histórias, perdoar e florescer mais leve, mais vivo e mais compassivo.

A essas três pessoas, minha gratidão e amor são eternos.

Ao meu cão, Napoleão, por ser um dos seres mais incríveis desse mundo, por me proporcionar tanta alegria, amansar minha alma e por ser um amigo de sublime fidelidade.

Às minhas grandes amigas que estiveram presentes em momentos importantíssimos dessa caminhada: à Juliana, pela amizade inabalável de anos e, principalmente, pela compreensão de minhas ausências; à Maria Fernanda, Leticia e Priscilla, amigas que a UNIFESP presenteou-me lindamente com uma bagagem de aprendizados, de sintonia e de experiências únicas durante todo esse percurso. Obrigada, a todas, por terem sido e por continuarem sendo parte enorme do meu coração.

À minha querida Eudis, por lembrar-me sempre da coragem como um dos grandes estímulos no começo de todo este trabalho.

Agradeço profundamente e com muito carinho à minha orientadora Ana Lúcia Teixeira, que foi professora e amiga. Obrigada pela atenção indizível e pela grande confiança que sempre depositou em mim como pessoa, no meu trabalho, nessa pesquisa e por acreditar tanto em minha capacidade como profissional. Obrigada pela parceria enriquecedora, pela troca intelectual tão frutífera, pela proximidade emocional e pelo acolhimento em todas as situações e circunstâncias.

Por fim agradeço à CAPES, agência que financiou esta pesquisa, propiciando a realização da mesma e permitindo-me novas e gratificantes experiências acadêmicas.

“Com pedras ruins levanto o horror, e com horror eu amo.

Não sei o que fazer de mim, já nascida senão isto:

Tu, Deus, que eu amo com quem cai no nada.”

(LISPECTOR, [1968] 1999, p.143)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
Parte I: Leituras e releituras de Sérgio Buarque de Holanda	06
CAPÍTULO I: Localizando as polêmicas: olhares e perspectivas	06
1.1: As interpretações do conceito de cordialidade	11
1.2: Estabelecimento dos discursos pela fortuna crítica de <i>Raízes do Brasil</i>	11
1.3: A possibilidade de outros caminhos e análises	14
Parte II: Pressupostos teóricos e metodológicos	16
CAPÍTULO II: A modernidade como processo por detrás da literatura	16
2.1: Atraso brasileiro ou modernidades múltiplas?	16
2.2: Literatura modernista à luz da genealogia de Michel Foucault	21
Parte III: A circulação de ideias no cenário do modernismo brasileiro	26
CAPÍTULO III: O prelúdio das páginas literárias	26
3.1: Manuel Bandeira	29
3.2: Mário de Andrade	53
Parte IV: “Somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”	114
CAPÍTULO IV: Cordialidade concebida como noção de <i>acontecimento</i>	114
Parte V: “Corpo e alma do Brasil ¹ ”: em correlações e desdobramentos	118
CAPÍTULO V: Um imaginário cordial e suas interações simbólicas	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
ANEXO: Levantamento Bibliográfico	133

¹ Título em referência ao texto de Sérgio Buarque de Holanda, originalmente publicado na revista *Espelho*, Rio de Janeiro, em março de 1935. O texto em questão traz já um ano antes da publicação de *Raízes do Brasil*, em 1936, o adiantamento da discussão acerca da cordialidade e da “psicologia do nosso homem cordial”.

INTRODUÇÃO

Não obstante o significativo acúmulo de experimentações teóricas a que foram submetidos os conceitos e elementos presentes no primeiro ensaio de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, é notável a amplitude teórica dos mesmos e o leque de possibilidades vigorosas que continuam apresentando para se pensar a cultura do país.

Em vista disso, esta dissertação de mestrado, em geral, propõe, como objetivo esquadrihado, a correlação do conceito de cordialidade com uma produção literária pertencente ao complexo Modernismo brasileiro a partir de algumas obras dos escritores Manuel Bandeira e Mário de Andrade, obras nas quais aspectos que constituem o conceito - definido pelo movimento de transposição da esfera privada para a esfera pública da herança rural, do personalismo, do patriarcalismo e da aversão ao ritualismo, por exemplo - parecem compor elementos específicos na interpretação do mundo social.

Ambos são autores que possuíam um profundo comprometimento com a busca da nacionalidade brasileira e com a modernização da sociedade, sobretudo na fase “heroica” do movimento modernista, fazendo isto através da exaltação do traço local, revelando o que tínhamos de mais peculiar, antes visto como inferioridade, transformada em matéria significativa de ser estudada. Com base nisso, circunscrevendo o *corpus* textual literário, de início foram selecionados, na prosa, 4 contos presentes em *Contos Novos*, de Mário de Andrade, publicado em edição póstuma em 1947 e que consiste na reunião de nove das doze narrativas que o autor arquitetou entre 1924 e 1944.

Na poesia, serão 13 poemas inscritos em *Libertinagem*, de Manuel Bandeira. Sobre os primeiros, a escolha de contos com maior destaque como *O poço*, *O Peru de Natal* e *Frederico Paciência* resulta da centralidade que constituem na costura do conjunto da obra, porém não reduzem a pertinência dos elementos relevantes à investigação sociológica contida nos demais. O mesmo acontece com a poesia, na qual se sobressaem, dentro da perspectiva proposta, *Irene no Céu*, *O anjo da guarda* e *Não sei dançar*, sem obliterar a importância de poemas com questões ainda pouco discutidas a partir desse foco analítico.

Desse modo, partindo de uma perspectiva que considera a cordialidade em uma tessitura cultural mais ampla, pode-se observar que o conceito não aparece exclusivamente na obra de Sérgio Buarque. Embora tenha sido através do historiador

que o mesmo tenha se assentado como formulação teórica mais sólida, é possível expandir tal perspectiva, ainda que de maneira heterogênea, também à produção literária da época. Sendo assim, é possível demonstrar que a acepção do conceito torna-se mais complexa e também mais imbricada com a análise de dimensões culturais diversas, assim como se abrem possibilidades distintas para o debate que orbita em torno da noção de modernidade construída pelo pensamento social brasileiro referente à captura desse espaço simbólico que envolve essa nossa inquietante dimensão “cordial”.

A partir dessas questões, o presente texto apresenta esta introdução juntamente com quatro partes, as quais concernem respectivamente à construção de quatro capítulos. Com o propósito de trazer um panorama de leituras, interpretações e polêmicas realizadas em torno do cenário de uma circulação de ideias que se aproximam daquilo que conceituamos, historicamente, como cordialidade, a primeira parte também foi dedicada à compilação de uma bibliografia acerca da implantação de alguns discursos sobre os desdobramentos do conceito, assim como encaminhou algumas maneiras pelas quais são repensados tais olhares e a viabilidade de traçar outras veredas e elaborar novas formas de análise.

Na segunda parte, permitindo uma nova análise que difere do embasamento frequentemente proposto nos estudos que privilegiam o viés político do conceito, discutiu-se, por sua vez, a possibilidade de uma concepção distinta de sua relação com a noção de modernidade a partir de pressupostos teóricos e metodológicos de Shmuel Eisenstadt, em busca de estabelecer algumas aproximações e contraposições entre o conceito de cordialidade, formulado por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, e o ideário modernista, tendo como representantes obras dos literatos já citados, no que se refere à possibilidade da formulação do conceito como uma problemática que permeasse tal momento histórico e cultural. Para tanto, do ponto de vista metodológico, apresenta-se os caminhos para conduzir uma discussão sobre manuseio da literatura através da genealogia histórica em Michel Foucault.

Priorizando o percurso que foi considerado mais profícuo e visando uma maior progressão de sentido na pesquisa: primeiramente, formalizada a problemática compreendida e interiormente associada aos interesses do pensamento social brasileiro, definiu-se, assim, o aproveitamento da literatura enquanto objeto e esclareceu quais as indagações, os conteúdos e os horizontes que busquei nela, sem que isso tenha significado tomá-las como previamente dadas.

Nesse sentido, pretendi, antes, indicar meu ponto de partida sobre os apontamentos, correlações e distanciamentos que proponho entre uma cordialidade diagnosticada em *Raízes do Brasil* e um conjunto de aspectos sociais e culturais, entendidos como característicos do conceito, os quais na literatura podem apontar outro caminho de prognóstico que dialogue com a noção de modernidade que estabeleço. Depois disso, confrontei os textos literários, observando a relação entre o que pode pulsar nos paralelos e contrastes aparentes desse vínculo.

Portanto, este confronto se deu em direção à terceira parte, justamente na tentativa de garantir maior rigor analítico à pesquisa. Era necessário, como precedente, a meu ver, assentar claramente o que estava a procurar na literatura escolhida, em vista da existência de uma ampla crítica literária sobre Manuel Bandeira e Mário de Andrade, desse modo, estreito meu recorte dentro de outro plano de preocupação teórica. Não para implantar o problema nela, mas para verificar, de fato, se as suposições, agora mais fundamentadas, apontadas no projeto e estendida aos quatro capítulos apresentados, realmente desenvolvem-se e estabelecem o diálogo pensado ali e a partir de minhas impressões enquanto pesquisadora que formula tal problemática.

Pretendi no interior das obras literárias, além de perseguir conceitualmente um possível horizonte que delineie o que consideramos como cordialidade (e outros possíveis prognósticos em relação à nossa cultura), a qual, nesse sentido, ganharia especificidade na literatura, buscar também a possibilidade de compor um problema teórico mais amplo que abarcasse modos de imaginar o moderno, concebendo-os, então, em um quadro mais extenso de circulação de ideias, o qual se organizaria questionando se os conteúdos da cordialidade, como conjunto de aspectos e elementos, refletem sobre a modernidade a partir das noções de desigualdades referentes ao que apontei com a dicotomia terminológica “solar e obscura”.

Em vista dessa fundamentação sociológica, para análise social do texto literário foram estipulados alguns critérios metodológicos que assegurassem as questões mencionadas acima. Foram consideradas a forma estética e a temporalidade de cada obra; o eu-lírico e os narradores quando estes aparecerem direcionando o texto de uma maneira específica e significativa no que tange à proposta desta pesquisa e as interações dos personagens no que diz respeito à intenção de buscar um modo de se imaginar o moderno dentro do plano da microssociologia.

Nesse sentido, no que configura a quarta parte desta dissertação, foi centralizada a noção de *acontecimento* para apreender a cordialidade em diálogo, por sua vez, com

as noções de atualidade e problematização que constituem a ideia de ontologia crítica do presente na obra do autor francês juntamente com a função do texto literário selecionado. Por fim, na quinta parte do texto, após a análise minuciosa do texto literário e, frente ao que dele floresceu, amarrou-se a conclusão do manejo do conceito de cordialidade, enquanto um ideário amplo de época, em dois eixos de diagnósticos: um ângulo, advindo de *Raízes do Brasil* – fadado a desaparecer-, e, o segundo, decorrente da literatura, amarrados ao deslocamento da discussão que desemboca em uma outra visão acerca de nossa organização em termos que representariam traços da modernidade.

Sendo assim, desenvolveu-se uma proposta de apreensão da cordialidade a partir de determinado meio cultural e intelectual, no qual diferentes autores interpretam as características que foram formuladas por Sérgio Buarque em termos de abrangência do termo, isto é, as características que possivelmente atravessavam diferentes produções intelectuais do período, inclusive literárias.

Como consequência do debate exposto nos capítulos anteriores, foi tratado o que proponho como imaginário moderno enquanto captura de um espaço simbólico em dois eixos. Desse modo, trato de um imaginário que corresponda não apenas a uma construção de ideia sobre o Brasil moderno dentro dos estudos acadêmicos, mas, sobretudo, uma organização, ou até idealização, formulada no interior de nossas relações sociais cotidianas, definindo um perfil do que significaria “ser brasileiro”.

Retrato, este, realizado nas bases do desenho delineado pela projeção de uma índole, feição ou temperamento típico e propriamente localizado na concepção sedimentada também no tecido cultural das interações praticadas pelos indivíduos no que se refere à sua abrangência dentro da microsociologia, apoiada em um conjunto de valores que são reafirmados sistematicamente em tais convívios, ações e interlocuções.

Por essa razão, o que chamarei de dimensões solar e obscura do conceito de cordialidade expressa a tentativa terminológica em conceituar as substâncias que permeiam esses eixos. A imagem construída, historicamente no âmbito dos estudos acadêmicos sobre o que somos nós com relação à argumentação encontrada no livro de Sérgio Buarque, também encontra espaço convergente na formulação simbólica que edificamos entre nós, isto é, na teia cultural dos papéis sociais que englobam a caracterização de uma espécie de personalidade brasileira que nos identifica a partir de uma representação de povo singularizado apenas sob a luz aparente das qualidades afáveis e próximas do coração. Uma familiaridade que pouco é analisada em sua face

capaz de obscurecer socialmente a relação desigual entre atores ou grupos que possuem reconhecimentos distintos.

Parte I: Leituras e releituras de Sérgio Buarque de Holanda

“Respondendo à pergunta sobre como via o futuro da área do pensamento social brasileiro, aponte a contemporaneidade da temática que constantemente o animou (...) a problemática da emancipação, do direito à diferença, dos limites à liberdade, da definição da dignidade como projeto social, do reconhecimento, da exclusão/excludência, foi objeto recorrente dos estudos sobre a formação nacional. A condição não democrática do país - colônia, escravidão, sucessão de ditaduras, extrema desigualdade na distribuição de bens - constituiu-se no cenário em que a solução dos impasses político-sociais se impunha à reflexão e exigia um olhar mais atento à realidade.” (BASTOS, 2011, p. 52)

CAPÍTULO I: Localizando as polêmicas: olhares e perspectivas

É necessário, antes de tudo, salientar o debate polêmico acerca da concepção e dos desdobramentos do termo ao longo da discussão que emerge de sua fortuna crítica. A partir de um breve apanhado das variações do conceito, retomamos a designação dada por Ribeiro Couto, em carta² a Alfonso Reyes, à cordialidade como “a atitude de disponibilidade sentimental da fusão do homem ibérico com a terra nova e as raças primitivas”. Já Gilberto Freyre, a partir 2ª edição (1951) de *Sobrados e Mucambos* na qual a publicação é refundida pelo autor e acrescida de introdução, 5 capítulos e de numerosas notas, sublinhara que “a simpatia à brasileira transforma esse rito como já dissemos essencialmente apolíneo de amizades entre homens em expansão caracteristicamente brasileira, dionisiacamente mulata, de cordialidade” (FREYRE, 2006 p.791).

Entretanto, para Sérgio Buarque, o conceito alinha-se à definição adotada pelo teórico Carl Schmitt³, em *O Conceito Político*, publicado em 1933, no qual elucida dois termos da acepção de político: a distinção entre amigo e inimigo apoiada na disparidade entre as esferas pública e privada. Tal inclinação difere daquela referida pelo escritor Ribeiro Couto, esclarecida também na 2ª edição (1948) de *Raízes do Brasil*. Desse modo, é incorporando tal ideia que Sérgio Buarque enfatizou em nota que “a inimizade, sendo pública ou política, não cordial, se chamará mais precisamente hostilidade” (HOLANDA, 1995, p. 205).

² Cf. REYES (1932). A expressão original “homem cordial” é do escritor Ribeiro Couto, em carta datada de 7 de março de 1931 e dirigida a Afonso Reyes, o qual publicou um trecho da mesma em sua revista *Monterrey*. A cópia da carta original é documento que hoje integra o Arquivo Ribeiro Couto e está sob a guarda do Arquivo-Museu de Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro.

³ Cf. Nota de rodapé redigida por Sérgio Buarque de Holanda na 2ª edição de *Raízes do Brasil* em resposta à crítica do escritor Cassiano Ricardo (1948) em torno da acepção do conceito de cordialidade. O autor faz esclarecimentos e cita Carl Schmitt apontando inspiração teórica do termo.

Segundo Pedro Meira Monteiro (2015), tanto Sérgio Buarque quanto Gilberto Freyre suscitam o incômodo diante do ponto nevrálgico que gira em torno do passado patriarcal. Ambos sublinham um conflito, porém gerado em vias opostas, já que, com a urbanização, o conflito para o primeiro é traço indefinido e, para o segundo, este advém de um antagonismo que, simultaneamente, se equilibra na “figuração de um mulato cordial” (MONTEIRO, 2015, *eBook*), percorrendo uma linha de análise moral muito mais próxima à de Cassiano Ricardo, o que acaba por sublimar, de certo modo, o desconforto político e cultural que toda essa discussão e conceito carregam em um terreno espinhoso e também polêmico que desemboca no tema da miscigenação, mas que não é foco deste trabalho por ora.

Com o mesmo objeto de análise, Élide Rugai Bastos (2005), em seu artigo “*Raízes do Brasil e Sobrados e mucambos: um diálogo*” aponta, ainda que divergentes em muitos pontos conclusivos, ambos constituem parte importante de ruptura com o que se considerava uma “sociologia da formação brasileira”, a qual se caracterizava mais por um empenho de reflexão coletiva do que por um compromisso rigoroso de produção de conhecimento científico.

A autora ressalta, de modo importante, que as versões explicativas que encontramos nos clássicos intérpretes do Brasil⁴, se dão por uma razão simples, mas densa, que é a do posicionamento da tradição em lugares distintos em seus olhares. De uma maneira bastante próxima ao que entendemos como genealogia, o caminho trilhado por Sérgio Buarque define-se pela retomada das formas de sociabilidade características de nosso passado “originário” e, portanto, enraizado, mas com a pergunta aflitiva sobre seus mecanismos de ação no presente. O inquietante de seu questionamento não é o ímpeto em reestabelecer os processos, mas de analisar a mentalidade desenvolvida a partir dessas formas e instituições que marcam, para Sérgio Buarque, possíveis rumos na direção do caráter de uma identidade nacional.

Interessante seria pensar também como essas formas de sociabilidade podem, de algum modo, reverberar na literatura, que é proposta deste trabalho, fazendo isto ao coser questões sobre as vias que estavam para ser superadas junto a este passado conflitante, assim como costurar um entendimento frente à indagação de qual futuro nascente continha, ou contém, naquele presente marcado historicamente.

⁴ Aqui me refiro, obviamente, às obras *Casa-grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e mucambos* (1936), ambos de Gilberto Freyre; a *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda e *Evolução política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), ambos também de Caio Prado Júnior.

Para Sérgio Buarque a relação mais enérgica deste contexto pode-se dizer que está pautada, entre outras também relevantes, na correspondência entre as mudanças políticas ocorridas e a construção de uma nova representação da sociedade, alicerçada nesta mentalidade que, naquele momento, deveria fazer jus às transformações em curso e superar-se igualmente da maneira almejada, permitindo a elaboração do célebre diagnóstico que se encaminhava ao alcance urbanizado e moderno.

Raízes do Brasil configura-se como um “texto aberto a várias soluções” e este seria também um de seus “aspectos mais ricos” (BASTOS, 2005, p. 21). A meu ver, além disso, indubitavelmente, essa abertura também desenharia um de seus aspectos que mais envolveram riscos de interpretações de seus prognósticos não logrados respectivamente da forma que foram sugeridos no ensaio. Nesse sentido, observa-se que para Gilberto Freyre a família patriarcal é núcleo organizacional de unidade assegurada pelas formas sociais. Sérgio Buarque, no entanto, vai pela contramão deste argumento e assinala o personalismo como raiz da inanição de nossa organicidade.

Então, talvez seja possível afirmar que Gilberto Freyre, nessa lógica, fosse mais cético do que Sérgio Buarque em relação à ideia de mudança, o que facilita observar como a noção de organicidade aparece em vias muito distintas de sustentação nos dois autores. Através do que mostra Élide Rugai Bastos, é possível também analisar a dicotomia entre *público e privado*, presente no livro, por meio da analogia entre *rural e urbano*. Esta relação é interessante na medida em que auxilia a linha de pensamento deste trabalho enfatizando a relevância do conteúdo social advindo das formas sociais e de sua mentalidade correspondente, pois a análise se dirige primeiramente às ordenações culturais que as preenchem e não à perspectiva política de maneira ordinária.

O processo de urbanização aparece em Sérgio Buarque como um fenômeno afetado diretamente pela organização da família patriarcal e de sua *desordem* inviabilizadora dos ideais citadinos, desequilíbrio que se mantinha ativo, porém fadado ao prazo de validade por volta do decênio de 1950, como apontara o autor. A questão que é colocada e que recai sobre esta pesquisa é a seguinte: quais noções de cidade, de urbano e de modernidade estão, de fato, sendo tratadas? E o que envolve e exclui tais considerações?

Desse modo, buscarei pensar, para a confecção final do texto de dissertação, este predomínio das consequências do patriarcalismo na configuração social e cultural - não apenas das instituições com aspirações modernas -, mas ao considerar como ela

desponta na literatura e qual particularidade expressiva ganha dentro desta forma estética permeando as relações sociais deste indivíduo que se constrói dentro do imperativo de distinção de impessoalidade que recusa o personalismo, analisando também se ela oferece outras saídas à abertura deixada por Sérgio Buarque. O autor concebe a incompatibilidade entre as ordens do Estado e da família, o que faz, por sua vez, com que refute a viabilidade de gradação entre as duas, como salientava Gilberto Freyre o alongamento da esfera doméstica à instância estatal.

Sendo assim, faz parte dos próximos passos desta pesquisa também refletir sobre a viabilidade em encontrar semelhanças ou contrastes demonstrados na literatura acerca desta descontinuidade, e até oposição, entre Estado e família, apontada por Sérgio Buarque. Isto é, pretende-se observar na parte do conteúdo social que oferece parcela de sentido ao texto literário, em Manuel Bandeira e Mário de Andrade, alguma similaridade ou contraposição à ideia de que não nasce um Estado como prolongamento da esfera doméstica, mas surge uma refutação ou incompatibilidade à representação de um Estado frente à predominância da família, patriarcal, neste contexto.

Com base nisso, ressalto que o conceito de cordialidade será considerado a partir do sentido que o próprio Sérgio Buarque deu ao texto remetendo-se à sua definição “etimológica” (HOLANDA, 1995, p. 204) ao salientar que cordial deriva de “cor, cordis”, coração em latim, e não significa gentil, amável e ainda menos polido, o que reduz a definição e a generaliza. Este sentido contestável apoia-se numa leitura, muitas vezes, equivocada e até em uma interpretação psicologizante, na medida em que deriva de uma leitura psicogenética das relações sociais com a qual este trabalho não se alinha.

É fundamental sublinhar esse aspecto, pois parece ter havido uma espécie de assimilação do conceito, por parte da crítica de *Raízes do Brasil*, muito mais próxima da definição de Ribeiro Couto⁵ do que daquela adotada por Sérgio Buarque. Segundo este último, o homem cordial seria um indivíduo que tem suas expressões ligadas a um fundo emotivo, de maneira que é bastante inaccurado pressupor que ele se refira apenas à concórdia, posto que ele, todavia, possa designar a disposição para condutas extremamente violentas, física ou simbolicamente.

Há também de se destacar, já que foi mencionado o termo, que o autor não tomou a cordialidade necessariamente como produto final da miscigenação, ainda que,

⁵ “(...) a Família dos Homens Cordiais, esses que se distinguem do resto da humanidade por duas características essencialmente americanas: o espírito hospitaleiro e a tendência à credulidade. Numa palavra, o Homem Cordial. Atitude oposta do europeu: a suspicácia e o egoísmo do lar fechado a quem passa.” (COUTO *apud* BEZERRA, 2005, p. 125)

ao longo dos capítulos antecedentes àquele designado à discussão do homem cordial, ele construa sua base argumentativa em tipos⁶ sociais que permitiriam uma associação desse cunho. Desse modo, é na família patriarcal e na herança rural que ele identificava a origem primordial do conceito, isto é, na formação de um tipo de sociabilidade que presume a transposição da ordem privada para a ordem pública.

Em vista disso e apoiadas principalmente nessas questões, as críticas dirigidas a esse conceito se deram quase exclusivamente no âmbito dos estudos políticos, nos quais o mesmo é desqualificado na medida em que se apresenta como inviabilizador das relações de caráter impessoal e burocrático. No entanto, de modo a não negligenciar sua relevância teórica para esses estudos, analisá-lo no que tange às ordenações da cultura, apresentando uma leitura por outro ângulo, mostra a pertinência da utilização do conceito que não pode ser atingido pela crítica que se afigura do ponto de vista político, pois, a partir do objeto literário, os aspectos intrínsecos à cordialidade não demonstram ter sido superados, assim como não são considerados presumindo-se que teriam sido ultrapassados após o processo de modernização e urbanização que o país atravessaria nas décadas de 1940 e 1950, tal como encontramos em *Raízes do Brasil*.

Logo, abre-se a possibilidade de, em face da literatura, estabelecer um diálogo entre as projeções históricas e culturais do conceito de cordialidade. E, desse modo, parece importante para a discussão da crítica a análise, nas obras de Manuel Bandeira e Mário de Andrade, de aspectos ligados ao conceito desenvolvido no livro de Sérgio Buarque, pois resultam numa formulação sociológica, com suas correlações e contraposições, a partir de seus prognósticos em relação ao alcance de uma *possível modernidade*. Há, portanto, um lugar neste pensamento que sustenta a figuração das raízes do país como um enigma a ser esclarecido com base nas imprecisões de um futuro que seria construído sob o eixo de uma sociedade *moderna* em um país desterrado e onde “todos são barões”.

⁶ Foram realizadas análises importantes sobre aproximação das figuras humanas presentes em *Raízes do Brasil* (a exemplo, as figuras do “semeador-ladrilhador” e “trabalhador-aventureiro”) com os de orientação sociológica “tipos ideias” e “tipos sociais” inferidos nas obras dos alemães Max Weber e Georg Simmel, respectivamente. É relevante destacar os trabalhos de MONTEIRO (1999) e WEGNER (2000), que estenderam os estudos em diferentes momentos da obra de Sérgio Buarque de Holanda e apontaram influências de Max Weber, Vilfredo Pareto e de alguns membros da Escola de Chicago. E análises mais recentes como as de CANDIDO (1995), COHN (2002), WAIZBORT (2000), WAIZBORT; GOLDFEDER (2009) e PAULA (2013), as quais introduzem a discussão sobre a correlação teórica entre o escritor brasileiro e Georg Simmel.

1.1: As interpretações do conceito de cordialidade

Com base no que foi exposto, procurei compreender alguns aspectos contraditórios vinculados a uma espécie de instauração de discursos relacionados à cordialidade e, fundamentando metodologicamente essa análise por reagrupamento temático, pretendi abordar alguns desses aspectos, no que tange a consideração de condutas legitimadas e estigmatizadas em nossa organização social, quando confrontadas com as noções de tradição, atraso e modernidade.

Foi realizado um levantamento bibliográfico da crítica, entre 1981 e 2016, e, por conseguinte, procurei sistematizá-lo por temas como: política, cultura, esfera doméstica e critérios de julgamento moral, a fim de transformá-los em dados para a problemática proposta e analisar quais atitudes e condutas são ratificadas e quais são tachadas negativamente e, muitas vezes, apoiadas somente em conclusões pouco minuciosas da obra, no que tange ao polêmico diagnóstico acerca do suposto entrave brasileiro em se tornar um país moderno. Por fim, e através dos resultados da observação e leitura, pretendo finalizar a discussão com a problematização da formação acadêmica dos discursos verificados.

1.2: Estabelecimento dos discursos pela fortuna crítica de *Raízes do Brasil*

Para elucidar as ocorrências frequentes de tal abordagem, no que concerne ao material pesquisado, deu-se preferência a artigos publicados em revistas acadêmicas, considerando a intenção de analisar a produção científica mais atual em relação ao conceito, assim como considerou-se o formato deste trabalho e o tempo hábil para um estudo de maior qualidade. Entretanto, além da amostra dos 25 artigos selecionados, há dois livros que também compõem o material, visto que já faziam parte da revisão bibliográfica realizada em meu relatório de Iniciação Científica⁷, concluído em 2013.

Quanto ao período de análise, limitei-me aos textos publicados nos últimos 30 anos, pois configuraria um intervalo de tempo, no qual houve um crescente número de estudos, artigos, dissertações e teses de doutoramento na área do pensamento social

⁷ Cf. PAULA (2013). Tais estudos compõem objeto de revisão bibliográfica realizada em um dos capítulos do relatório final de Iniciação Científica apresentada à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Aqui me refiro principalmente ao percurso teórico, o qual retomou algumas das discussões mais recentes propostas pela crítica em relação a esse tema no que diz respeito ao âmbito político da cordialidade. Para a pesquisa de mestrado, foi feito um levantamento bibliográfico mais extenso e atualizado a partir de um reagrupamento temático.

brasileiro, conforme é apontando por importantes pesquisadores em entrevista⁸ publicada em 2011.

Além disso, vale destacar que tais artigos foram publicados, em sua grande maioria, em revistas de reconhecimento na área das Ciências Sociais e que exercem grande influência sobre o tema. O intuito de realizar um reagrupamento temático de palavras presentes no material selecionado contribui para observarmos a qual contexto esses artigos remetem em suas leituras: qual relação com um determinado tipo de cidadania, civilidade, desigualdade e distinção; qual imaginário de moderno está assentado pelo cânone? A tabela abaixo enumera, de maneira exaustiva, as ocorrências de palavras que podem ser associadas aos determinados âmbitos e ângulos de análise, como pode ser observado a seguir:

Âmbito político: político/a (397); democracia (210); Estado (193); liberal/liberalismo (102); burocracia (33); patrimonialismo (21); oligarquia (15); administração pública (14); normativo/a (13); lei/eleições (7); anarquismo (1); integralismo (1); fascismo (1); direita (1); esquerda (1).
Âmbito cultural: cultura (110); identidade (26); afetivo (21); proximidade (15); nacionalidade (11); cotidiano (2).
Esfera doméstica: família/familismo/círculos familiares (80); solidariedade social (8); vida coletiva (22); coesão (10).
Crítérios morais: moderno/modernidade/modernização (278); impessoal (67); racionalidade/racionalização (93); tradição (89); civilidade (88); rural (80); atraso (58); amoral (31); dificuldade (30); ausência (28); irracionalismo (25); impasse (24); mal-entendido (23); falta (18); dilema (16); desordem (14); entrave (4); moralidade coletiva (4); hospitalidade (3); caloroso (3); patologia (2); antirracionalista (2); antipolítica (2); defeito (2); carência (2); comunhão (2); ideias fora do lugar ⁹ (1); debilidade (1); defasagem (1); ordenadoras (1); disciplinadoras (1); generosa (1); abolição das distâncias (1).

A modificação do olhar, ou seja, de apreciação e depreciação, pode ser compreendida se houver um esforço que busque desnaturalizar a ideia de “radicalização” total¹⁰, cujo resultado se dá também na noção quase exclusiva do

⁸ Cf. SCHWARCZ; BOTELHO, 2011a e 2011b.

⁹ Alusão ao artigo de Roberto Schwarz (2000), intitulado “As ideias fora do lugar”.

¹⁰ Cf. MONTEIRO (2015), capítulo 1, no qual o autor busca avaliar as consequências do célebre prefácio de *Raízes do Brasil*. Segundo ele, é importante salientar que a partir da década de 1970, a leitura do livro raramente estaria afastada da visão deixada por Antonio Candido nas edições decorrentes. “O prefácio de Antonio Candido validava e sugeria, a partir do final dos anos 1960, uma leitura que privilegiasse em *Raízes do Brasil*, de um lado, o método, enquanto, de outro lado, apontava para a magnitude do problema político” (MONTEIRO, 2015, *eBook*).

imaginário moderno da cultura do país. Isto consiste em desnaturalizar aquilo que seu êxito assentou outrora, do qual nosso olhar é também resultante, a exemplo da própria visão da fortuna crítica em analisar, excessivamente, os aspectos do livro pelo ângulo que privilegia o recorte político e histórico do termo sem, muitas vezes, considerar sua amplitude em outras adjacências, como a cultural.

Por consequência, esta “institucionalização” acadêmica acaba também representando uma espécie de ponto de partida ordinário e de necessária apreensão e convivência para toda produção e avaliação de seus estudos e, por essa razão, a invenção, inovação e ruptura apenas parecem ser algo posterior ou secundário, após a incorporação desse olhar da tradição.

Diante da tabela apresentada, pode-se perceber que há uma recorrente análise pautada por critérios de julgamento moral predominante nos estudos pautados pela chave de discussão política, a qual quase sempre envolve apenas a concepção de Estado, democracia e liberalismo. Observa-se ainda que, mesmo possuindo uma recorrência significativa de palavras que remetem à esfera doméstica ou familiar, as abordagens não consideram a reflexão das mesmas nos aspectos culturais, tais como a transposição de aspectos da esfera privada para a pública, que se poderia apreender de forma enraizada nas filigranas das relações cotidianas, e não apenas quando pensamos nas grandes instituições e nas demais instâncias macrossociais.

Nesse contexto, conceitos como modernidade e racionalização são mais valorizados se fundamentados em arranjos distintos e não são empregados às formações sociais e processos que aqui se deram. Tradição, ruralidade e cordialidade, por exemplo, são quase exclusivamente dispostos em visões depreciativas, quando, na atualidade, é complexo negar a modernização. Parece mais proveitoso tentar compreender a maneira e os mecanismos que foram estabelecidos para sustentar esses aspectos intrínsecos à cordialidade. Diante disso, evidencio que não se trata aqui de negar a relevância de tais trabalhos, nos quais são obviamente notáveis as contribuições ao debate. No entanto, nesta pesquisa, o esforço e a preocupação teórica estarão voltados para outro ângulo de análise, tão indispensável quanto o primeiro.

A sistematização dos textos e artigos, realizada por reagrupamento temático, é bastante válida para retomarmos mais profundamente o que vem sendo elaborado pela crítica e, assim, fazer análises mais consistentes frente aos dados. Além disso, ela reflete a possibilidade de que tais pressupostos uniformizadores, não apenas em relação à cordialidade, mas às considerações de uma organização social racionalizada, tão

recorrentes na sua fortuna crítica, se apresentem principalmente quando *Raízes do Brasil* é abordado a partir de um tema mais amplo do que o da modernização apenas vinculada à política. Em larga medida, pode-se também observar quão problemático se torna a não consideração de outras conjunturas e arranjos, como a noção de modernidades múltiplas¹¹, que será tratada mais detalhadamente adiante.

Sérgio Buarque não estava preocupado necessariamente em traçar uma “identidade nacional” estável ou essencializada, uma vez que buscava salientar as tensões essenciais entre formas de sociabilidade na sociedade brasileira em seu devir histórico, tematizando, assim, uma série de impasses e possibilidades para o presente e o futuro, a partir do passado. Por essa razão, parece válido questionar a visão cristalizada e a padronização do conceito de cordialidade, assim como de seus habituais desdobramentos. É fundamental questionar se os segmentos e olhares da sociologia, da ciência política e da história, para esse conceito, continuarão mantendo esse tipo de imaginário do moderno, no qual o desigual, o diverso, o cultural e o simbólico timidamente aparecem.

1.3: A possibilidade de outros caminhos e análises

O desenvolvimento do pensamento social brasileiro balizou-se, em grande parte, nas constantes idas e vindas em torno das premissas que discutiam nosso progresso e rompantes de transformações que nos tornassem uma sociedade mais “civilizada”¹². No entanto, sociedades vistas como subdesenvolvidas ou atrasadas, como tanto foi classificada a nossa, ao expandirem-se de modos singulares, alcançaram um novo patamar que exige outros tipos de análise que considerem seus mecanismos e instrumentos de organização, dentro de uma variedade de sistemas que não excluem problemas, mas que, no entanto, precisam ser relativizados.

Nesse sentido, a assertiva sobre um caráter ou identidade nacional autêntica é problemática e passível de crítica quando ainda é reproduzida sem atualização e ressignificação de novos espaços simbólicos em seu movimento dinâmico e histórico

¹¹ Cf. EISENSTADT, 2007.

¹² Termo recorrente nos textos analisados durante a revisão bibliográfica, a qual faz parte das etapas do reagrupamento temático exposto no capítulo anterior. O levantamento bibliográfico está disponível e anexado ao fim deste trabalho. Por fim, é importante salientar que essa ideia aparece significativamente em AVELINO FIHO, [1987] 1990.

sob um mesmo referencial empoeirado, até mesmo a análise da persistência de determinados traços se torna mais profícua com a revisão de nossas lentes.

Desse modo, é possível trazer outro conceito à discussão e tentar pensar sobre as margens produzidas nesse contexto. O espectro desse pensamento, sobrejamente definido por concepções contrapostas, gerou a necessidade, em um imaginário, de superação de dicotomias tradicionais e dualistas como velho e novo, atrasado e urbanizado, desajustado e civilizado, até o mais habitual arcaico e moderno. Dentro desses extremos, a apreensão do substrato cultural e da diversidade é anulada, muitas vezes, diante de uma visão conformista.

Essa ideia de estar à margem do desenvolvimento urbano e, portanto, dos princípios de civilidade, pode ser pensada por meio de uma noção de marginalidade passiva diante do comportamento desse indivíduo ambíguo que não se integra nos moldes que, ao menos, deveria ou se esperava dele. O aspecto dúbio que o permeia faz com que essa ambivalência vá também definindo o conceito de cordialidade, produzindo dimensões solares e obscuras, as quais ajudam a esclarecer tais adversidades e resistências de inserção que não sejam estas vinculadas à “cordis”. Isto é, a sociedade desenvolve-se, a cidade se constitui, mas o fazem operando de um modo em que o coração é ponto central, marginal e violento simultaneamente nas relações sociais.

Logo, trata-se de uma extensão das dualidades mencionadas acima que resultam em um equívoco ou, numa terminologia mais conhecida, em um *mal-entendido* (WAIZBORT, 2011). O que este trabalho pretende, em última instância, e através da literatura também, é tentar compreender como tais interações operam e não negá-las ou conformar-se com sua existência. Não seria impreciso, então, assinalar que marginalidade, nesse contexto, ganha desenho desde a primeira página de *Raízes do Brasil*, na qual somos designados pelo desterro no espaço, sentido e significado, se considerarmos que marginais são aqueles que “não pertencem” à unidade que deveria ser homogênea e coesa coletivamente, podendo até povoar uma terra que, no fim, não é terra de ninguém.

Parte II: Pressupostos teóricos e metodológicos

“(...) ‘o que é literatura?’, está, para nós, associada ao exercício da literatura não como se fosse colocada a posteriori por alguém que se interrogasse sobre um objeto estranho e exterior, mas como se tivesse seu lugar de origem na própria literatura” (FOUCAULT, [1964] 2000, p.139).

CAPÍTULO II: A modernidade como processo por detrás da literatura

2.1: Atraso brasileiro ou modernidades múltiplas?

Em vista do que foi exposto, pode-se pensar na constituição do homem cordial como um tipo social que sintetiza aquilo que poderia ser concebido como uma determinada forma de convívio, a qual concentra o processo desenvolvido no livro de Sérgio Buarque. Desse modo, ao considerarmos sua figura, abrimos uma porta onde encontramos parte expressiva do percurso histórico que vai da formação da cultura da personalidade até a construção de instituições políticas e de movimentos de ordem cultural no Brasil da década de 1930, o que, em última instância, também nos oferece substrato relevante para inferir uma investigação pertinente a respeito de suas implicações para além desse decênio.

Nesse contexto, a cordialidade é apresentada como a forma ordinária de convívio, da qual seu tipo social representativo dá forma conceitual ao longo caminho, em que o processo ligado à mentalidade personalista afasta-se de suas raízes portuguesas e dá espaço à constituição desse homem cordial, o qual pode ser considerado como “a precipitação de uma formação social caracterizada pela onipresença da esfera privada, logo, pelo primado das relações pessoais” (ROCHA, 2000, p. 17).

Tratando da definição do homem cordial tal qual um contraponto do homem polido e, constituindo-se na “forma natural e viva que se converteu em fórmula” (HOLANDA, 1995, p. 147), pode-se observar que, mediante um aparente paradoxo, a cordialidade constitui uma forma de sociabilidade cujo conteúdo parece, de algum modo, resistir a ser formalizado por completo, dados os entraves apresentados em relação ao que se considera modernidade. Em vista disso, utilizando uma terminologia de extração simmeliana¹³ ao propor a contraposição entre forma e vida, o homem

¹³ Cf. SIMMEL, 2006, p. 59-82.

cordial organiza-se como uma forma social edificada, porém seus componentes carregam ainda traços de espontaneidade, os quais se coadunam com as características advindas das transformações sociais *modernas* e resistem, suscitando um certo embaraço frente a seus desdobramentos na atualidade.

Nesse sentido, tal formulação pode ser conceitualmente fundamentada a partir da perspectiva teórica desenvolvida pelo sociólogo Shmuel Eisenstadt, que aponta para uma compreensão culturalmente heterogênea da modernidade, considerando possível sua emergência em contextos diversos. A proposta de se pensar a figura do homem cordial como forma edificada que resiste a cristalizar-se como arquétipo a ser considerado desenvolvido, reverbera dada a frequência com que grande parte da fortuna crítica associa o conceito de cordialidade à ideia de “atraso” ou o coloca em oposição direta a qualquer tipo de noção de “civilidade”.

No entanto, Eisenstadt propõe uma aceção que vem na contramão tanto das teorias da modernização das décadas de 1950 e 1960, que operavam uma padronização sobre o conceito original de modernidade¹⁴, quanto da tradição sociológica clássica, as quais se relacionam fundamentalmente com a ideia de racionalismo ocidental assentado na Europa no longo do século XIX. A perspectiva apresentada pelo autor sustenta a noção de múltiplas modernidades.

Estas últimas, concebíveis em contextos que sofrem os influxos advindos da considerada modernidade originária, entretanto, podem atuar através de arranjos característicos partindo de elementos locais¹⁵ na construção de modernidades heterogêneas, as quais se manifestam, tendo em vista a diversidade dos processos de modernização que se deram no decorrer do percurso histórico. Sendo assim, esses conceitos deixam de restringir tais relações ao contexto europeu ocidental, do mesmo modo que suas orientações universalistas ganham especificidades em outras conjunturas, as quais, por sua vez, ultrapassam os limites concebidos como padrão ao

¹⁴ Cf. HABERMAS, 2000. Refiro-me à revisão teórica realizada acerca da definição do conceito de modernidade.

¹⁵ Cf. CANDIDO, 2006, p. 117-147. Pode-se relacionar essa perspectiva à dialética, sublinhada pelo autor, a qual se constitui por meio de uma integração e tensão progressiva entre o dado local e os moldes herdados da tradição europeia. Localiza nossa mais autêntica produção cultural, mergulhada nos detalhes sociais, no momento em que via se constituindo uma nacionalidade literária assegurada por um desrecalque do que a cena brasileira tinha de mais particular, rompendo com estigmas de deficiências, supostas ou reais em nossa cultura, e as reinterpretando como superioridades.

conceito originário e, por fim, permitem pensar em um possível alcance da modernidade na “periferia da cena moderna”¹⁶.

Então, em vista das mudanças ocorridas em contextos locais por meio do contato e adaptações diante das formações sociais, a exemplo do caso brasileiro, no que se refere à resistência em dispor relações impessoais, aportamos frente a processos de modernização que podem ser considerados problemáticos, porém, que não deixam de representar um processo de modernização particular.

Portanto, tal concepção não apenas parece contrapor-se ao atestado de malogro do diagnóstico de Sérgio Buarque acerca do desaparecimento do homem cordial com o processo de urbanização, concebido pelo cânone da crítica como entrave à modernização, mas também tal ideia parece relacionar-se com a chave trazida pela depuração do conceito de cordialidade por meio da literatura, no que concerne às suas interpretações que demonstram a permanência de elementos sociais, estes aproximados ao conceito desenvolvido em *Raízes do Brasil*.

Do mesmo modo, parece conveniente tratar a cordialidade não como uma característica essencialmente brasileira¹⁷, mas como um aspecto estrutural de grupos nos quais o domínio público encontra entraves em relação à garantia de sua autonomia frente à esfera privada. De acordo com João Cézar de Castro Rocha, o conceito é um “importante instrumento analítico para o estudo de grupos sociais dotados de elevado grau de autocentrimento e, em alguma medida, resistentes a pressões externas” (ROCHA, 2000, p. 17). Sendo assim, o manuseio do conceito, neste trabalho, tem sido realizado a partir daquilo que diz respeito às singularidades das ordenações culturais aqui dispostas, mas sem apreendê-lo de maneira exclusiva à nossa formação social, já que isso também significaria o desprezo de toda sua relevância teórica.

Por esse ângulo, os aspectos da sociedade brasileira marcados pela cordialidade não foram abordados como uma simples extensão das asserções de *Raízes do Brasil*. De

¹⁶ Cf. TEIXEIRA, 2009, p. 304-329. Estudo no qual a autora desenvolve esta ideia recuperando o percurso histórico do conceito e relativizando-o à luz dos contextos de modernidade na literatura brasileira e portuguesa. “(...) na periferia do mundo onde essa mesma Modernidade chega com algum grau de artificialidade, posto que não brota das relações sociais aqui desenvolvidas, mas terá de se combinar com elas, configurando Modernidades de perfis diferenciados, o que ofereceu como contrapartida um questionamento da grande teoria racional, produzida na Europa, imbuída de pretensões universalistas, uma vez que é na periferia do mundo que ela receberá limites e será relativizada.” (p.306)

¹⁷ Cf. HOLANDA, 1995, p. 139-169. É evidente que *Raízes do Brasil* pretende oferecer uma interpretação do país, mas há ressalvas do próprio autor: “A idéia de uma espécie de entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo os seus destinos, é dificilmente imaginável para os povos da América Latina” (p.183)

maneira diversa, a discussão que tenho proposto assenta-se em uma discordância, pois, conforme afirmou Sérgio Buarque, esse homem cordial estaria fadado a desaparecer.

No entanto, observa-se que tais relações não foram modificadas como em seu prognóstico original e que o homem cordial “não desapareceu com a urbanização das décadas de 40 e 50 do nosso século. Ele se acomodou à nova situação, naturalmente, sofrendo transformações importantes, mas preservando traços nitidamente cordiais, apesar de sua adaptação.” (ROCHA, 1998, p. 27).

Sendo assim, conforme aponta Ana Lúcia Teixeira, uma modernidade consubstanciada historicamente por ações racionais e pela burocracia do Estado, mas que, no entanto, sofreu modificações e ultrapassou os limites originais do conceito, pode configurar-se como uma espécie de “modernidade desterrada” (TEIXEIRA, 2009, p. 305). Por exemplo, na sociedade brasileira esse tipo de modernidade esteve ordenada, em grande medida, pelas formas sociais alongadas da herança rural, do personalismo e, sobretudo, da família patriarcal.

Nesse sentido, parece fecundo pensar na confluência entre as formas com que essa modernidade se encaminha no contexto brasileiro - à luz do conceito de cordialidade e da abordagem teórica aqui elucidada -, as suas implicações relacionadas aos prognósticos de Sérgio Buarque e do movimento modernista e, finalmente o argumento que distancia-se da fortuna crítica que percebe a existência de um embaraço entre relações sociais tipicamente modernas e aquelas que vigoram no cenário brasileiro, o qual deslegitima, de modo significativo, o que se passa em contextos diversos, distanciados do racionalismo ocidental da Europa central.

A formulação de Eisenstadt não pressupõe que tais modernidades sejam categoricamente frágeis ou precárias, mas qualitativamente variáveis e desdobradas a partir da viabilidade de respostas e soluções distintas que oferecem para o andamento de seu próprio processo de modernização. Por fim, é importante sublinhar o quanto a perspectiva do sociólogo se mostra especialmente pertinente para problematizar e apreender os conceitos de cordialidade e modernidade pelo ângulo da cultura, de maneira que não se repise o que já foi realizado no âmbito político e nem se reproduza os argumentos já assentados pelo cânone da crítica.

Ademais, alinho, principalmente aos objetos referidos, a familiaridade e proximidade caracterizadas como alguns dos aspectos do conceito que, de maneira não contraditória, se sobrepõem a uma série de desigualdades sociais e à ambígua garantia das liberdades civis calcada em privilégios revestidos de mérito, assegurados pelas

reminiscências do patriarcalismo, da herança rural e da cultura personalista, num conjunto que ainda evidencia a permanência da cordialidade em nossa organização social e que, por isso, mostram a necessidade de se problematizar a maneira como se estabeleceram arranjos culturais e instituições consideradas modernas e não de negar seu desenvolvimento.

Embasada na perspectiva teórica de Shmuel Eisenstadt, notamos a abertura de novas lentes, as quais permitem envolver a discussão dos desdobramentos desse conceito distanciando-se da perspectiva de “síntese do atraso”, o que significa enfrentar parte da crítica que tratou fundamentalmente do diagnóstico presente em *Raízes do Brasil* em termos de inadequação da previsão em relação à modernidade como um todo. Em vista disso, os aspectos ligados à cordialidade depurados da literatura, isto é, a interpretação do mundo social presente nas obras selecionadas, vistas à luz dessas implicações, parece-me pertinente à reflexão, por outra chave, a projeção histórica e cultural que se desenvolveu entre nós mesmos após o processo de urbanização e, assim, ampliar o leque de discussões possíveis sobre a ideia de superação da cordialidade como passo necessário ao alcance de uma forma particular de modernidade.

A importância de atrelar este estudo à literatura é inquestionável, pois foi através dela que os caminhos desta pesquisa encontraram um meio de analisar as consequências culturais dos elementos intrínsecos ao conceito, posto que tais narrativas permitem pensarmos o dilema “cordialidade x civilidade” ou “tradição x modernidade”, mediante o viés de múltiplas modernidades. Desse modo, deslocamos o discurso da chave de que não nos modernizamos em razão da permanência de muitos desses aspectos, para uma busca por compreender e principalmente questionar a forma como nos modernizamos, ainda que de maneira problemática, frente aos mecanismos encontrados na combinação de elementos locais desse processo.

2.2: Literatura modernista à luz da genealogia de Michel Foucault

Do ponto de vista metodológico, este trabalho apresenta os caminhos para conduzir uma discussão sobre o manuseio da literatura através da genealogia histórica desenvolvida por Michel Foucault e utiliza a noção de *acontecimento* para apreender a cordialidade, a qual, por sua vez, é posta em diálogo com as noções de *atualidade* e *problematização* que constituem a ideia de ontologia crítica do presente na obra do autor francês. Nesse sentido, serão desenvolvidos dois eixos fundamentais dessa pesquisa, os quais propõem como referência principal para análise teórico-metodológica dos textos literários e da problemática estabelecida, a genealogia histórica e a noção de *acontecimento* concebida pelo autor.

Sendo assim, é preciso destacar que a escolha de análise não descarta a viabilidade de que eventualmente seja possível encontrar em outros autores uma aceção cultural do termo cordialidade como a que se propõe neste trabalho. Conforme aponta Michel Foucault, [1969] 2006, delimitar um objeto literário apenas baseado naqueles que o produziram consiste em um problema, uma vez que, nesse caso, o recorte da literatura seria feito a partir de suas características extrínsecas e, de algum modo, conduzidas arbitrariamente. A questão da função-autor que Foucault direciona diz respeito, *grosso modo*, à restrição de possibilidades dos campos discursivos, já que se apresenta como instrumento imposto para classificar, controlar, selecionar e distribuir tais discursos.

Desse modo, a literatura tratada por uma perspectiva genealógica expande a possibilidade de complexificar e ressignificar o conceito de cordialidade, uma vez que confere ao sociólogo, a quem interessa a necessária relação entre o texto construído e as condições sociais que permitiram a sua emergência, a possibilidade de pincelar vários objetos de diversas dimensões para traçar a problemática que estuda. Portanto, a genealogia não possui como propósito mostrar o sentido do que constituímos, mas busca apreender o engendramento dos acontecimentos¹⁸ particulares que edificaram nosso presente histórico, assumindo a tarefa de discerni-los enquanto singularidades, as quais, de alguma maneira, prosseguem nos transpassando.

¹⁸ “Certamente o acontecimento não é nem uma substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é de ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, na coexistência, na dispersão, no recorte, na acumulação e na seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material.” (FOUCAULT, 1996, p. 57-58)

Em vista disso, o “autor, não entendido como indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de seus significados, como lugar de sua coerência” (FOUCAULT, [1971] 1996, p.26), configura, no que se refere ao método, um dos princípios de “rarefação do discurso”. Isto é, a obra ou texto majoritariamente reportado ao seu autor como instância prévia, na qual os aspectos que se pretende analisar já estão pressupostos por essa razão, acaba limitando a multiplicidade dos ângulos de análise possíveis, em vista de uma perspectiva homogeneizadora de unidade.

Ao longo das obras de Foucault, é possível depurar três possíveis fases de seu contato com a literatura. A primeira delas, pertencente à década de 1960 na qual seus textos apresentam um formato mais hermético, está relacionada a uma concepção da mesma como libertação, ruptura com o domesticado, tal qual a irrupção de uma singularidade. Já na segunda fase, período de transição entre as outras duas, a ideia de literatura moderna é abandonada dando lugar à visão que a considerava objeto passível de exercitar o poder, um dispositivo de “assujeitamento”, isto é, uma forte noção de “maquinaria” do texto em relação aos discursos e ao poder.

Posteriormente, Foucault volta à literatura, não mais nesses termos¹⁹, mas como uma possibilidade de interpelar valores e mecanismos para entender questões apreendidas como problemáticas do presente, como uma espécie de reconstituição. Nesse sentido, a terceira fase, a qual se inicia por volta dos anos 1977-1978, e a que mais interessa a este trabalho, refere-se, sobretudo, à utilização que o autor faz de tragédias gregas, principalmente da tragédia *Édipo Rei*, de Sófocles, haja vista seu retorno, em diversos momentos, à análise dessa mesma peça diante do traço de problemáticas distintas.

A partir de meados da década de 1970, período em que seus estudos ganham expressivamente contornos do método genealógico, observa-se em *Do Governo dos Vivos*, 1980, e é sobre esse exemplo que gostaria de me deter nessa discussão, o manuseio do texto literário de maneira muito específica e empenhada na busca de uma problemática, por sua vez, também bastante precisa.

Do ponto de vista de método, é interessante notar que, mesmo depois das *Aulas sobre a vontade de saber*, ministradas no curso de 1970-1971 no Collège de France, e

¹⁹ Para Michel Foucault, o termo literatura apenas é entendido assim após a transição entre os séculos XVIII e XIX. Entretanto, a partir de um viés metodológico advindo do pesquisador que analisa a obra do autor, é possível considerar o uso da tragédia grega como literatura, não só por uma questão prática de investigação, mas uma vez que a concebemos dessa maneira hoje.

de *A verdade e as formas jurídicas*, 1973, há não somente uma retomada importante da peça, como documento para abstração de conceitos, na tentativa de compreender os procedimentos de manifestação da verdade, o conceito que o autor forja como aleturgia e as formas de subjetivação, mas, sobretudo, uma ênfase nas técnicas e procedimentos destinados a dirigir ou conduzir a conduta dos homens, marcando também importância da literatura nesses últimos cursos.

Dessa maneira, o novo contorno dado por Foucault à peça *Édipo Rei* evidencia de forma sistemática seu processo de análise que demarca claramente a necessidade de voltar aos gregos, ou seja, retornar à sua narrativa que desenvolve a “lei das metades”, a “lei da presença”, a figura do testemunho, o elemento do “eu” e a noção de procedimentos judiciais que ainda vigoram na cultura ocidental, isso para compreender, por fim, e através de um caminho genealógico, a problemática que consiste na ideia de manifestação do verdadeiro, por uma leitura de aleturgia, que governa e conduz os homens.

Portanto, se fala de um período genealógico nos estudos de Foucault, para se referir àquelas obras dedicadas à análise das formas do exercício do poder e das práticas de liberdade. Desse modo, a genealogia seria uma espécie de ampliação do campo de investigação para incluir de maneira mais precisa o trabalho sobre as práticas “não-discursivas” (da relação entre não-discursividade e discursividade), para analisar o saber em termos de estratégia e técnicas de poder. Em *A Ordem do Discurso*, [1971] 1996, o conjunto genealógico traz à discussão a ideia de descontinuidade, de tratar os discursos como práticas descontínuas, sem supor que por trás desses discursos pronunciados exista necessariamente algum outro ilimitado, silencioso e contínuo, que pode ser reprimido ou censurado.

Sendo assim, a genealogia não opõe a multiplicidade dos fenômenos e de suas problematizações a uma unidade abstrata e teórica, mas tenta compreender os saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, por meio de do questionamento das instâncias teóricas unívocas que, por vezes, pretendem filtrá-los, hierarquizá-los ou ordená-los em nome de um “conhecimento verdadeiro”. Nessa perspectiva, a tarefa da genealogia consiste em percorrer a história, relevando seus deslocamentos, quebras e substituições, tornando visível outras possibilidades de interpretação das que foram concebidas pela primazia de visões consolidadas.

É através de uma “reflexão sobre a atualidade, que se configure como uma crítica ao presente compreendido em sua singularidade histórica” (FONSECA, 2015, p.

250), que este trabalho pretende indicar alguns movimentos segundo os quais podemos pensar a relação entre cultura, cordialidade e modernidade, atravessados, por sua vez, pela literatura. A história entendida na obra de Foucault consiste não apenas na identificação, mas na compreensão das singularidades definidas como acontecimentos, os quais, de alguma maneira, caracterizam o que se assentou como presente, como este se tornou o que é hoje.

Em vista disso, para empreender tal análise proposta na pesquisa que direciona este presente trabalho, é preciso tanto uma orientação metodológica crítica, no que concerne à investigação do *corpus* textual selecionado, para que se possa compreender suas possíveis problematizações indicadas pela discussão da modernidade e, em outro ângulo, em relação à cordialidade, quanto da própria perspectiva genealógica que “concerne à formação efetiva dos discursos, seja no interior dos limites de controle, seja no exterior” (...) a um só tempo, a genealogia estuda sua formação dispersa, descontínua e regular” (FOUCAULT, [1971] 1996, p. 65-66), ou seja, no caso desta pesquisa, às conjunturas que possibilitaram a construção dos arranjos e formações sociais experienciadas localmente e que podem se definir sob o signo da cordialidade.

Por fim, é preciso destacar também, ainda no âmbito genealógico, como se apresenta a concepção do autor sobre modernidade, considerada, sobretudo, como uma certa atitude em relação à atualidade, uma maneira de pensar, sentir, agir e conduzir que marca um pertencimento e se apresenta como uma tarefa. Em seu texto *O que é o Iluminismo?*, de 1984, Foucault reconhece, por sua vez, no texto de Kant que define as Luzes pela saída do homem de sua menoridade, o encontro daquilo que irá chamar de filosofia crítica e da ontologia do presente, isto é, de uma reflexão sobre a atualidade, sobre o “hoje”, como diferença na história e finalidade para uma tarefa filosófica específica. Há, portanto, no texto kantiano um delineamento disso que Foucault chamará de “atitude de modernidade”, a qual se distancia de uma percepção universalista de racionalidade, e atitude, nesse sentido, é entendida como *ethos* filosófico, visto a partir da formulação de uma ontologia crítica do presente.

A vida filosófica, em sua apreensão apresentada por Foucault por meio da análise da obra de Kant, também é problematizada a partir de Baudelaire, o que segundo Katia Muricy (2005), faz parte de uma sensibilidade direcionada a iluminar essa própria concepção de filosofia pelo autor e que, nesse ponto, se estabelece reforçando o encadeamento entre história, filosofia e atualidade, conceito este que interessa mais diretamente a esta pesquisa. Tal tríade é o novelinho que costura o vínculo entre

tradição e modernidade, visto de um prisma não linear. Desse modo, tanto o filósofo quanto o artista pertencentes ao mundo moderno, coincidem na tarefa semelhante de designar um novo elo com o tempo.

Além do texto de 1984, Foucault traz também para tal discussão o texto intitulado *O que é a Revolução?*, publicado em 1978, o qual trata de uma extensão da pergunta de Kant acerca do progresso humano em refutação à noção teleológica da questão. Entretanto, fazendo uma cisão no fluxo histórico, o filósofo alemão buscaria encontrar um símbolo do progresso, que ele definiria como “acontecimento”. Esse símbolo seria a revolução. Nesse texto, “Aufklärung é um questionamento da razão como despotismo e como luz; ela está presente em nossa atualidade como indagação constante do Ocidente sobre as suas possibilidades hoje e sobre as liberdades que lhe são possíveis” (MURICY, 2005, p.33).

Segundo a autora Katia Muricy, Kant não está à procura de um plano enérgico e heroico da revolução tal como um acontecimento notório, mas de suas facetas menos inteligíveis ou menos imponentes. Ele, em verdade, está interessado na dimensão passiva daqueles que são seus atores e não no progresso revolucionário em si. Nesse sentido, o mais interessante a retirar dessa ideia é a possibilidade de questionar criticamente os limites desse tempo, dessa atualidade e dessa modernidade de maneira não necessariamente contínua. Essa visão é extremamente relevante para o recorte que eu faço em relação à tradição da cordialidade, já que esta perspectiva de relação indica, por sua vez, aquilo que mencionei acima sobre as formas de pensar, dizer e agir como atitude na modernidade, para o poeta, Baudelaire, ressignificado por Foucault.

Parte III: A circulação de ideias no cenário do modernismo brasileiro

“Manuel, claro e mordente, limpo, terno sem derrames, preservando sempre em si um elemento inviolável, um núcleo inatingível; Mário o inumerável, o abraçável, o manifestador, o corregedor, o inventor, o ruidoso, o cantador; Manuel o clássico, Mário o barroco. Manuel um cristal de carbono concentradíssimo, um diamante; Mário, o aluvião de ouro rolando pela barranca”.
(Rachel de Queiroz, “Lembrança e saudade de Mário”, O Jornal, 1 mar. 1970. In: MORAES [Org.], 2012, p. 57)

CAPÍTULO III: O prelúdio das páginas literárias

Diante do que foi exposto, é preciso destacar novamente que esta pesquisa se refere, sobretudo, ao trato da cordialidade pelo ângulo da cultura, o que torna mais relevante o objetivo de complexificar a entrada pela literatura, como se propõe. Então, parece proveitoso pensá-la numa expansão heterogênea de um conjunto de questões dentro de um tecido cultural, no qual há a possibilidade de envolver não só a produção de Sérgio Buarque, mas também, nesse caso, de Mário de Andrade e Manuel Bandeira, como uma problemática de época.

Em vista disso, por uma perspectiva cultural, pode-se conceber uma leitura do termo, que permita uma discussão teórica sobre a modernidade distinta da que se realiza sob o ponto de vista politizante do conceito e, assim, desviar de alguns problemas de previsão que o desgastaram e que são apontados de maneira recorrente pela fortuna crítica, como foi apontado no capítulo anterior. Nesse sentido, a partir do que proponho pensar como um ideário cultural de época, é necessário sublinhar que o trabalho de Sérgio Buarque deveu-se, em grande parte, aos sentidos de crítico literário (CANDIDO, 2005, pp. 14-15) que participara também ativamente do movimento modernista, mesmo que, posteriormente, o autor acabasse por estabelecer com ele uma tensa²⁰ relação.

Com isso, a análise dos questionamentos acerca de nossa cultura, presentes em *Raízes do Brasil*, se torna mais profícua se considerarmos sua concepção ainda

²⁰ Cf. PRADO, 1998, p. 71-80. Sérgio Buarque fundou em 1924 a *Revista Estética* com Prudente de Moraes Neto a fim de substituir a *Revista Klaxon*, escreveu inúmeras críticas literárias em diversas revistas e jornais. Já no fim da década de 1920, em tom crítico marca sua posição ao romper com ideias do grupo carioca com Alcântara Machado, Ronald de Carvalho, Graça Aranha. Afirmará que os primeiros que não eram modernistas criadores, mas acadêmicos e não demonstravam um interesse genuíno por nosso passado histórico. Em relação aos modernistas que adotavam um caráter mais revolucionário, como Mário de Andrade e Oswald de Andrade, considerava, embora compartilhasse de algumas de suas concepções, que seus trabalhos transpunham uma linguagem inautêntica por não alcançar o cerne da vida da população em geral.

impregnada pelas lentes do modernismo. As inovações e os embaraços manifestados na difusão desse ideário, vinculados à própria construção argumentativa do livro, contribuem para um maior entendimento do debate teórico no qual a cordialidade estava imersa e também do período de transição entre os decênios de 1920 e 1930, período que, segundo Antonio Candido, foi um “eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova, o surgimento de condições para difundir e ‘normalizar’ uma série de inovações geradas no decênio de 1920.” (CANDIDO, 1989, p. 181-182).

Segundo João Luiz Lafetá, nos anos 1930 há no movimento uma relativa incorporação de hábitos artísticos e literários que se estabilizavam e davam lugar à “passagem do projeto estético ao projeto ideológico” (LAFETÁ, 1974, p. 13-22). Em termos gerais, o empenho nacional transitava entre o recorte do cenário brasileiro naquilo em cujo crédito depositaria o teor de especificidade de uma possível “brasilidade” e o engajamento político-social no campo da cultura através da tomada de uma consciência ideológica e radicalizada, na qual se realizava o aprofundamento das diferenças, o esclarecimento das desigualdades sociais e a explicitação da assimetria social e, assim, “o inconformismo e o anticonvencionalismo se tornaram um direito e não uma transgressão” (CANDIDO, 1989, p. 186).

Para Antonio Arnoni Prado (2015), o modernismo ganha força efetiva em Sérgio Buarque apenas após o embate com a retórica da antiga crítica que, no seu modo de ver, mantinha uma linguagem arcaica para sustentar o peso da tradição em relação à literatura produzida em um país em transformação. Este desarme, segundo Arnoni Prado, fez com que, na passagem da crítica brasileira para o Modernismo, Sérgio Buarque fosse visto como um dos primeiros idealistas das raízes de uma possível modernidade.

É também sobre essa proposta em relação à velha crítica e à emergência do movimento modernista que Mário de Andrade afirmava que um nacionalismo ortodoxo, como o da época de Oliveira Lima, por exemplo, transitava de uma ideia abstrata inatingível a um ímpeto de busca de um Brasil ainda não revelado em suas zonas de ruptura, em suas fontes inexploradas e em sua identidade coletiva, até aquele momento considerada obtusa e oculta, mas na qual germinava um novo “sentimento da terra” com atributos de nossa própria originalidade, sem importar as qualidades nocivas e menos compatíveis com a “nossa índole”.

Na contramão da erudição acadêmica, Sérgio Buarque buscava resquícios de uma imaginação popular a ser reforçada no percurso de uma vida moderna posta no *dever*, assimilando o que estava soterrado em uma imagem condensada de um país incógnito, enaltecido pelo academicismo exacerbado. É nesse sentido que ele passa a considerar os “futuristas de São Paulo” uma possibilidade de abertura para esse novo ideário.

Mário de Andrade e Manuel Bandeira, entusiastas do autor, compilam a formação de um crítico que dilata conceitos, divide simpatias e declara afinidades aos acontecimentos e às obras que eclodiam e, assim, projetavam “verdades” e aclamavam soluções para aspectos de nossa cultura que pareciam irremediáveis a outros intelectuais. Para Sérgio Buarque, a beleza da poesia original de Manuel Bandeira se dava justamente em sua espontaneidade e, para ele, isso significava uma antecipação do fomento moderno, como apontara em “Sonho de uma terça-feira gorda” e “Poema de uma quarta-feira de cinzas”, ambos os poemas contidos em *Carnaval*, de 1920.

Sendo assim, o passado se tornava um movimento aberto, porém atento aos sentimentos e sensações opostos e, muitas vezes, contrários, que se misturavam entre nós, a exemplo daquilo que percebeu Manuel Bandeira, como Sérgio Buarque mesmo afirmara. Como uma variação de “refinamento selvagem”, Arnoni Prado (2015) aponta que essas características são cantadas pelo poeta de modo semelhante à forma que elas aparecem deslocadas na “alma” do povo em *Raízes do Brasil*, a qual se colocava “contra a moral e contra os códigos” em um “carnaval sem nenhuma alegria”.

Nessa linha de pensamento, Sérgio Buarque, a partir de um olhar metódico, retira do crítico moderno a obrigação da submissão a qualquer regra invariável de análise, expandindo a autonomia crítica em si mesma, isso é, “deslocando para o centro da história o valor da palavra escrita como signo da modernidade dos povos” (PRADO, 2015, p. 240), traçando, assim, um paralelo importante entre a poetização de temas históricos e a historicidade de assuntos poéticos.

Isso explica um pouco o fato de o autor localizar em *Macunaíma*, publicado por Mário de Andrade, em 1928, uma nova vereda que atravessava duas dimensões e apareceriam posteriormente no livro de 1936: um lado patriarcal do mundo ibérico que deveria estar morto e, na outra face, a construção de um idealismo identitário e revolucionário da sociedade brasileira que se iluminava no imaginário da chegada dos trilhos da modernidade, mesmo com instituições malformadas, leis criadas e violadas ao mesmo tempo em que as constituições eram feitas pelas tabelas. Então, estes pareciam ser o retrato e o fado do país. Desse modo, a arte literária junto à sua crítica era uma

espécie de incorporação por si mesma de nossa vida intelectual e artística que, num conjunto de disciplinas, manifestava essa realidade com esforço de recriação.

Portanto, a partir da obra de Sérgio Buarque que confere ao termo *cordialidade* estatura conceitual apoiada na tradição construída por pensadores do Brasil, proponho pensar tais questões por meio de manifestações do movimento modernista, não em uma possível perspectiva homogeneizadora, mas no manuseio da literatura como uma intérprete social, nesse sentido, como um agente ativo na interlocução sobre problemas sociais.

3.1: Manuel Bandeira

“(...) É preciso que digas ao Manuel Bandeira que me lembro sempre e muito dele. Recordo-me do Ribeiro Couto.” (Carta de Mário de Andrade a Sérgio Buarque de Holanda, [8 maio 1922]. In MONTEIRO, 2012, p. 20).

É preciso destacar que, por muito tempo, os principais intérpretes do Brasil não foram intelectuais, historiadores ou cientistas sociais no sentido em que hoje os conhecemos. Até aproximadamente 1940, tais estudos eram realizados não apenas por ensaístas, mas também por escritores²¹. Portanto, pode-se dizer que tal empenho interpretativo diz respeito também, em grande medida, aos momentos em que a literatura brasileira ajudou a traçar o que se entende por “nacionalidade”.

Manuel Bandeira, poeta pernambucano, consagra-se definitivamente entre os mais importantes poetas do modernismo brasileiro após ter publicado, em 1930, *Libertinagem*. É, principalmente nessa última obra que o escritor demonstra empenho na busca de uma nacionalidade brasileira, a qual consistia em um dos carros-chefes dos modernistas daquela geração: o que é ser brasileiro e o que nos caracterizava como povo. É interessante observar a obra do escritor na busca da nacionalidade tocando, em sua própria forma de fazer poesia, a assimetria social nas arestas da proximidade que permeia entre toda essa gente, aquilo que se aproxima dos elementos intrínsecos à cordialidade.

Ao levantar hipóteses, considero a possibilidade de que a noção de modernidade enquanto processo, além disso, possa ser decodificada por meio do texto literário. Como proposto, a identificação e interpretação de uma possível circulação de ideias encontra o

²¹ Cf. CANDIDO, 2006, p. 131-132.

artifício que a cultura consegue obter ao reconstruir, desse modo, também a esfera política. A dimensão de circulação do conceito de cordialidade evidencia o intuito de trabalhar os modos de se imaginar o moderno, partindo desse próprio deslocamento que movimenta o pensamento do período. A viabilidade da existência de tal trânsito de percepções e concepções tece o fio que alinhava um conjunto muito amplo de problemáticas.

Nesse contexto, é plausível considerar que conceber o presente e imaginar esse *moderno* se entrecruza, quase que inevitavelmente, com a cordialidade como um elemento muito expressivo, integrando a literatura e arte. Por essa razão, o conceito ajuda a modelar e a compor aspectos dessa imaginação ou daquilo que teria a “dignidade” de ser autenticamente nacional. A cordialidade, desse modo, é polissêmica, o que permite abrir a chave que é proposta neste trabalho.

Em vista disso, ao serem abordadas por esse viés, tais produções literárias complexificam o conceito de cordialidade na medida em que apreendem e interpretam tais aspectos como traços que ainda se insemnam, acomodando-se e ressignificando o conceito de modernidade através de uma apreensão que permite pensá-lo como um processo que não é menos legítimo, ainda que problemático, por associar elementos locais diante do que entendemos conceitualmente por racionalização.

Quando Manuel Bandeira escreve em *O anjo da guarda*:

“Quando minha irmã morreu,
(Devia ter sido assim)
Um anjo moreno, violento e bom,
- brasileiro
Veio ficar ao pé de mim.
O meu anjo da guarda sorriu
E voltou para junto do Senhor.”
(BANDEIRA, 2013, p. 25),

pode-se considerar a cordialidade dentro de uma amplitude, na qual o conceito é concebido situando-o na linha da ambiguidade entre a transição, sem mediação, da afabilidade à violência, característica que ainda permeia nossas relações sociais e, assim, possibilita questionar a forma como tal processo de modernização se deu entre nós.

O apelo religioso, não necessariamente pela fé, mas pelas marcas de um modo de organização social largamente distinto do que se previra para nós diante dos moldes advindos de outras partes, denota a existência de um anjo desnudo da ideia de ser inatingível, mas, em contrapartida, revela-se como um ser humanamente tangível. O anjo moreno, violento e bom, é o anjo, tipo não encarnado desse brasileiro.

Moreno, por trazer referências às questões étnicas salientes no período, no entanto, à frente desse possível estereótipo, vê-se, além disso, a face dúbia desse anjo que protege, isto é, que está ao pé do eu lírico, homem, da mesma forma que volta para junto do Senhor, sem distinções de reverências e ou de hierarquias evidentes. O ser espiritual representado no poema pelo querubim, incita não só a discussão sobre ritualismos, retomada diversas vezes na obra, mas irrompe com a imagem clara da maneira evasiva como as relações sociais e cotidianas, em seus microporos, expressam um contato com o outro sem critério rígido e sem garantia de que haja gradação e mediação entre as condutas.

Os sentimentos envolvidos não se prendem à impessoalidade do tratamento coletivo. Ele é, por sua vez, personalizado e sujeito às oscilações individuais e emocionais, orientado por desejos e critérios particulares. Na construção de um cenário moderno, nos deparamos com um arranjo social que, paradoxalmente, concilia o avanço, em determinados domínios, com a colisão de um encontro entre comportamentos culturalmente extremos. Entre o canto e a punhalada, entre o riso aquoso que seca como água no sertão, entre a afeição e a cólera, entre a brandura e a brutalidade, monta-se um jogo social que circunda todos os indivíduos como se esse mesmo todo fosse reconhecido e tratado em uma organicidade, unidade e semelhança no que diz respeito ao pertencimento à determinada sociedade.

Nessa fronteira inventada, a noção de benevolência e aceitação ou de desprezo e exclusão definidos na esfera pública remetem ao círculo familiar e se repetem em um movimento cíclico. Em *Mulheres*, Bandeira escancara a fragilidade do ato de sentir a paixão, na contramão daquele como aparece por exemplo em I Coríntios (13, 1-10), fragmento bíblico, amor que tudo suporta, que não perece e que não guarda rancor.

“Como as mulheres são lindas!

Inútil pensar que é do vestido...

E depois não há só as bonitas:

Há também as simpáticas.

E as feias, certas feias em cujos olhos vejo isto:

Uma menininha que é batida e pisada e nunca sai
[da cozinha.

Como deve ser bom gostar de uma feia!
O meu amor porém não tem bondade alguma,
É fraco! É fraco!
Meu Deus, eu amo como as criancinhas...

És linda como uma história da carochinha...
E eu preciso de ti como precisava de mamãe e papai
(No tempo em que pensava que os ladrões moravam
[no morro atrás de casa e tinha cara de pau.”
(BANDEIRA, 2013, p. 27)

Em uma mesma estrofe, o autor percorre diversas faces de um mesmo sentimento, o qual conduz a uma ação. Declara sua fraqueza, revela a baixeza do que sente, mas que compara ao modo de lidar das crianças, comumente vistas com pureza, sinceridade e delicadeza. As dimensões ambíguas ainda preparam o leitor para a costura final: ama-se desse modo e precisa-se daquele que se ama como quem necessita de “mamãe” e “papai”, carinhosamente colocados no diminutivo. Compreende-se que a família é figura medular quando se discutem as marcas da brasilidade, quase impossíveis de evitar quando se reivindica a manifestação da singularidade nacional.

Esse modo de organizar os indivíduos e de externalizar, a todas as outras relações possíveis no mundo social, aquilo que estaria restrito ao âmbito doméstico e privado, dá vazão a um modo forjado para sustentarmos um método engenhoso que harmoniza um tipo de modernização que não se encaixa em todas as exigências da categoria universalista por excelência, porém que ainda assim existe.

O interessante, então, está no fato de que não há como negar o acesso a experiências ditas pertencentes à era moderna e até mesmo à mudança que as instituições políticas e culturais sofrem a partir delas. No entanto, a mentalidade aristocrática, rural, personalista, emocional e que, portanto, não enxerga problema grave em transitar entre a ternura e a agressão sem a pretensão em ponderá-las, ajeita-se, acomoda-se e encontra em si um dom, diriam alguns, mas uma habilidade ou uma destreza enorme em não ceder totalmente à racionalidade esperada e nem sucumbir completamente, uma vez que ainda permanece em nossa sociabilidade, ao fracasso sentenciado às disposições ordenadas à margem das congêneres europeias.

A partir dessa acepção, o fundo emotivo que move uma espécie de imaginário brasileiro e que assume, concomitantemente, papel de uma de nossas virtudes e de explicação para a lacuna que nos define quase sempre em desvantagem em relação a um contexto externo, vai ganhando, de modo cada vez mais apreensível, forma dual e deixando de constituir a associação primeira que fazemos quando pensamos em comoção.

O comportamento sistematizado numa dimensão sensorial, transforma a aspereza em peça tão capaz de conduzir as ações dos indivíduos, e as instituições que os cercam, quanto a empatia. Nesse sentido, não há proteção e segurança duráveis e sustentáveis. Assim, a vulnerabilidade que emerge dessa conjuntura põe à prova a aspiração de um processo social que se compromete de modo eficaz e igualitário entre os homens de diferentes grupos e com demandas díspares e, não por isso, menos importantes.

Nesse contexto, *Não sei dançar* incita a mesma questão, só que, agora, trazendo notoriamente o sarcasmo sutil e, ao mesmo tempo, pungente do poeta. Os repetidos versos que salientam a expressão “tão Brasil” como característica inerente a determinados aspectos relacionados à nossa cultura, ressaltam, já de início, a bebida que tomamos: *alegria, uma mistura muito excelente de chás*. Embora Bandeira seja muitas vezes lembrado por seu lirismo particular, pode-se apostar que a escolha do léxico utilizado não é ingênua do ponto de vista social.

“Uns tomam éter, outros cocaína.
Eu já tomei tristeza, hoje tomo alegria.
Tenho todos os motivos menos um de ser triste.
Mas o cálculo das probabilidades é uma pilhéria...
Abaixo Amiel!
E nunca lerei o diário de Maria Bashkirtseff.

Uns tomam éter, outros cocaína.
Eu tomo alegria!
Eis aí por que vim assistir a este baile de terça-feira
[gorda.
Mistura muito excelente de chás...
Esta foi açafata...
– Não, foi arrumadeira.
E está dançando com o ex- prefeito municipal:

Tão Brasil!

De fato este salão de sangues misturados parece o

[Brasil...

Há até a fração incipiente amarela

Na figura de um japonês.

O japonês também dança maxixe:

Acugêlê banzai!

A filha do usineiro de Campos

Olha com repugnância

Pra crioula imoral.

No entanto o que faz a indecência da outra

É dengue nos olhos maravilhosos da moça.

E aquele cair de ombros...

Mas ela não sabe...

Tão Brasil!

Ninguém se lembra de política...

Nem dos oito mil quilômetros de costa...

O algodão de Seridó é o melhor do mundo?... Que

[me importa?

Não há malária nem moléstia de Chagas nem

[ancilóstomos.

A sereia sibila e o ganzá do jazz-band batuca.

Eu tomo alegria!"

(BANDEIRA, [1925], 2013, pp. 23-24)

Com sincronia, a açafata ou arrumadeira, duas mulheres vistas em uma posição subalterna, afrouxam o distanciamento previsto em relação a uma personalidade de autoridade, sobretudo, política. Não pela política em si, ninguém se lembra dela como enuncia o poeta, mas por ela representar, nesse sentido, proximidade à noção restrita e familiar nas formas de convívio. Nesse sentido, ao passo que se pode dançar com o ex-prefeito, tal cordialidade abre fissuras para o consentimento de tal vínculo, entretanto, não conclui seu encadeamento quando se precisa ocultar, também, seu lado anuente à ojeriza demonstrada entre a filha do usineiro e a crioula.

O asco aqui desvela, justamente, o equilíbrio aparente, porém não ajustado, entre essas duas dimensões. Ressalto que a ironia é atroz, pois Bandeira sabe que por mais autêntica que se queira provar uma identidade brasileira, a alegria e a familiaridade que se bebe não sustentam uma série de desigualdades que persistem em inúmeras

polaridades. Mistura, com efeito, que se mantém impermeável a depender de conveniências que não autoriza a todos desfilar.

Por essa razão, no que concerne aos rituais e às convenções sociais, atento também às manifestações culturais populares, Manuel Bandeira é um dos modernistas que parece transformar, em matéria poética, a afetividade e a cordialidade brasileiras, no trato dos códigos linguísticos com os signos religiosos. Nessa perspectiva, os traços dessa religiosidade, ao converter o sagrado em experiência pessoal, “ressemantizam” o convencionalismo, a austeridade e a sisudez, que consistem em atributos de outros modos de organização.

Sendo assim, também na referência a figuras do imaginário católico que assomam em *O anjo da guarda*, tomemos outro poema do autor, *Irene no Céu*, no qual é possível observar como elementos relativos à reverência, ao ritualismo e ao trato de questões étnicas se alimentam mutuamente, permitindo pensar, de antemão por meio da literatura, questões ligadas a hierarquias relativas à família patriarcal e à herança rural, o que mostra que tais questões parecem permear um ideário cultural mais amplo:

“Irene preta
Irene boa
Irene sempre de bom humor.
Imagino Irene entrando no céu:
– Licença, meu branco!
E São Pedro bonachão:
– Entra, Irene. Você não precisa pedir licença.”
(BANDEIRA, 2013, p. 93)

A noção de esforço para edificar, no país, um conjunto de comportamentos, hábitos e costumes adversos às nossas disposições e, até de nosso espírito, ocupa papel central no desenho das consequências do que se arquitetaria como tradição a ser revisitada pelo modernismo em busca dessa índole brasileira perdida ou obliterada. De modo divertido e, principalmente com a ironia atroz do poeta, o diálogo entre São Pedro e Irene demonstra a maneira como o patriarcado trata aqueles que lhe servem.

Se, seríamos uns desterrados em nossa própria terra, é interessante perceber como, ao observar a literatura justamente como interlocutora do mundo social, é também possível depurar dela chaves para uma compreensão nacional. Sendo o texto

literário, do mesmo modo, produtor de realidades, Irene, ao chegar no céu, não apenas representa ou ilustra a sociedade brasileira da época, mas a interroga, ri e oferece respostas e cenários, os quais ajudam a iluminar um amplo complexo de buscas. Nesse sentido, a literatura compreendida como parte componente da cultura, isto é, com qualidade de objeto capaz de interpretar as projeções sociais, teria a especificidade também de estabelecer e conduzir significados coletivos, concretos e abstratos, a elas.

Diante dos nossos tipos de organização, seja das instituições ou do pensamento, o tratamento que isenta Irene de pedir licença para adentrar um espaço, que não é qualquer um, mas aquele habitado pela mais elevada autoridade, o Deus criador do céu e da terra, não pressupõe afabilidade entre os indivíduos, ao contrário, nos lembra a confusão característica dada a maneira e a ideia de permissão ambígua e pessoal para quem possa transitar pelos arranjos sociais e coletivos, mesmo aqueles de herança rural ou os tecidos em sua estranha passagem à cena urbana. Para além daquilo que herdamos, a postura do santo “paciente” e “sem malícia”, “ingênuo” ou, como Bandeira sublinha, bonachão, acende o questionamento sobre o desenlace bem-sucedido, ou não, que construímos em relação à ideia de identidade, que é relativa e, não por acaso, instável.

Essas categorias imaginadas que recobrem nossa ideia de nação, na medida em que ganham fundamento na alma daqueles que as recriam, desestabilizando, assim, generalidades entendidas como naturais ou estáveis. Se a nossa definição mais comum nesse imaginário se constituiu e, ainda, muitas vezes, se constitui pela ideia de *falta*, *Libertinagem* é atravessada ao meio devolvendo uma outra semântica a essa supressão.

Se até Deus é considerado brasileiro no jargão popular, percebe-se que não é possível idealizar nada sem base e no vazio. Esse vácuo identitário, que busca ser autêntico, encontra em Bandeira um lugar em que não se precisa pedir “por favor” nem ao Altíssimo. A relação não é somente religiosa, mas cultural e, sobretudo, poética. Uma terra esvaziada que vai sendo preenchida pelo acalanto das concessões, mas que faz emergir, em uma espécie de deboche consciente, a dissimulação encoberta nessa sociabilidade entre desiguais, a qual oculta a maneira como, de fato, esses indivíduos são tratados e considerados nessa sociedade.

O rito polido, epidérmico e exterior, nos remete a uma noção ritualista moderada e, a exigência de mantermos uma personalidade regular e estável, nos imprime obrigação frente a uma espécie de sobriedade - inerente a tipos de cultos rígidos que possuem uma figura central, superior e de autoridade a ser reverenciada - e, nesse caso,

repudiamos tal conduta. A obediência, entre nós, encontra seu revés na regra que anula a intimidade e supõe hierarquias sem mobilidade entre o crente e aquele em quem se crê.

O anseio pela intimidade não se contenta apenas em ser vontade, mas precisa se estabelecer como condição à existência de submissão. Por essa razão, a predileção pelo uso das palavras em grau menor por quase todas as esferas do mundo social atesta, como podemos observar em um dos poemas mais conhecidos de Bandeira, *Porquinho-da-índia*, que o poeta traz à tona uma maneira muito peculiar de imputação de significados, muito comum por aqui. O tratamento que o porquinho recebe e, sobretudo, a expectativa em relação à devolutiva sentimental vinda do animal não é tão díspar da maneira com que Irene se remete ao santo no outro poema citado acima e tampouco com que Nossa Senhora e Santa Teresinha são invocadas no restante de *Libertinagem*.

“Quando eu tinha seis anos
Ganhei um porquinho-da-índia.
Que dor de coração me dava
Porque o bichinho só queria estar debaixo do fogão!
Levava ele prá sala
Pra os lugares mais bonitos mais limpinhos
Ele não gostava:
Queria era estar debaixo do fogão.
Não fazia caso nenhum das minhas ternurinhas...

- O meu porquinho-da-índia foi minha primeira namorada”
(BANDEIRA, 2013, p. 45)

Vê-se que a indiferença em relação aos carinhos é motivo suficiente para lhe cortar o coração, isto é, o desprezo dado pelo bichinho se torna alegoria em vista das representações sociais com as quais estamos acostumados. Embora esse poema pudesse, aparentemente, versar apenas sobre um afeto não correspondido, dentro do que se propõe nesta pesquisa, do conjunto da obra é possível perceber, além disso, sua importância quanto à dificuldade do leitor em distinguir notoriamente algum traço dessemelhante entre as formas de convívio em âmbitos veementemente longínquos.

Por esse ângulo, quanto a um porquinho-da-índia espera-se retribuição de intimidade muito parecida com a relação de uma divindade. Nessas condições, compreende-se que a falta de mediação desse excesso de familiaridade aponta

diretamente para o modo como se consideram as hierarquias e, portanto, a impossibilidade de reconhecimento de obediência a uma figura impessoal.

Acentuando que o catolicismo no Brasil consente uma abertura ao sagrado e, enquanto entre nós isso se torna instância primordial, soa insólito àqueles que visam o comedimento como critério fundamental de respeito. Se assinalamos a cordialidade como aspecto que se define pela transposição da esfera pública pela privada, encaramos a religião não apenas como instituição social e política, mas também encarnada como ordenação cultural que arrasta a família consigo.

A igreja ou o templo não é apenas a casa de Deus, é ambiente doméstico, é a comunidade, é casa de todos. Cada casa deseja ser um pouco capela para acolher seu padroeiro e estar em vizinhança para receber a proteção. Por sua vez, cada capela também parece precisar levar em si um pouco do calor do lar de cada fiel. O pavor à reserva de sentimento, a qual sempre pode ser extrapolada tanto em estima quanto em revolta, sublinha a objeção ao distanciamento que fere a condolência dos cultos e cerimônias.

Independentemente da classe social, os indivíduos buscam estar em aconchego ou ter liberdade suficiente para reprovar sinalizações que venham das entidades divinas. Nesse cenário, nem Deus, nem Cristo, nem os santos e anjos conseguem angariar privilégios significativos em comparação aos indivíduos dotados de materialidade terrena. Ao contrário, os primeiros carregam o ônus e o bônus de parecerem possuir também a capacidade humana de sentir concretamente.

Em vista disso, o ar severo e o rigor existentes na maior parte das convenções religiosas não aninam a gente que enxerga, por exemplo, como fala Bandeira em *Oração no Saco de Mangaratiba*, Nossa Senhora como uma mãe e não como criatura bendita que, necessariamente, seria superior a nós. A grandeza da santidade se consolida muito mais por permitir o contato próximo e íntimo do que por apresentar, como condição e garantia, êxito no amparo rogado.

“Nossa Senhora me dê paciência
Para estes mares para essa vida!
Me dê paciência pra que eu não caia
Pra que eu não pare nesta existência
Tão mal cumprida tão mais comprida
Do que a restinga de Marambaia!...”
(BANDEIRA, [1926], 2013, p. 69)

O relevo dado às expressões cordiais e a ênfase conferida ao mundo perceptível e empírico oferecido pela religião se dilatam em meio aos arranjos brasileiros, ganhando não apenas terreno no sentido mais amplificado da palavra, mas encaixando carinho e docilidade a comportamentos profanos e temporais oriundos das próprias santidades. Infere-se que a mesma imagem imaculada dos seres bem-aventurados faz questão de manchar-se com elementos mundanos e parece ser propositalmente ambígua em sua prática. A união lícita à perversidade humana demonstra, por fim, que, de fato, o ritualismo não é entre nós algo fundamentalmente imperativo e indispensável.

O alongamento do círculo doméstico e sua invasão pelas arestas do ambiente público, além de sua oposição à formação de um Estado caracterizado pela racionalidade europeia, se torna não apenas visível como palpável pela referência quase carnal à matéria e sua insipiência forjada àquela espiritualidade considerada verdadeira, metafísica, moral e reverenciosa. Aos nossos moldes de organização coube a transigência de um liame disposto a negociações, hierarquias bambas, ações ocultadas e uma identidade nacional dúbia.

Por essa razão, no irresoluto exercício dessa religiosidade, tudo se pede com afagos ou violência na mesma proporção em que tudo pode ser negado com as mesmas características. O instigante desse cenário está em constatar que não há nenhuma personalidade puramente guardada na polidez de sua classe, na hereditariedade de seu nome ou em sua superioridade espiritual. Se não for preservado pela isenção do trabalho braçal, mais repudiado pelos homens do que rigidez das relações sociais e religiosas, não há santo que esteja verdadeiramente agasalhado nesse contexto.

A oscilação, portanto, que confunde a imposição de diretrizes firmes, acaba em si mesma configurando uma ordenação singular em nossa forma. Sendo assim, a desordem desafia os limites da impossibilidade de uma construção cultural e política externa ao apelo do culto avesso à ponderação e mais condizente aos sentimentos exacerbados.

Fazendo menção a citações bíblicas, a exemplo de *Gênesis, 1:2*, no poema *Teresa*, a personagem que leva o mesmo nome da poesia é vista como mulher secular, mas, por outro lado, se combinam com a condição de santidade descrita na sagrada escritura. Não se sabe se a moça é realmente humana ou não, não se sabe exatamente

quando as naturezas, por certo, se amalgamam, tal qual a noção difundida sobre a nossa cultura no que se refere à incursão da esfera privada no âmbito público.

“A primeira vez que vi Teresa
Achei que ela tinha pernas estúpidas
Achei também que a cara parecia uma perna

Quando vi Teresa de novo
Achei que os olhos eram muito mais velhos que o
[resto do corpo
(Os olhos nasceram e ficaram dez anos esperando
[que o resto do corpo nascesse)

Da terceira vez não vi mais nada
Os céus se misturaram com a terra
E o espírito de Deus voltou a se mover sobre a face
[das águas.”

(BANDEIRA, 2013, p. 63)

No primeiro livro do Antigo Testamento, o espírito de Deus que paira sobre a face das águas, quando a mesma ainda está sem forma e vazia e, que afasta o abismo das trevas, parece ser o mesmo que emaranha a revelação da fisionomia de Teresa no poema de Bandeira. Uma comparação que, justamente por não ser assimétrica, nos termos que se esperaria, não nos é espantosa em sua leitura, ao contrário, soa costumeiro, trivial e cordial, sobretudo, conceitualmente.

Analogamente, o título do poema *Oração a Teresinha do Menino Jesus* revela, já previamente, muito sobre a popularidade brasileira da santa francesa Teresa de Lisieux, freira carmelita e um dos maiores expoentes do catolicismo, que aqui recebe o trato fraterno, quase sem distanciamento, próximo ao coração e chegado ao menino Jesus. Ressalto o substantivo utilizado, menino, o qual evidencia que o filho da virgem Maria deixa de estar envolto exclusivamente pelo manto da mãe e pode ser eventualmente confundido com outra criança.

“Perdi o jeito de sofrer
Ora essa.
Não sinto mais aquele gosto de cabotino da tristeza.
Quero alegria! Me dá alegria,
Santa Teresa!
Santa Teresa não, Teresinha...
Teresinha... Teresinha...
Teresinha do menino Jesus.

Me dá alegria!
Me dá a força de acreditar de novo
No
Pelo Sinal
Da Santa
Cruz!
Me dá alegria! Me dá alegria,
Santa Teresa!...
Santa Teresa não, Teresinha...
Teresinha do menino Jesus.”
(BANDEIRA, 2013, p. 75)

Desse modo, a intimidade ultrapassa o tom rijo do evangelho e traz para perto um garoto que brinca conosco em terra e, ainda assim, é celestial. Entre nós, Cristo parece gostar de samba e Jesus teima em se divertir, mesmo que essa liberdade lhe devesse ser respeitosamente negada. Para além da complementaridade do nome, Jesus Cristo, ambos fundem-se em uma mesma projeção. Do gracejo cristão à informalidade mesclada às religiões afro-brasileiras, o poeta nos acende a possibilidade de perceber que o tratamento intimista não se restringe apenas ao catolicismo. Novamente saliento que a questão não é apenas de religiosidade, é algo cultural, simbólico, poético e, por essa razão, expande-se aos detalhes da vertente religiosa.

Em *Macumba do Pai Zusé*, o autor não afronta somente a norma culta, característica do movimento modernista, mas descortina a gozação que se faz com aquela que deveria estar em posição superior em uma suposta hierarquia: sangue de branca vira água. Sangue de gente branca não tem garantia, exceto se envolver o personalismo do trabalho eximido do esforço. Sangue de branca vira água, pois se vai, com acanhada terçaria, facilmente do amor ao ódio ou da reza salvadora ao mau agouro.

“Na macumba do Encantado
Nego véio pai de santo fez mandinga
No palacete de Botafogo
Sangue de branca virou água
Foram vê estava morta!”
(BANDEIRA, 2013, p. 87)

Entre nós, o apelo do sentir vem à frente e determina os lugares sociais seja na macumba do “nego véio” seja na capacidade creditada à Santa Teresa de dar ao eu lírico alegria, seu enfático pedido. Em vista disso, é paradoxal e interessante a forma como a busca de uma autenticidade brasileira fez da mesma conduta seu álibi e sua culpa. A proximidade entre os envolvidos não é apenas simbólica, mas sensorial. Esses indivíduos estão adjacentes, tratam-se como se as relações fossem verdadeiramente limítrofes e justificam suas ações de mando e de controle pelo mesmo motivo pelo qual se afaga alguém que se exclui culturalmente em nossa sociedade.

Em um alcance bastante semelhante, a interlocução que aparece em outro poema de *Libertinagem*, denota a linguagem licenciosa e carregada de pessoalidade entre o menino Jesus e o “preto”, modo familiar que, em *Mangue*, o último é chamado pelo filho de Deus. Nesse cenário, similar ao diálogo que de *Irene no céu*, mesmo tendo clareza de quem é que possui, com efeito, o poder de mando, é o cativo que parece escolher a quem obedecer e só o faz pela familiaridade com a virgem Maria. Desse modo, percebe-se que não é apenas Jesus que é seu filho, pois, de alguma forma, toda uma comunidade considera-se dentro desse parentesco, o qual não significa necessariamente uma vantagem.

“Mangue mais Veneza americana do que o Recife
Cargueiros atracados nas docas do Canal Grande
O Morro do Pinto morre de espanto
Passam estivadores de torso nu suando facas de
[ponta
Café baixo
Trapiches alfandegados
Catraias de abacaxis e de bananas
A Light fazendo crusvaldina com resíduos de coque
Há macumbas no piche

Eh cagira mia pai
 Eh cagira
 E o luar é uma coisa só
Pátria amada idolatrada de empregadinhos de
[repartições públicas]
Gente que vive porque é teimosa
 Cartomantes da Rua Carmo Neto

 Cirurgiões-dentistas com raízes gregas nas tabuletas
 [avulsivas]
 O Senador Eusébio e o Visconde de Itaúna já se
 [olhavam com rancor]
 (Por isso
 Entre os dois
 Dom João IV mandou plantar quatro renques de
 [palmeiras-imperiais]
Casinhas tão térreas onde tantas vezes meu Deus fui
[funcionário público casado com mulher]
[feia e morri de tuberculose pulmonar]
 Muitas palmeiras se suicidaram porque não viviam
 [num píncaro azulado.
 Era aqui que choramingavam os primeiros choros
 [dos carnavais cariocas.

 Sambahs da Tia Ciata
 Cadê mais Tia Ciata
 Talvez em Dona Clara meu branco
 Ensaiaando cheganças pra o Natal
O menino Jesus – Quem sois tu?
O preto – Eu sou aquele preto principá do
[centro do cafange do fundo]
[do rebo. Quem sois tu?
O menino Jesus – Eu sou o fio da Virge Maria.
O preto – Entonces como é fio dessa senhora,
[obedeço.
O menino Jesus – Entonces cuma você
[obedece, reze aqui um
[terceto pr'esse exerço vê.
O Manguê era simplesinho
 Mas as inundações dos solstícios de verão
 Trouxeram para Mata-Porcos todas as uiaras da

[Serra da Carioca
Uiaras do Trapicheiro
Do Maracanã
Do rio Joana
E vieram também sereias de além-mar jogadas pela
[ressaca nos aterrados da Gamboa
Hoje há transatlânticos atracados nas docas do
[Canal Grande
O Senador e o Visconde arranjaram capangas
Hoje se fala numa porção de ruas em que dantes
[ninguém acreditava
E há partidas para o Manguê
Com choros de cavaquinho, pandeiro e reco-reco
És mulher
És mulher e nada mais”
(BANDEIRA, 2013, pp. 47-48)

O laço consanguíneo ao mesmo tempo que oferece afeto possibilita o abuso do arbítrio, assim como o disfarce envolvido na oportunidade de permissão e de escolha desamarrada do indivíduo marginalizado não se sustenta quando se desestabiliza e sobressalta o privilégio personalista e imaginado de alguém. Tia Ciata (1854-1924), sambista, cozinheira, mãe de santo, baiana e pessoa importantíssima na cena cultural carioca do período, com a mesma sociabilidade e denguiço, percorre, no poema, tanto os mesmos espaços que outros símbolos e signos católicos quanto de outro cidadão “comum”.

A mistura de chás já mencionada por Bandeira, não faz de nós, miscigenados, um povo aberto. É justamente na contramão desse aspecto vulgarizado que o poeta ressalta a fragilidade desse modo de nos relacionarmos socialmente, não por denúncia, mas quase por sensatez de percepção. O manguê era simplesinho não fatalmente por doçura, mas por engenhosidade, da mesma maneira que *meu branco* e *meu preto* perdem rapidamente sua feição de posse e de carinho se, assim, for necessário.

Além disso, no mesmo poema, aufere-se uma postura largamente próxima ao que definiríamos como uma conduta cordial, nos termos conceituais, latente. A repulsa às atividades abstratas e impessoais que caracterizariam um cenário moderno reúne em

alguns desses versos o sarcasmo e o desprezo por uma nação venerada por trabalhadores imersos em uma ordem burocrata ou, pelo menos, na tentativa dela.

O funcionalismo público é encarado com zombaria e, numa espécie de mediocridade, experienciado por gente caprichosa. Nesse sentido, “a pátria amada idolatrada de empregadinhos”, uso no diminutivo que também indica desdém, “de repartições públicas”, com sua marca de frieza, não anuncia probabilidade de felicidade e plenitude, mas ressalta o tédio da inexpressividade relativa à falta de emoção, a se preferir, muitas vezes, o ódio, a doença e a morte.

Com a decadência da velha lavoura e a projeção do avanço citadino, os senhores dos latifúndios de terra e, como consequência, a atmosfera doméstica, teoricamente precisariam lidar com a ameaça a seus ofícios favorecidos por benefícios particulares. No entanto, o que se viu perdurar desde o início do século XIX, princípios dessa expectativa de mudança, foram outras ocupações, muito distintas dessa tradição, reivindicar sobrepujança equivalente às funções políticas liberais. Desse modo, a poesia de Bandeira é uma provocação irônica e perspicaz que não reflete essa sociedade, mas a constrói.

No Brasil, a composição improvisada de uma burguesia²² urbana impacta diretamente na reflexão sobre a cordialidade, essencialmente, no que tange a tensão entre passado e presente, ao legado institucional e às condições sociais e materiais, consideradas características ambíguas que resultaram da inadequação brasileira com as formas de convívio social e de organização política herdadas da tradição ibérica. Nesse sentido, já não é a rusticidade da matéria que resiste às formas advindas do legado lusitano, mas é esse último e a adaptação imposta de seu modelo institucional que constroem a construção de uma nova sociedade, distinta quando conferida a essa herança.

No poema que segue abaixo, *A Virgem Maria*, o eu lírico faz mais do que rogar à figura misericordiosa, ele confessa, se expõe, abre os motivos que cavaram sua cova a

²² Cf. CARVALHO, J. M. de. “Elites políticas e construção do Estado”. In: *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. De acordo com José Murilo de Carvalho, pode-se retomar a tese de que quanto maior for êxito da revolução burguesa, mais reduzido será o peso regulador da vida social no que cabe ao Estado, menos significativo o papel do funcionalismo civil e militar, assim como mais representativa será as elites políticas. Nesse sentido, nos países de revolução burguesa abortada como Portugal, predominou na elite o elemento burocrático pois, a aristocracia dependendo, em grande parte, do emprego público para a sobrevivência, revelava sua dependência do Estado e seu crescente caráter parasitário. Por isso, afirma o autor, fora nítido o processo de treinamento específico para exercício do governo e tentativa de profissionalização dos empregos públicos, isto é, a tentativa forçada de formar uma burocracia no sentido moderno do termo. Não obstante, no caso do Brasil, foi também esta herança que nos forneceu a base para a manutenção da ex-colônia.

renunciar um mundo impessoal que não oferece a ele códigos suficientes para interpretar o modo como as relações sociais se organizam. Os trâmites administrativos, oficiais, civis e legais são os mesmos que injuriam aquele que busca, na santa, ouvir o alívio do calor que venha de um outro possível conjunto coletivo: há sol “lá fora”. E este seria, exatamente, aquele que eu defino como lado solar da cordialidade.

*“O oficial de registro civil, o coletor de impostos,
[o mordomo da Santa Casa e o administrador
[do cemitério de São João Batista
Cavaram com enxadas
Com pás
Com as unhas
Com os dentes
Cavaram uma cova mais funda que o meu suspiro
[de renúncia*

Depois me botaram lá dentro
E puseram por cima
As Tábuas da Lei

Mas de lá de dentro do fundo da treva do chão da cova
Eu ouvia a vozinha da Virgem Maria
Dizer que fazia sol lá fora
Dizer i n s i s t e n t e m e n t e
que fazia sol lá fora.”
(BANDEIRA, 2013, p. 67)

Sedimentados por um longo passado agrário, tanto o pensamento quanto o perfil comportamental da casa-grande adentrou pelas portas das metrópoles e usurpou também o mecanismo de funcionamento das atividades em geral, até em sua escala mais modesta das profissões “progressistas”. Em vista disso, o exercício da ocupação pública se dissolve em um sistema telúrico e senhores e escravos transformam-se em quem manda e em quem obedece, ávidos por enobrecimento.

Desse modo, o personalismo, a cultura da personalidade, a valorização extremada da pessoa e de sua autonomia ao outro acabam por constituir a submissão às regras e valores das coletividades são substituídos pelo grau de valoração que um indivíduo alcance na extensão em que não dependa dos demais. Tal sentimento de

dignidade própria surgiu com a nobreza e, a burguesia ascendente, ao contrário de revelar oposição, acabou integrando-se a ela. Com isso, a lassidão da estrutura social e a permeabilidade das hierarquias fizeram com que a burguesia mercantil não precisasse aderir a uma maneira totalmente distinta de viver ou pensar e que, assim, apontasse significativamente seu predomínio.

Em *Evocação Do Recife*, à primeira vista, evidencia-se a liberdade de forma e conteúdo no cenário modernista da criação do verso, mas vê-se também a construção de um mundo intimista e de um lirismo que tangencia uma espécie de memória comunal, com fortes marcas regionais, e que evocam não apenas um Recife, mas o tipo de organização dessa sociabilidade muito próxima do que se entende como “brasileiro”, ou do que se tentava fazer compreender e imaginar, naquele contexto.

Somos posicionados, desse modo, frente a dois eixos que não são independentes na obra de Bandeira, mas são intrínsecos, uma vez que a saudade, o vazio, a lembrança e a doença, conjunto que se manifestaria numa imagem individual, na poesia bandeiriana, ganha forma da cidade, das ruas, da casa de seu avô, especificamente. Como se, numa circunferência, o particular fosse centralizado e emasse radiações a todo restante das formas coletivas e das composições sociais.

“Recife

Não a Veneza americana

Não a Mauritsstad dos armadores das Índias

[Ocidentais

Não o Recife dos Mascates

Nem mesmo o Recife que aprendi a amar depois –

Recife das revoluções libertárias

Mas o Recife sem história nem literatura

Recife sem mais nada

Recife da minha infância

A Rua da União onde eu brincava de chicote-

[-queimado e partia as vidraças

[da casa de dona Aninha Viegas

Totônio Rodrigues era muito velho e botava o

[pincenê na pota de nariz

Depois do jantar as famílias tomavam a calçada com

[cadeiras, mexericos, namoros, risadas

A gente brincava no meio da rua

Os meninos gritavam:

Coelho sai!

Não sai!

À distância as vozes macias das meninas politonavam:

Roseira dá-me uma rosa

Craveiro dá-me um botão

(Dessas rosas muita rosa

Terá morrido em botão...)

De repente

nos longes da noite

um sino

Uma pessoa grande dizia:

Fogo em Santo Antônio!

Outra contrariava: São José!

Totônio Rodrigues achava sempre que era São José.

Os homens punham o chapéu saíam fumando

E eu tinha raiva de ser menino porque não podia ir

[ver fogo

Rua da União...

Como eram lindos os nomes das ruas da minha

[infância

Rua do Sol

(Tenho medo que hoje se chame do Dr. Fulano de Tal)

Atrás de casa ficava a Rua da Saudade...

... onde se ia fumar escondido

Do lado de lá era o cais da Rua da Aurora...

... onde se ia pescar escondido

Capiberibe

— Capiberibe

Lá longe o sertãozinho de Caxangá

Banheiros de palha

Um dia eu vi uma moça nuinha no banho

Fiquei parado o coração batendo

Ela se riu

Foi o meu primeiro alumbramento

Cheia! As cheias! Barro boi morto árvores destroços

[redemoinho sumiu

E nos pegões da ponte do trem de ferro os caboclos

[destemidos em jangadas de bananeiras

Novenas

Cavalhadas

Eu me deitei no colo da menina e ela começou a

[passar a mão nos meus cabelos

Capiberibe

– Capiberibe

Rua da União onde todas as tardes passava a preta

[das bananas

Com o xale vistoso de pano da Costa

E o vendedor de roletes de cana

O de amendoim

que se chamava midubim e não torrado

[era cozido

Me lembro de todos os pregões:

Ovos frescos e baratos

Dez ovos por um pataca

Foi há muito tempo...

A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros

Vinha da boca do povo na língua errada do povo

Língua certa do povo

Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil

Ao passo que nós

O que fazemos

É macaquear

A sintaxe lusíada

A vida com uma porção de coisas que não

[entendia bem

Terras que não sabia onde ficavam

Recife...

Rua da União...

A casa de meu avô...

Nunca pensei que ela acabasse!

Tudo lá parecia impregnado de eternidade

Recife...

Meu avô, morto.

Recife morto, Recife bom, Recife brasileiro como a

[casa de meu avô.]”

(BANDEIRA, [1925], 2013, pp. 55-59)

Sendo assim, não é a qualquer Recife que o poeta chama. O vocativo, nesse caso, é desenhado especificamente a partir da noção de nacionalidade entrelaçada com as concepções de lembrança e de esquecimento. Ao desmembrar o indivíduo da comunidade doméstica e, por esse motivo, libertá-lo das qualidades familiares, aproximaria sua adaptação à “vida prática”, objetiva e, portanto, não emocional, em sociedade. No entanto, observa-se outro tipo de inclinação no convívio social evocado no poema, o qual reclama um Recife que é, ao mesmo tempo, nação e moradia particular de sua infância. Misturam-se aqui, de forma aparentemente natural, o que pode ser considerado comunitário e aquilo encarado como particular.

Nesse sentido, não porque, necessariamente, Bandeira corrobora pessoalmente essa visão, mas vê-se o fenômeno da continuidade dos preceitos fundados na mentalidade do decadente domínio rural ao longo processo de modernização, no qual era agudo o desenvolvimento de centros urbanos, mas, tendo como referência e contingente humano procedente das antigas oligarquias rurais sem que trouxesse consigo um modo de pensar e agir “ascendente”. Com um escárnio quase doce, *Pensão familiar* ilumina tal problemática anteriormente à formulação do conceito de cordialidade em *Raízes do Brasil*. A ética da fidalguia, constituída com base em muitos desses aspectos mencionados, pode ser interpretada pela analogia do gato, criatura mais sofisticada do que algum membro do, então, novo estrato burguês:

si mesmo a fim de se bastar e, de maneira imperativa, impor sua mentalidade como regra coletiva. Logo, foi essa a burguesia que pareceu forjar-se entre nós.

Quando Bandeira menciona que um animal urinando, tratado, ainda assim, no diminutivo e de modo infantilizado para aproximá-lo do coração, seria a “única criatura fina na pensãozinha burguesa”, o poeta ironiza a própria ideia de hierarquia estabelecida sob os alicerces de privilégios pelos quais todos, independente de sua posição social, desejam ser distinguido como um fidalgo. Nesse caso, a fidalguia não está ligada diretamente ao nome herdado e, por essa razão, a hereditariedade se apequena na medida em que ser filho de algo não está condicionado à filiação de alguém, mas refere-se à noção de ser filho de si mesmo e de bastar-se resguardado na dignidade, vista como resultante, das honrarias pela isenção do trabalho mecânico e, por isso, vil. Em vista disso, poderia se pensar que tal vaidade requerida, ainda que hoje anacrônica nesses termos, persiste e reverbera em suas exterioridades.

Bandeira publica a obra *Libertinagem* em 1930, seis anos antes da publicação de *Raízes do Brasil*, em que aparecem muitos poemas desde o início da década de 1920. A possibilidade, portanto, de entrever a noção de cordialidade muito antes de sua formulação teórica ganhar estatua conceitual com Sérgio Buarque, indica a própria cordialidade como elemento carregado de aspectos transeuntes e importantes para a formulação da modernidade no Brasil, sem que esta precise, necessariamente, estar enfaixada em um autor.

A riqueza de se poder examinar o conceito, seja na sociologia, seja no texto literário, ou seja, nas artes em geral, é que tal abertura oferece uma maior flexibilidade para tentarmos compreender os caminhos enveredados na passagem ao presente e um material mais extenso e amplo para que se possa investigar de que modo engendramos a vida longa e o suspiro resistente, que não sucumbe, dos paradoxos que nos constituem.

3.2. Mário de Andrade

“(...) onde um se afoga (e morre) na busca pela busca profunda, o outro navega, recusando-se a ouvir o canto sirênico das origens distantes.” (MONTEIRO, 2012, p. 219)

“(...) onde Sérgio avança e busca a fronteira em sua mobilidade e instabilidade, Mário se deixa encantar e perturbar pela necessidade de encontrar, nessa mesma fronteira, a experiência da comunhão que possa dizer algo sobre o destino do Brasil.” (MONTEIRO, 2012, p. 317)

Por esse ângulo, é possível também apreender o conceito de cordialidade através de uma tessitura mais ampla em *Contos Novos* (1947), no qual se observa a apresentação, por Mário de Andrade, de uma nova leitura do seu momento histórico-cultural, sendo oferecido outro vigor à crítica de posições que, segundo o próprio escritor, mesmo tendo produzido belas aspirações, revelavam seu teor ideológico quando se contrapunham ao estado de coisas pós-1930²³.

Nessas narrativas, dedicou-se intensamente a um acerto de contas com as concepções sobre a tarefa do intelectual no quadro brasileiro e se empenhou na crítica a visões simpáticas a respeito do país em que havia apostado no decênio anterior. O autor parecia concluir que, para superar a consciência de inferioridade determinante na cultura nacional, a imaginação de nossos intelectuais se distanciara da realidade brasileira, e seus prognósticos mostravam-se desajustados quando não haviam realizado o salto para aquilo que entendiam como modernidade.

Em vista dessas previsões modernistas, as tensões são evidentes em tais narrativas que interpretam, tecem e incitam a discussão sobre temas que ainda permaneciam e, dessa forma, oferecem uma chave para analisar aspectos ligados à cordialidade advindos de um contexto cultural que abrange também a literatura. Nesse viés, observamos o prolongamento dos círculos forçosamente familiares e podemos pensar que tais aspectos da cordialidade não apenas excedem o âmbito político ou burocrático, mas, principalmente, enraízam-se de maneira problemática na esfera cultural das relações cotidianas.

²³ Cf. CANDIDO, 1989, p. 181-199. Como referência ao período que o autor denomina como “Revolução de 30”, no qual destaca as mudanças resultantes da passagem do projeto estético ao ideológico que datam da passagem do decênio de 1920 ao de 1930.

Os textos de Manuel Bandeira e de Mário Andrade, na medida em que manifestam uma preocupação com a busca de traços importantes da nacionalidade brasileira, são preciosos para essa interpretação. Desse modo, ao esmiuçar os poemas e contos mencionados, observam-se aspectos ligados à cordialidade interpretados como traço ainda permanente na sociedade, os quais se insemnam na cultura e encaminham uma projeção sobre o seu mecanismo de funcionamento fora da chave de superação proposta por Sérgio Buarque que tanto foi criticada, visto que, mesmo com a progressiva urbanização, e ainda hoje, o homem cordial não se achou fadado “provavelmente a desaparecer, onde ainda não desapareceu de todo” (HOLANDA, [1948] 2006, p. 396).

No entanto, não se trata, nesta dissertação, de apontar os componentes “nacionais” contidos ou não nessas obras, ainda que em larga medida os escritores tenham atentado para isso. Não há pretensão de discutir ou afirmar a existência de um caráter próprio ou autenticamente brasileiro, mas de questionar, com o recurso analítico oferecido pela interpretação social que essas obras trazem, as tensões que aparecem nessas produções modernistas no ponto em que elas dialogam com o diagnóstico presente em *Raízes do Brasil* quanto à superação da cordialidade. De acordo com João de Castro da Rocha (1998), ainda hoje existe pouca acuidade na leitura que atribui à cordialidade apenas os aspectos associados à “lhaneza do trato”. Isso talvez ocorra porque, em alguma medida, nós resistimos a enfrentar determinadas mazelas da sociedade brasileira.

Por essa razão, ao entrarmos pela chave que considera o conceito a partir de uma textura mais abrangente e relacionada às ordenações culturais, pode-se observar, apoiando-se na interpretação social oferecida pela produção literária, que essas mazelas são complexas, pois é como se houvesse a manutenção de um lado solar e um lado obscuro do mesmo conceito que oferecessem vias de duas vertentes para a interpretação de nossa cultura e de como ela se mantém. O solar da nossa forma de sociabilidade se situaria na afabilidade e na proximidade física de indivíduos com reconhecimento social desigual, porém é uma proximidade dos contrários, uma familiaridade que pode ocultar uma grande indiferença para as desigualdades sociais, um lado solar no qual seu quadro “positivo” por si só não se sustenta.

Dessa maneira, é possível considerar que o conto *O Ladrão* parece reconhecer este traço, o qual nos orienta a pensar o conceito de modernidade atrelado à permanência desses elementos fora da chave que o denomina simplesmente como

“síntese do atraso”, mas, a partir do ponto de vista localizado no âmbito cultural, tentar compreender e questionar como os mesmos se mantêm através da ideia de proximidade, em medidas variadas, a exemplo do personalismo, patriarcalismo e da apatia a determinadas desigualdades sociais apesar do processo de urbanização:

“ — Pega!

O berro, seria pouco mais de meia-noite, crispou o silêncio no bairro dormido, acordou os de sono mais leve, botando em tudo um arrepio de susto. O rapaz veio na carreira desabalada pela rua.

— Pega!

Nos corpos entrecortados, ainda estremunhando na angústia indecisa, estalou nítida, sangrenta, a consciência do crime horrroso. O rapaz estacara numa estralada de pés forçando pra parar de repente, sacudiu o guarda estatelado:

— Viu ele!

O polícia inda sem nexo, puxando o revólver:

— Viu ele?

—P...

Não perdeu tempo mais, disparou pela rua, porque lhe parecera ter divisado um vulto correndo na esquina de lá. O guarda ficou sem saber o que fazia, porém da mesma direção do moço já chegavam mais dois homens correndo. O guarda eletrizado gritou:

— Ajuda! e foi numa volada ambiciosa na cola do rapaz.

— Pega! Pega! os dois perseguidores novos secundaram sem parar. Alcançaram o moço na outra esquina, se informando com um retardatário que só àquelas horas recolhia.

—... é capaz que deu a volta lá em baixo...

No cortiço, a única janela de frente se abriu, inundando de luz a esquina. O retardatário virou-se para os que chegavam:

— Não! Voltem por aí mesmo! Ele dobrou a esquina lá de baixo! Fique você, moço, vigiando aqui! Seu guarda, vem comigo!

Partiu correndo. Visivelmente era o mais expedito, e o grupo obedeceu, se dividindo na carreira. O rapaz desapontara muito por ter de ficar inativo, ele!

Justo ele que viera na frente!... No ar umedecido, o frio principiou caindo vagarento. Na janela do cortiço, depois de mandar pra cama o homem que aparecera atrás dela, uma preta satisfeita de gorda assuntava. Viu que a porta do 26 rangia com meia luz e os dois Moreiras saíram por ela, afobados, enfiando os paletós. O Alfredinho até derrubou o chapéu, voltou pra pegar, hesitou, acabou tomando a direção do mano.

O guarda com o retardatário, já tinham dobrado a esquina lá de baixo. Uma ou outra janela acordava numa cabeça inquieta, entre agasalhos. Também os dois perseguidores que tinham voltado caminho, já dobravam a outra esquina. Mas foi a preta, na calma, quem percebeu que o quarteirão fora cercado.

— Então decerto ele escondeu no quarteirão mesmo.

O rapaz que só esperava um pretexto pra seguir na perseguição, deitou na carreira. Parou.

— A senhora então fique vigiando! Grite se ele vier!

E se atirou na disparada, desprezando escutar o “Eu não! Deus te livre!” da preta, se retirando pra dentro porque não queria história com o cortiço dela não. Pouco depois dos Moreiras, virada a esquina de baixo, o rapaz alcançou o

grupo dos perseguidores, na algazarra. Um dos manos perguntava o que era. E o moço:

— Pegaram!

— Safado... ele...

— Deixa de lero-lero, seu guarda! assim ele escapa!

Aliás fora tudo um minuto. Vinha mais gente chegando.

— O que foi?

— Eu vou na esquina de lá, senão ele escapa outra vez!

— Vá mesmo! Olha, vá com ele, você, para serem dois. Seu guarda! o senhor é que pode pular no jardim!

— Mas é que...

— Então bata na casa, p...

O polícia inda hesitou um segundo, mas de repente encorajou:

— Vam'lá!

Foram. Foi todo o grupo, agora umas oito pessoas. Ficou só o velho que já não podia nem respirar da corridinha. Os dois manos, meio irritados com a insignificância deles a que ninguém esclarecera o que havia, ficaram também, castigando os perseguidores com ficarem. Lá no escuro do ser estavam desejando que o ladrão escapasse, só pra o grupo não conseguir nada. Um garoto de rua estava ali rente, se esfregando tremido em todos, abobalhado de frio. Um dos Moreiras se vingou:

— Vai pra casa, guri!... de repente vem um tiro...

— Será que ele atira mesmo! perguntou o baita que chegava.

E o velho:

— Tá claro! Quando o Salvini, aquele um que sufocou a mulher no Bom Retiro, ficou cercado...

Mas de súbito o apito do guarda agarrou trilando nos peitos, em fermatas alucinantes. Todos recuaram, virados pro lado do apito. Várias janelas fecharam.

O grupo estacara em frente de umas casas, quase no meio do quarteirão. Eram dois sobradinhos gêmeos, paredes-meias,

na frente e nos lados opostos os canteiros de burguesia difícil. Os perseguidores trocavam palavras propositalmente em voz muito alta. O homem decerto ficava amedrontado com tanta gente.. Se entregava, era inútil lutar... Em qual das casas bater? O que vira o fugitivo pular no jardimzinho, quem sabe um dos rapazes guardando a esquina, não estava ali pra indicar. Aliás ninguém pusera reparo em quem falara. Os mais cuidadosos, três, tinham se postado na calçada fronteira, junto ao portão entreaberto, bom pra esconder. Se miravam ressabiados, com um bocado de vergonha. Mas um sorrindo:

— Tenho família.

— Idem.

— Pode vir alguma bala...

— Eu me arrei, por via das dúvidas!

Quase todas as janelas estavam iluminadas, botando um ar de festa inédito na rua. Saía mais gente encapuçada nas portas, coleção morna de pijamas comprados feitos, transbordando pelos capotes mal vestidos. O guarda estava tonto, sustentando posição aos olhos do grupo que dependia dele. Mas lá vinham mais dois polícias correndo. Aí o guarda apitou com entusiasmo e foi pra bater numa das casas. Mas da janela da outra jorrou de chofre no grupo uma luz, todos recuaram. Era uma senhora, ainda se abotoando.

— Que é! que foi que houve, meu Deus!

— Dona, acho que entrou um homem na sua casa que..

— Ai, meu Deus!

— ... a gente veio...

— Nossa Senhora! meus filhos!

Desapareceu na casa. De repente escutou-se um choro horrível de criança lá dentro. Um segundo todos ficaram petrificados. Mas era preciso salvar o menino, e à noção de “menino” um ardor de generosidade inflamou todos. Avançaram, que pedir licença nem nada! uns pulando a gradinha, outros já se ajudando a subir pela janela mesmo, outros forçando a porta.

Que se abriu. A senhora apareceu, visão de pavor, desgrenhada, com as três crianças. A menina, seus oito anos, grudada na saia da mãe, soltava gritos como se a tivessem matando. A decisão foi instantânea, a imagem da desgraça virilizara o grupo. A italiana de uma das casas operárias defronte, vira tudo, nem se resguardava: veio no camisolão, abriu com energia passagem pelos homens, agarrou a menina nos braços, escudando-a com os ombros contra tiros possíveis, fugira pra casa. Um dos homens imitando a decidida agarrara outra criança, e empurrando a senhora com o menorzinho no colo, levava tudo se esconder na casa da italiana. Os outros se dividiram. Barafustaram pela casa aberta, alguns forçaram num átimo a porta vizinha, tudo fácil de abrir, donos em viagem, a casa se iluminou toda. Veio um gritando na janela do sobrado:

— Por trás não fugiu, o muro é alto!

— Ói lá!

Era a mocetona duma das casas operárias fronteiras, a “vanyti-case” de metalzinho esmaltado na mão, largara de se empoar, apontando. Toda a gente parou estarecida, adivinhando um jeito de se resguardar do facínora. Olharam pra mocetona. Ela apontava no alto, aos gritos. Era no telhado. Um dos cautelosos, não se enxergava bem por causa das árvores, criou coragem, se abaixou e pôde ver. Deu um berro, avisando:

— Está lá!

E veio feito uma bala, atravessando a rua, se resguardar na casa onde empoleirara o ladrão. Os dois comparsas dele o imitaram. As janelas em frente se fecham rápidas, bateu uma escuridão sufocante. E os polícias, o rapaz, todos tinham corrido pra junto do homem que vira, se escondendo com ele, sem saber do que, de quem, a evidência do perigo independendo já das vontades. Mas logo um dos polícias reagindo, sacudiu o horrorizado, fazendo-o voltar a si, perguntando gritado, com raiva. E a raiva contra o cauteloso dominou o grupo. Ele enfim respondeu:

— Eu também vi... (mal podia falar) no telhado...
— Dissesse logo!
— Está no telhado!
— Vá pra casa, medroso!
— Medroso não!

O rapaz atravessou a rua correndo, pra ver se enxergava ainda. O grupo estourou de novo pelas duas casas a dentro.

— Ele não tem pra onde pular!
— Coitado!
— Que cuidado! ele que venha!
— Falei “coitado”...

Nos quintais dos fundos mais gente inspecionava o telhado único das casas gêmeas. Não havia por onde fugir. E a caça continuava sanhuda. Os dois sobrados foram esmiuçados, quarto por quarto, não houve guarda-roupa que não abrissem, examinaram tudo. Nada.

— Mas não há nada! um falou.
— Quem sabe se entrou no forro?
— Entrou no forro!
— Tem clarabóia?

O rapaz, do outro lado da rua, examinara bem. Na parte de frente do telhado, positivamente o homem não estava mais. Algumas janelas se entreabriram de novo, medrosas, riscando luz nas calçadas.

— Pegaram?
— P...

Mas alguém lhe segurara o braço, virou com defesa.

— Meu filho! olhe a sua asma! Deixe, que os outros pegam!
Está tão frio!...

O rapaz, deu um desespero nele, a assombração medonha da asma... Foi vestindo maquinalmente o sobretudo que a mãe trouxera.

— Olha!... ah, não é... Também não sei pra que o prefeito põe tanta árvore na rua!

— Mas afinal o que foi, hein? perguntaram alguns, chegados tarde demais pra se apaixonarem pelo caso.

— Eu nem não sei!... diz-que estão pegando um ladrão.

— Vamos pra casa, filhinho!...

... aquele fantasma da sufocação, peito chiando noite inteira, nem podia mais nada... Virou com ódio pro sabetudo:

— Quem lhe contou que é ladrão?

Brotou em todos a esperança de alguma coisa pior.

— O que é, hein?

A pergunta vinha da mulher sem nenhum prazer. O rapaz olhou-a, aquele demônio da asma... deu de ombros, nem respondeu. Ele mesmo nem sabia certo, entrara do trabalho, apenas despira o sobretudo, ainda estava falando com a mãe já na cama, pedindo a bênção, quando gritaram “Pega!” na rua. Saíra correndo, vira o guarda não muito longe, um vulto que fugia, fora ajudar. Mas aquele demônio medonho da asma... O anulou uma desesperança rancorosa. Entre os dentes:

— Desgraçado...

Foi-se embora. De raiva. A mãe mal o pôde seguir, quase correndo, feliz! feliz por ganhar o filho àquela morte certa.

Agora a maioria dos perseguidores saíra na rua. Nem no interior do telhado encontraram o homem. Como fazer?

— Ficou gente no quintal, vigiando?

— Chi! tem pra uns dez decidido lá!

Era preciso calma. Lá na janela da mocetona operária começara uma bulha desgraçada. Os irmãos mais novos estavam dando um baile, nela, primeiro insultando, depois caçoando que ela nem não tinha visto nada, só medo. Ela jurava que sim, se apoiava no medroso que enxergara também, mas ele não estava mais ali tinha ido embora, danado de o chamarem medroso, esses bestas! A mocetona gesticulava, com o metalzinho da “vanity-case” brilhando no ar. Afinal acabou atirando com a caixinha bem na cara do irmão próximo e feriu. Veio a mãe, veio o pai, precisou vir mais gente, que os irmãos cegados com a gota de sangue queriam massacrar a mocetona.

Organizou-se uma batida em regra, eram uns vinte. As demais casas vizinhas estavam sendo varejadas também, quem sabe... Alguns foram-se embora que tinha muita gente, não eram necessários mais. Mas paravam pelas janelas, pelas portas, respondendo. Nascia aquela vontade de conversar, de comentar, lembrar casos. Era como se se conhecessem sempre.

— Te lembra, João, aquele bebo no boteco da...

— Nem me!...

Não encontraram nada nas casas e todos vieram saindo para as calçadas outra vez. Ninguém desanimara, no entanto. Apenas despertara em todos uma vontade de alívio, todos certos que o ladrão fugira, estava longe, não havia mais perigo pra ninguém.

O guarda conversava pabulagem, bem distraído num grupo, do outro lado da rua. Veio chegando, era a vergonha do quarteirão, a mulher do português das galinhas. Era uma rica, linda com aqueles beijos largos, enquanto o Fernandes quarentão lá partia no “Ford” passar três, quatro dias na granja de Santo André. Ela, quem disse ir com ele! Chegava o entregador da “Noite”, batia, entrava. Ela fazia questão de não ter criada, comia de pensão, tão rica! Vinha o mulato da marmita, pois entrava! E depois diz-que vivia sempre com doença, chamando cada vez era um médico novo, desses que

ainda não têm automóvel. Até o padeirinho da tarde, que tinha só... quinze? dezesseis anos? entrava, ficava tempo lá dentro.

O jornaleiro negava zangado, que era só pra conversar, senhora boa, mas o entregadorzinho do pão não dizia nada, ficava se rindo, com sangue até nos olhos, de vergonha gostosa.

Foi um silêncio carregado, no grupo, assim que ela chegou. As duas operárias honestas se retiraram com fragor, facilitando os homens. Se espalhou um cheiro por todos, cheiro de cama quente, corpo ardente e perfumado recendente. Todos ficaram que até a noite perdera a umidade gélida. De fato, a neblinha se erguera, e a cada uma janela que fechava, vinha pratear mais forte os paralelepípedos uma calma elevada de rua.

Vários grupos já não tinham coesão possível, bastante gente ia dormir. Por uma das janelas agora, pouco além das duas casas, se via um moço magro, de cabelo frio escorrendo, num pijama azul, perdido o sono, repetindo o violino. Tocava uma valsa que era boa, deixando aquele gosto de tristeza no ar.

Nisto a senhora não pudera mais consigo, muito inquieta com a casa aberta em que tantas pessoas tinham entrado, apareceu na porta da italiana. Esta insistia com a outra para ficar dormindo com ela, a senhora hesitava, precisava ir ver a casa, mas tinha medo, sofria muito, olhos molhados, sem querer.

A conversa vantajosa do grupo da portuguesa parou com a visão triste. E o guarda, sem saber que era mesmo ditado pela portuguesa, heróico se sacrificou. Destacou-se do grupo insaciável, foi acompanhar a senhora (a portuguesa bem que o estaria admirando), foi ajudar a senhora mais a italiana a fechar tudo. Até não havia necessidade dela dormir na casa da outra, ele ficava guardando, não arredava pé. E sem querer, dominado pelos desejos, virou a cara, olhou lá do outro lado da calçada a portuguesa fácil. Talvez ela ficasse

ali conversando com ele, primeiro só conversando, até de-manhã...

Alguns dos perseguidores, agrupados na porta da casa, tinham se esquecido, naquela conversa apaixonada, o futebol do sábado. Se afastaram, deixando a dona entrar com o guarda. Olharam-na com piedade mas sorrindo, animando a coitada. Nisto chegou com estalidos seu Nitinho e tudo se resolveu. Seu Nitinho era compadre da senhora, muito amigo da família, morava duas quadras longe. Viera logo com a espingarda passarinhiera dos domingos, proteger a comadre. Dormiria na casa também, ela podia ficar no seu bem-bom com os filhos, salva com a proteção. E a senhora mais confiante entrou na casa.

— É, não há nada.

Foi um alívio em todos. A italiana já trazia as crianças se rindo, falando alto, gesticulando muito, insistindo na oferta do leite. Pois a italiana assim mesmo conseguiu vencer a reserva da outra, e invadiu a cozinha, preparando um café. A lembrança do café animou todos. Os perseguidores se convidaram logo, com felicidade. Só o pobre do guarda, mais uma vez sacrificado, não pôde com o sexo, foi se reunir ao grupo da portuguesa.

Eis que a valsa triste acabou. Mas da sombra das árvores em frente, umas quatro ou cinco pessoas, paralisadas pela magnitude da música, tinham por alegria, só por pândega, pra desopilar, pra acabar com aquela angústia miúda que ficara, nem sabiam! tinham... enfim, pra fazer com que a vida fosse engraçada um segundo, tinham arrebetado em aplausos e bravos. E todos, com os aplausos, todos, o grupo da portuguesa, a mocetona com os manos já mansos, os perseguidores da porta, dois ou três mais longe, todos desataram na risada. Só o violinista não riu. Era a primeira consagração. E o peitinho curto dele até parou de bater.

Soaram duas horas num relógio de parede. Os que tinham relógio, consultaram. Um galo cantou. O canto firme lavou o

ar e abriu o orfeão de toda a galaria do bairro, uma bulha encarnada radiando no céu lunar. O violinista reiniciara a valsa, porque tinham ido pedir mais música a ele. Mas o violino, bem correto, só sabia aquela valsa mesmo. E a valsa dançava queixosa outra vez, enchendo os corações.

– Eu! Numa varsa dessa, mulher comigo, eu que mando!

E olhou a portuguesa bem nos olhos. Ela baixou os dela, puros, umedecendo os lábios devagar. Os outros ficaram com ódio da declaração do guarda lindo, bem-arranjado na farda. Todos, acintosamente, por delicadeza, ocultando nas mãos cruzadas ou enfiadas nos bolsos, a indiscrição dos corpos. A portuguesa, em êxtase, divinizada, assim violentada altas horas, por sete homens, traindo, pela primeira vez, sem querer, violentada, o marido da granja.

Na porta da casa, a italiana triunfante distribuía o café. Um momento hesitou, olhando o guarda do outro lado da rua. Mas nisto fagulhou uma risadinha em todos lá no grupo, decerto alguma piada sem-vergonha, não! não dava café ao guarda! Pensou na última xícara, atravessou teatralmente a rua olhando o guarda, ele ainda imaginou que a xícara era pra ele. E a italiana entrou na casa dela levando o café para o marido na cama, dormindo porque levantava às quatro, com o trabalho em Pirituba.

Foi um primeiro malestar no grupo da portuguesa: todos ficaram com vontade de beber um café bem quentinho. Se ela convidasse... Ela bem queria mas não achava razão. O guarda se irritou, qual! não tinha futuro! assim com tanta gente ali... Perdera o café. Ainda inventou ir até a casa, saber se a senhora não precisava de nada. Mas a italiana olhara pra ele com tanta ofensa a xícara bem agarrada na mão, que um pudor o esmagou. Ficou esmagado, desgostoso de si, com um princípio de raiva da portuguesa. De raiva, deu um trilo no apito e se foi, rondando os seus domínios.

Os perseguidores tinham bebido o café, já agora perfeitamente repostos em suas consciências. Lhes coçava

um pouco de vergonha na pele, tinham perseguido quem? ...
Mas ninguém não sabia. Uns tinham ido atrás dos outros
levados pelos outros, seria ladrão?...

— Bem vou chegando.

— É. Não tem mais nada.

Boa-noite, boa-noite...

E tudo se dispersou. Ainda dois mais corajosos
acompanharam a portuguesa até a porta dela, na esperança
nem sabiam do quê. Se despediram delicados, conhecedores
de regras, se contando os nomes próprios, seu criado. Ela,
fechava a porta, perdidos os últimos passos além, se apoiou
no batente, engolindo silêncio. Ainda viria algum, pegava
nela, agarrava... Amarrou violentamente o corpo nos braços,
duas lágrimas rolaram insuspeitas. Foi deitar sem ninguém.

A rua estava de novo quase morta, janelas fechadas. A valsa
acabara o bis. Sem ninguém. Só o violinista estava ali,
fumando, fumegando muito, olhando sem ver, totalmente
desamparado, sem nenhum sono, agarrado a não sei que
esperança de que alguém, uma garota linda, um fotógrafo,
um milionário disfarçado, lhe pedisse pra tocar mais uma
vez. Acabou fechando a janela também.

Lá na outra esquina do outro quarteirão, ficara um último
grupinho de três, conversando. Mas é que lá passava bonde.”
(ANDRADE, [1947], 2011, pp. 25-36)

É possível supor que a busca pelo ladrão, figura quase metafórica e indeterminada no conto, propõe uma chave provocativa de discussão sobre o aspecto de transposição da esfera pública pela privada. A consciência de que ocorrera um “crime horroroso” e que deixara toda gente daquela comunidade estarecida, provoca uma espécie de perseguição às avessas. O que parece haver, de fato, não é uma intenção de justiça, mas a organização improvisada de um evento, de um espetáculo, de um culto popular. As ruas ganham um aspecto de residência, onde a vizinhança se alarga e,

qualquer adversidade, soa como motivo suficiente para enaltecer o episódio como uma confraternização.

O estreitamento entre os personagens, que força um laço familiar, destranca as portas e, assim como na casa da italiana operária, penetra não apenas o seu interior, em termos espaciais, mas acessa um lugar de intimidade, o qual, justamente, dá mais vazão ao anseio de descobrir antes não um culpado, mas especular sobre ele e, mais, discorrer sobre a vida dos outros ao redor.

Ao observarmos o desenrolar da procura pelo ladrão que dá ensejo ao arranjo da “festa”, a qual, no fim, é consagrada com uma valsa triste, vemos que a figura do guarda policial, representante da ordem pública, é facilmente alternada e, algumas vezes desdenhada pelo poder de resolução de seu Nitinho durante a narrativa, pela interferência da pessoalidade. Ao contrário daquilo que se espera de uma autoridade que deveria garantir imparcialidade em sua proteção, o guarda é o primeiro dos homens a abusar da portuguesa, violentada por sete deles, e divinizada, talvez por ironia do autor.

De todo modo, é extremamente interessante pensar na junção desses adjetivos a um mesmo sujeito. Não há nada mais cordial do que divinizar uma violência, tal qual o anjo violento e bom de Bandeira e, assim, seguir na justificativa que sustenta uma sociabilidade que tem como escusa a própria proximidade.

A indistinção substancial entre as esferas doméstica e da vida coletiva acaba, na prática, como credence romântica. A ideia de que o Estado e as suas instituições derivariam linearmente da família se perde na medida que percebemos que ambas competem a ordens diferentes por definição. Em teoria, somente pelo rompimento entre elas é que se desenvolveria o espírito público, no entanto, entre nós, os avanços modernos estiveram e, em larga medida ainda estão, atrelados à supremacia do particular ao geral ou do corpóreo ao abstrato.

A família, assim, não alcança sua supressão por transcendência, mas se consolida como resultado decisivo dessa primazia intensa proveniente do eixo privado, excessivamente terreno e humano. Cada indivíduo, nesse caso, afirma-se ante os seus semelhantes indiferente à lei geral, onde quer que esta lei contrarie suas afinidades emotivas e atento apenas ao que o difere dos demais.

Nesse sentido, tais narrativas - analisadas com base na perspectiva proposta neste trabalho - também abordam a transposição na qual a esfera doméstica impõe desmedidamente sua lógica afetiva à esfera pública, porém, mostram como esta pode ser

uma problemática que atravessa também a produção literária. A partir da depuração do conceito de cordialidade, como se sugere na narrativa de *O poço*:

“Ali pelas onze horas da manhã o velho Joaquim Prestes chegou no pesqueiro. Embora fizesse força em se mostrar amável por causa da visita convidada para a pescaria, vinha mal-humorado daquelas cinco léguas de fordinho cabritando na estrada péssima. Aliás o fazendeiro era de pouco riso mesmo, já endurecido por setenta e cinco anos que o mumificavam naquele esqueleto agudo e taciturno.

O fato é que estourara na zona a mania dos fazendeiros ricos adquirirem terrenos na barranca do Mogi pra pesqueiros de estimação. Joaquim Prestes fora dos que inventaram a moda, como sempre: homem cioso de suas iniciativas, meio cultivando uma vaidade de família — gente escoteira por aqueles campos altos, desbravadora de terras. Agora Joaquim Prestes desbravava pesqueiros na barranca fácil do Moji. Não tivera que construir a riqueza com a mão, dono de fazendas desde o nascer, reconhecido como chefe, novo ainda. Bem rico, viajado, meio sem quefazer, desbravava outros matos.

Fora o introdutor do automóvel naquelas estradas, e se o município agora se orgulhava de ser um dos maiores produtores de mel, o devia ao velho Joaquim Prestes, primeiro a se lembrar de criar abelhas ali. Falando o alemão (uma das suas “iniciativas” goradas na zona) tinha uma verdadeira biblioteca sobre abelhas. Joaquim Prestes era assim. Caprichosíssimo, mais cioso de mando que de justiça, tinha a idolatria da autoridade. Pra comprar o seu primeiro carro fora à Europa, naqueles tempos em que os automóveis eram mais europeus que americanos. Viera uma “autoridade” no assunto. E o mesmo com as abelhas de que sabia tudo. Um tempo até lhe dera de reeducar as abelhas nacionais, essas “porcas” que misturavam o mel com a samora. Gastou anos e dinheiro bom nisso, inventou ninhos artificiais, cruzou as raças, até fez vir abelhas amazônicas. Mas se mandava nos homens e todos obedeciam, se viu obrigado a obedecer às abelhas que não se educaram um isto. E agora que ninguém

falasse perto dele numa inocente jeteí, Joaquim Prestes xingava. Tempo de florada no cafezal ou nas fruteiras do pomar maravilhoso, nunca mais foi feliz. Lhe amargavam penosamente aquelas mandassaías, mandaguaris, bijuris que vinham lhe roubar o mel da *Apis Mellifica*.

E tudo o que Joaquim Prestes fazia, fazia bem. Automóveis tinha três. Aquela marmon de luxo pra o levar da fazenda à cidade, em compras e visitas. Mas como fosse um bocado estreita para que coubessem à vontade, na frente, ele choferando e a mulher que era gorda (a mulher não podia ir atrás com o mecânico, nem este na frente e ela atrás) mandou fazer uma “rolls-royce” de encomenda, com dois assentos na frente que pareciam poltronas de hol, mais de cem contos. E agora, por causa do pesqueiro e da estrada nova, comprara o fordinho cabritante, todo dia quebrava alguma peça, que o deixava de mau-humor.

Que outro fazendeiro se lembrara mais disso! Pois o velho Joaquim Prestes dera pra construir no pesqueiro uma casa de verdade, de tijolo e telha, embora não imaginasse passar mais que o claro do dia ali, de medo da maleita. Mas podia querer descansar. E era quase uma casa-grande se erguendo, quarto do patrão, quarto pra algum convidado, a sala vasta, o terraço telado, tela por toda a parte pra evitar pernilongos. Só desistiu da água encanada porque ficava um dinheirão. Mas a casinha, por detrás do bangalô, até era luxo toda de madeira aplainada, pintadinha de verde pra confundir com os mamoeiros, os porcos de raça por baixo (isso de fossa nunca!) e o vaso de esmalte e tampa. Numa parte destocada do terreno, já pastavam no capim novo quatro vacas e o marido, na espera de que alguém quisesse beber um leitezinho caracu. E agora que a casa estava quase pronta, sua horta folhuda e uns girassóis na frente, Joaquim Prestes não se contentara mais com a água da geladeira, trazida sempre no forde em dois termos gordos, mandara abrir um poço.

Quem abria era gente da fazenda mesmo, desses camaradas que entendem um pouco de tudo. Joaquim Prestes era assim. Tinha dez chapéus estrangeiros, até um panamá de conto de

réis, mas as meias, só usava meias feitas pela mulher, “pra economizar” afirmava. Afora aqueles quatro operários ali, que cavavam o poço, havia mais dois que lá estavam trabucando no acabamento da casa, as marteladas monótonas chegavam até à fogueira. E todos muito descontentes, rapazes de zona rica e bem servida de progresso, jogados ali na ceva da maleita. Obedeceram, mandados, mas corroídos de irritação.

Só quem estava imaginando que enfim se arranjava na vida era o vigia, esse caipira da gema, bagre soma dos alagados do rio, maleiteiro eterno a viola e rapadura, mais a mulher e cinco famílias enfezadas. Esse agora, se quisesse tinha leite, tinha ovos de legornes finas e horta de semente. Mas lhe bastava imaginar que tinha. Continuava feijão com farinha, e a carne-seca do domingo.

Batera um frio terrível esse fim de julho, bem diferente dos invernos daquela zona paulista, sempre bem secos nos dias claros e solares, e as noites de uma nitidez sublime perfeitas pra quem pode dormir no quente. Mas aquele ano umas chuvas diluviais alagavam tudo, o couro das carteiras embolorava no bolso e o café apodrecia no chão.

No pesqueiro o frio se tornara feroz, lavado daquela umidade maligna que, além de peixe, era só o que o rio sabia dar. Joaquim Prestes e a visita foram se chegando pra fogueira dos camaradas, que logo levantaram, machucando chapéu na mão, bom-dia, bom-dia. Joaquim tirou o relógio do bolso, com muita calma, examinou bem que horas eram. Sem censura aparente, perguntou aos camaradas se ainda não tinham ido trabalhar.

Os camaradas responderam que já tinham sim, mas que com aquele tempo quem aguentava permanecer dentro do poço continuando a perfuração! Tinham ido fazer outra coisa, dando uma mão no acabamento da casa.

— Não trouxe vocês aqui pra fazer casa.

Mas que agora estavam terminando o café do meio-dia. Espaçavam as frases, desapontados, principiando a não saber nem como ficar de pé. Havia silêncios desagradáveis. Mas o velho Joaquim Prestes impassível, esperando mais explicações, sem dar sinal de compreender nem de desculpar ninguém. Tinha um era o mais calmo, mulato desempenado, fortíssimo, bem escuro na cor. Ainda nem falara. Mas foi esse que acabou inventando um jeito humilhante de disfarçar a culpa inexistente, botando um pouco de felicidade no dono. De repente contou que agora ainda ficara mais penoso o trabalho porque enfim já estava minando água. Joaquim Prestes ficou satisfeito, era visível, e todos suspiraram de alívio.

— Mina muito?

— A água vem de com força, sim senhor.

— Mas *precisa* cavar mais.

— Quanto chega?

— Quer dizer, por enquanto dá pra uns dois palmo.

— Parmo e meio, Zé.

O mulato virou contrariado para o que falara, um rapaz branco enfezadinho, cor de doente.

— Ocê marcou, mano...

— Marquei sim.

— Então com mais dois dias de trabalho tenho água suficiente.

Os camaradas se entreolharam. Ainda foi o José quem falou:

— Quer dizer... a gente nem não sabe, tá uma lama... O poço tá fundo, só o mano que é leviano pode descer...

— Quanto mede?

— Quarenta e cinco palmo.

— Papagaio! escapou da boca de Joaquim Prestes. Mas ficou muito mudo, na reflexão. Percebia-se que ele estava lá dentro consigo, decidindo uma lei. Depois meio que largou de pensar, dando todo o cuidado lento em fazer o cigarro de

palha com perfeição. Os camaradas esperavam, naquele silêncio que os desprezava, era insuportável quase. O rapaz não conseguiu se aguentar mais, como que se sentia culpado de ser mais leve que os outros. Arrancou:

— Por minha causa não, Zé, que eu desço bem.

José tornou a se virar com olhos enraivecidos pro irmão. Ia falar, mas se conteve enquanto outro tomava a dianteira.

— Então ocê vai ficar naquela dureza de trabalho com essa umidade!

— Se a gente pudesse revezar inda que bem... murmurou o quarto, também regularmente leviano de corpo mas nada disposto a se sacrificar. E decidiu:

— Com essa chuarada a terra tá mole demais, e se afunda!... Deus te livre...

Aí José não pôde mais adiar o pressentimento que o invadia e protegeu o mano:

— ‘cê besta, mano! e sua doença!...

A doença, não se falava o nome. O médico achara que o Albino estava fraco do peito. Isso de um ser mulato e o outro branco, o pai espanhol primeiro se amigara com uma preta do litoral, e quando ela morrera, mudara de gosto, viera pra zona da Paulista casar com moça branca. Mas a mulher morrera dando à luz o Albino, e o espanhol, gostando mesmo de variar, se casara mas com a cachaça. José, taludinho, inda aguentou-se bem na orfandade, mas o Albino, tratado só quando as colonas vizinhas lembravam, Albino comeu terra, teve tifo, escarlatina, desinteria, sarampo, tosse comprida. Cada ano era uma doença nova, e o pai até esbravejava nos janeiros: “Que enfermidade le falta, caramba!” e bebia mais. Até que desapareceu pra sempre.

Albino, nem que fosse pra demonstrar a afirmativa do irmão, teve um acesso forte de tosse. E Joaquim Prestes:

— Você acabou o remédio?

— Inda tem um poucadinho, sim sinhô.

Joaquim Prestes mesmo comprava o remédio do Albino e dava, sem descontar no ordenado. Uma vidraça que o rapaz quebrara, o fazendeiro descontou os três mil e quinhentos do custo. Porém montava na marmon, dava um pulo até a cidade só pra comprar aquele fortificante estrangeiro, “um dinheirão!” resmungava. E eram mesmo dezoito mil-réis.

Com a direção da conversa, os camaradas perceberam que tudo se arranjava pelo melhor. Um comentou:

— Não vê que a gente está vendo se o sol vem e seca um pouco, mode o Albino descer no poço.

Albino, se sentindo humilhado nessa condição de doente, repetiu agressivo:

— Por isso não que eu desço bem! já falei...

José foi pra dizer qualquer coisa mas sobreteve o impulso, olhou o mano com ódio. Joaquim Prestes afirmou:

— O sol hoje não sai.

O frio estava por demais. O café queimando, servido pela mulher do vigia, não reconfortava nada, a umidade corroía os ossos. O ar sombrio fechava os corações. Nenhum passarinho voava, quando muito algum pio magoado vinha botar mais tristeza no dia. Mal se enxergava o aclave da barranca, o rio não se enxergava. Era aquele arminho sujo da névoa, que assim de longe parecia intransponível.

A afirmação do fazendeiro trouxera de novo um som apreensivo no ambiente. Quem concordou com ele foi o vigia chegando. Só tocou de leve no chapéu, foi esfregar forte as

mãos, rumor de lixa, em cima do fogo. Afirmou baixo, com voz taciturna de afeiçoado àquele clima ruim:

— Peixe hoje não dá.

Houve silêncio. Enfim o patrão, o busto dele foi se erguendo impressionantemente agudo, se endireitou rijo e todos perceberam que ele decidira tudo. Com má vontade, sem olhar os camaradas, ordenou:

— Bem... é continuar todos na casa, vocês estão ganhando.

A última reflexão do fazendeiro pretendia ser cordial. Mas fora navalhante. Até a visita se sentiu ferida. Os camaradas mais que depressa debandaram, mas Joaquim Prestes:

— Você me acompanhe, Albino, quero ver o poço.

Ainda ficou ali dando umas ordens. Havia de tentar uma rodada assim mesmo. Afinal jogou o toco do cigarro na fogueira, e com a visita se dirigiu para a elevação a uns vinte metros da casa, onde ficava o poço.

Albino já estava lá, com muito cuidado retirando as tábuas que cobriam a abertura. Joaquim Prestes, nem mesmo durante a construção, queria que caíssem “coisas” na água futura que ele iria beber. Afinal ficaram só aquelas tábuas largas, longas, de cabreúva, protegendo a terra do rebordo do perigo de esbarrondar. E mais aquele aparelho primário, que “não era o elegante, definitivo”, Joaquim Prestes foi logo explicando à visita, servindo por agora pra descer os operários no poço e trazer terra.

— Não pise aí, nhô Prestes! Albino gritou com susto.

Mas Joaquim Prestes queria ver a água dele. Com mais cuidado, se acorrou numa das tábuas do rebordo e firmando bem as mãos em duas outras que atravessavam a boca do poço e serviam apenas pra descanso da caçamba, avançou o

corpo pra espiar. As tábuas abaularam. Só o viram fazer o movimento angustiado, gritou:

— Minha caneta!

Se ergueu com rompante e sem mesmo cuidar de sair daquela bocarra traiçoeira, olhou os companheiros, indignado:

— Essa é boa!... Eu é que não posso ficar sem a minha caneta-tinteiro! Agora vocês hão de ter paciência, mas ficar sem minha caneta é que eu não posso! têm que descer lá dentro buscar! Chame os outros, Albino! e depressa! que com o barro revolvido como está, a caneta vai afundando!

Albino foi correndo. Os camaradas vieram imediatamente, solícitos, ninguém sequer lembrava mais de fazer corpo mole nem nada. Pra eles era evidente que a caneta-tinteiro do dono não podia ficar lá dentro. Albino já tirava os sapatos e a roupa. Ficou nu num átimo da cintura pra cima, arregaçou a calça. E tudo, num átimo, estava pronto, a corda com o nó grosso pro rapaz firmar os pés, afundando na escuridão do buraco. José mais outro, firmes, seguravam o cambito. Albino com rapidez pegou na corda, se agarrou nela, balanceando no ar. José olhava, atento:

— Cuidado, mano...

— Vira.

— Albino...

—Nhô?

— ... veja se fica na corda pra não pisar na caneta. Passe a mão de leve no barro...

— Então é melhor botar um pau na corda pra fincar os pés.

— Qual, mano! vira isso logo!

José e o companheiro viraram o cambito, Albino desapareceu no poço. O sarilho gemeu, e à medida que a corda se desenrolava o gemido foi aumentando, aumentando, até que se tornou num uivo lancinante. Todos estavam atentos, até que se escutou o grito de aviso do Albino, chegado apenas

uma queixa até o grupo. José parou o manejo e fincou o busto no cambito.

Era esperar, todos imóveis. Joaquim Prestes, mesmo o outro camarada espiavam, meio esquecidos do perigo da terra do rebordo esbarrondar. Passou um minuto, passou mais outro minuto, estava desagradabilíssimo. Passou mais tempo, José não se conteve. Segurando firme só com a mão direita o cambito, os músculos saltaram no braço magnífico, se inclinou quanto pôde na beira do poço:

— Achooooou!

Nada de resposta.

— Achou, manoooo!...

Ainda uns segundos. A visita não aguentara mais aquela angústia, se afastara com o pretexto de passear. Aquela voz de poço, um tom surdo, ironicamente macia que chegava aqui em cima em qualquer coisa parecia com um “não”. Os minutos passavam, ninguém mais se aguentava na impaciência. Albino havia de estar perdendo as forças, grudado naquela corda, de cócoras, passando a mão na lama coberta de água.

— José...

— Nhô. Mas atentando onde o velho estava, sem mesmo esperar a ordem, José asperejou com o patrão: — Por favor, nhô Joaquim Prestes, sai daí, terra tá solta!

Joaquim Prestes se afastou de má vontade. Depois continuou:

— Grite pro Albino que pise na lama, mas que pise num lugar só. José mais que depressa deu a ordem. A corda bambeou. E agora, aliviados, os operários entreconversavam. O magruço, que sabia ler no jornal da vendinha da estação, deu de falar, o idiota, no caso do “Soterrado de Campinas”. O outro se confessou pessimista, mas pouco, pra não

desagradar o patrão. José mudo, cabeça baixa, olho fincado no chão, muito pensando. Mas a experiência de todos ali, sabia mesmo que a caneta-tinteiro se metera pelo barro mole e que primeiro era preciso esgotar a água do poço. José ergueu a cabeça, decidido:

— Assim não vai não, nhô Joaquim Prestes, *percisa* secar o poço.

Aí Joaquim Prestes concordou. Gritaram ao Albino que subisse. Ele ainda insistiu uns minutos. Todos esperavam em silêncio, irritados com aquela teima do Albino. A corda sacudiu, chamando. José mais que depressa agarrou o cambito e gritou:

— Pronto!

A corda enrijou retesada. Mesmo sem esperar que o outro operário o ajudasse, José com músculos de amor virou sozinho o sarilho. A mola deu aquele uivo esganado, assim virada rápido, e veio uivando, gemendo.

— Vocês me engraxem isso, que diabo!

Só quando Albino surgiu na boca do poço o sarilho parou de gemer. O rapaz estava que era um monstro de lama. Pulou na terra firme e tropeçou três passos, meio tonto. Baixou muito a cabeça sacudida com estertor purrr! agitava as mãos, os braços, pernas, num halo de lama pesada que caía aos ploques no chão. Deu aquele disfarce pra não desapontar:

— Puta frio!

Foi vestindo, sujo mesmo, com ânsia, a camisa, o pulôver esburacado, o paletó. José foi buscar o seu próprio paletó, o botou silencioso na costinha do irmão. Albino o olhou, deu um sorriso quase alvar de gratidão. Num gesto feminino, feliz, se encolheu dentro da roupa, gostando.

Joaquim Prestes estava numa exasperação terrível, isso via-se. Nem cuidava de disfarçar para a visita. O caipira viera falando que a mulher mandava dizer que o almoço do patrão estava pronto. Disse um “Já vou” duro, continuando a escutar os operários. O magruço lembrou buscarem na cidade um poceiro de profissão. Joaquim Prestes estrilou. Não estava pra pagar poceiro por causa duma coisa à toa! que eles estavam com má vontade de trabalhar! esgotar poço de pouca água não era nenhuma África. Os homens acharam ruim, imaginando que o patrão os tratara de negros. Se tomaram dum orgulho machucado. E foi o próprio magro, mais independente, quem fixou José bem nos olhos, animando o mais forte, e meio que perguntou, meio que decidiu:

— Bamo!...

Imediatamente se puseram nos preparos, buscando o balde, trocando as tábuas atravessadas por outras que aguentassem peso de homem. Joaquim Prestes e a visita foram almoçar.

Almoço grave, apesar o gosto farto do dourado. Joaquim Prestes estava árido. Dera nele aquela decisão primária, absoluta de reaver a caneta-tinteiro hoje mesmo. Pra ele, honra, dignidade, autoridade não tinha gradação, era uma só: tanto estava no custear a mulher da gente como em reaver a caneta-tinteiro. Duas vezes a visita, com ares de quem não sabe perguntou sobre o poceiro da cidade. Mas só o forde podia ir buscar o homem e Joaquim Prestes, agora que o vigia afirmara que não dava peixe, tinha embirrado, havia de mostrar que, no pesqueiro dele, dava. Depois que diabo! os camaradas haviam de secar o poço, uns palermas! Estava numa cólera desesperada. Botando a culpa nos operários, Joaquim Prestes como que distrai a culpa de fazê-los trabalhar injustamente.

Depois do almoço chamou a mulher do vigia, mandou levar café aos homens, porém que fosse bem quente. Perguntou se não havia pinga. Não havia mais, acabara com a friagem daqueles dias. Deu de ombros. Hesitou. Ainda meio que ergueu os olhos pra visita, consultando. Acabou pedindo

desculpa, ia dar uma chegadinha até o poço pra ver o que os camaradas andavam fazendo. E não se falou mais em pescaria.

Tudo trabalhava na afobação. Um descia o balde. Outro, com empuxões fortes na corda, afinal conseguia deitar o balde lá no fundo pra água entrar nele. E quando o balde voltava, depois de parar tempo lá dentro, vinha cheio apenas pelo terço, quase só lama. Passava de mão em mão pra ser esvaziado longe e a água não se infiltrar pelo terreno do rebordo. Joaquim Prestes perguntou se a água já diminuía. Houve um silêncio emburrado dos trabalhadores. Afinal um falou com rompante:

— Quá!...

Joaquim Prestes ficou ali, imóvel, guardando o trabalho. E ainda foi o próprio Albino, mais servil, quem inventou:

— Se tivesse duas caçamba...

Os camaradas se sobressaltaram, inquietos, se entreolhando. E aquele peste de vigia lembrou que a mulher tinha uma caçamba em casa, foi buscar. O magruço, ainda mais inquieto que os outros, afiançou:

— Nem com duas caçambas não vai não! é lama por demais! tá minando muito...

Aí o José saiu do seu silêncio torvo pra pôr as coisas às claras:

— De mais a mais, duas caçamba precisa ter gente lá dentro, Albino não desce mais.

— Que que tem, Zé! deixa de história! Albino meio que estourou.

De resto o dia aquentara um bocado, sempre escuro, nuvens de chumbo tomando o céu todo. Nenhum pássaro. Mas a brisa caíra por volta das treze horas, e o ar curto deixava o

trabalho aquecer os corpos movidos. José se virara com tanta indignação para o mano, todos viram: mesmo com desrespeito pelo velho Joaquim Prestes, o Albino ia tomar com um daqueles cachações que apanhava quando pegado no truco ou na pinga. O magruço resolveu se sacrificar, evitando mais aborrecimento. Interferiu rápido:

— Nós dois se reveza, José! Desta eu que vou.

O mulato sacudiu a cabeça, desesperado, engolindo raiva. A caçamba chegava e todos se atiraram aos preparativos novos. O velho Joaquim Prestes ali, mudo, imóvel. Apenas de vez em quando aquele jeito lento de tirar o relógio e consultar a claridade do dia, que era feito uma censura tirânica, pondo vergonha, quase remorso naqueles homens.

E o trabalho continuava infrutífero, sem cessar. Albino ficava o quanto podia lá dentro, e as caçambas, lentas, naquele exasperante ir e vir. E agora o sarilho deu de gritar tanto que foi preciso botar graxa nele, não se suportava aquilo. Joaquim Prestes mudo, olhando aquela boca de poço. E quando Albino não se aguentava mais o outro magruço o revezava. Mas este depois da primeira viagem, se tomara dum medo tal, se fazia lerdo de propósito, e era recomendações a todos, tinha exigências. Já por duas vezes falara em cachaça.

Então o vigia lembrou que o japonês da outra margem tinha cachaça à venda. Dava uma chegadinha lá, que o homem também sempre tinha algum trairão de rede, pegado na lagoa.

Aí Joaquim Prestes se destemperou por completo. Ele bem que estava percebendo a má vontade de todos. Cada vez que o magruço tinha que descer eram cinco minutos, dez, mamparreando, se despia lento. Pois até não se lembrara de ir na casinha e foi aquela espera insuportável pra ninguém! (E o certo é que a água minava mais forte agora, livre da muita lama. O dia passava. E uma vez que o Albino subiu, até, contra o jeito dele, veio irritado, porque achara o poço na mesma).

Joaquim Prestes berrava, fulo de raiva. O vigia que fosse tratar das vacas, deixasse de invencionice! Não pagava cachaça pra ninguém não, seus imprestáveis! Não estava pra alimentar manha de cachaceiro!

Os camaradas, de golpe, olharam todos o patrão, tomados de insulto, feridíssimos, já muito sem paciência mais. Porém Joaquim Prestes ainda insistia, olhando o magruço:

— É isso mesmo!... Cachaceiro!... Dispa-se mais depressa! cumpra o seu dever!...

E o rapaz não agüentou o olhar cutilante do patrão, baixou a cabeça, foi se despindo. Mas ficara ainda mais lerdo, ruminando uma revolta inconsciente, que escapava na respiração precipitada, silvando surda pelo nariz. A visita percebendo o perigo, interveio. Fazia gosto de levar um pescado à mulher, se o fazendeiro permitisse, ele dava um pulo com o vigia lá no tal de japonês. E irritado fizera um sinal ao caipira. Se fora, fugindo daquilo, sem mesmo esperar o assentimento de Joaquim Prestes. Este mal encolheu os ombros, de novo imóvel, olhando o trabalho do poço.

Quando mais ou menos uma hora depois, a visita voltou ao poço outra vez, trazia afobada uma garrada de caninha. Foi oferecendo com felicidade aos camaradas, mas eles só olharam a visita assim meio de lado, nem responderam. Joaquim Prestes nem olhou, e a visita percebeu que tinha sucedido alguma coisa grave. O ambiente estava tensíssimo. Não se via o Albino nem o magruço que o revezava. Mas não estavam ambos no fundo do poço, como a visita imaginou.

Minutos antes, poço quase seco agora, o magruço que já vira um bloco de terra se desprender do rebordo, chegada a vez dele, se recusara descer. Foi meio minuto apenas de discussão agressiva entre ele e o velho Joaquim Prestes, desce, não desce, e o camarada, num ato de desespero se despedira por si mesmo, antes que o fazendeiro o despedisse. E se fora, dando as costas a tudo, oito anos de fazenda,

curtindo uma tristeza funda, sem saber. E Albino, aquela mansidão doentia de fraco, pra evitar briga maior, fizera questão de descer outra vez, sem mesmo recobrar fôlego. Os outros dois, com o fantasma próximo de qualquer coisa mais terrível, se acovardaram. Albino estava no fundo do poço.

Agora o vento soprando, chicoteava da gente não aguentar. Os operários tremiam muito, e a própria visita. Só Joaquim Prestes não tremia nada, firme, olhos fincados na boca do poço. A despedida do operário o despeitara ferozmente, ficara num deslumbramento horrível. Nunca imaginara que num caso qualquer o adversário se arrogasse a iniciativa de decidir por si. Ficara assombrado. Por certo que havia de mandar embora o camarada, mas que este se fosse por vontade própria, nunca pudera imaginar. A sensação do insulto estourara nele feito uma bofetada. Se não revidasse era uma desonra, como se vingar!... Mas só as mãos se esfregando lentíssimas, denunciavam o desconcerto interior do fazendeiro. E a vontade reagia com aquela decisão já desvairada de conseguir a caneta-tinteiro, custasse o que custasse. Os olhos do velho engoliam a boca do poço, ardentes, com volúpia quase. Mas a corda já sacudia outra vez, agitadíssima agora, avisando que o Albino queria subir. Os operários se afobaram. Joaquim Prestes abriu os braços, num gesto de desespero impaciente.

— Também Albino não parou nem dez minutos!

José ainda lançou um olhar de imploração ao chefe, mas este não compreendia mais nada. Albino apareceu na boca do poço. Vinha agarrado na corda, se grudando nela com terror, como temendo se despegar. Deixando o outro operário na guarda do cambito, José com muita maternidade ajudava o mano. Este olhava todos, cabeça de banda decepando na corda, boca aberta. Era quase impossível lhe aguentar o olho abobado. Como que não queria se desagarrar da corda, foi preciso o José, “sou eu, mano”, o tomar nos braços, lhe fincar os pés na terra firme. Aí Albino largou da corda. Mas com o frio súbito do ar livre, principiou tremendo demais. O

seguraram pra não cair. Joaquim Prestes perguntava se ainda tinha água lá em baixo.

— Fa...Fa...

Levou as mãos descontroladas à boca, na intenção de animar os beijos mortos. Mas não podia limitar os gestos mais, tal o tremor. Os dedos dele tropeçavam nas narinas, se enfiavam pela boca, o movimento pretendido de fricção se alargava demais e a mão se quebrava no queixo. O outro camarada lhe esfregava as costas. José estava tão triste... Enrolou, com que macieza! a cabeça do maninho no braço esquerdo, lhe pôs a garrafa na boca:

— Beba, mano.

Albino engoliu o álcool que lhe enchera a boca. Teve aquela reação desonesta que os tragos fortes dão. Afinal pôde falar:

— Farta... é só tá-tá seco.

Joaquim Prestes falava manso, compadecido, comentando inflexível:

— Pois é, Albino: se você tivesse procurado já, decerto achava. Enquanto isso a água vai minando.

— Se eu tivesse uma lúiz...

— Pois leve.

José parou de esfregar o irmão. Se virou pra Joaquim Prestes. Talvez nem lhe transparecesse ódio no olhar, estava simples. Mandou calmo, olhando o velho nos olhos:

— Albino não desce mais.

Joaquim Prestes ferido desse jeito, ficou que era a imagem descomposta do furor. Recuou um passo na defesa instintiva, levou a mão ao revólver. Berrou já sem pensar:

— Como não desce!

— Não desce não. Eu não quero.

Albino agarrou o braço do mano mas toma com safanão que quase cai. José traz as mãos nas ancas, devagar, numa calma de morte. O olhar não pestaneja, enfiando no do inimigo. Ainda repete, bem baixo, mas mastigando:

— Eu não quero não sinhô.

Joaquim Prestes, o mal pavoroso que terá vivido aquele instante... A expressão do rosto dele se mudara de repente, não era cólera mais, boca escancarada, olhos brancos, metálicos, sustentando olhar puro, tão calmo, do mulato. Ficaram assim. Batia agora uma primeira escuridão do entardecer. José, o corpo dele oscilou milímetros, o esforço moral foi excessivo. Que o irmão não descia estava decidido, mas tudo mais era uma tristeza em José, uma desolação vazia, uma semiconsciência de culpa lavrada pelos séculos.

Os olhos de Joaquim Prestes reassumiam uma vibração humana. Afinal baixaram, fixando o chão. Depois foi a cabeça que baixou, de súbito, refletindo. Os ombros dele também foram descendo aos poucos. Joaquim Prestes ficou sem perfil mais. Ficou sórdido.

— Não vale a pena mesmo...

Não teve a dignidade de aguentar também com a aparência externa da derrota. Esbravejou:

— Mas que diacho, rapaz! vista saia!

Albino riu, iluminando o rosto agradecido. A visita riu pra aliviar o ambiente. O outro camarada riu, covarde. José não riu. Virou a cara, talvez para não mostrar os olhos amolecidos. Mas ombros derreados, cabeça enfiada no peito, se percebia que estava fatigadíssimo. Voltara a esfregar maquinalmente o corpo do irmão, agora não carecendo mais

disso. Nem ele nem os outros, que o incidente espantara por completo qualquer veleidade do frio.

Quer dizer, o caipira também não riu, ali chegando no meio da briga pra avisar que os trairões, como Joaquim Prestes exigia, devidamente limpos e envoltos em sacos de linho alvo, esperavam para partir. Joaquim Prestes rumou pro forde. Todos o seguiram. Ainda havia nele uns restos de superioridade machucada que era preciso enganar. Falava ríspido, dando a lei com lentidão:

— Amanhã vocês se aprontem. Faça frio não faça frio mando o poceiro cedo. E... José...

Parou, voltou-se, olhou firme o mulato:

— ... doutra vez veja como fala com seu patrão.

Virou, continuou, mais agitado agora, se dirigindo ao forde. Os mais próximos ainda o escutaram murmurar consigo: "... não sou nenhum desalmado..."

Dois dias depois o camarada desapareceu da besta com a caneta-tinteiro. Foram levá-la a Joaquim Prestes que, sentado à escrivaninha, punha em dia a escrita da fazenda, um brinco. Joaquim Prestes abriu o embrulho devagar. A caneta vinha muito limpa, toda arranhada. Se via que os homens tinham tratado com carinho aquele objeto, meio místico, servindo pra escrever sozinho. Joaquim Prestes experimentou mas a caneta não escrevia. Ainda a abriu, examinou tudo, havia areia em qualquer frincha. Afinal descobriu a rachadura.

— Pisaram na minha caneta! brutos...

Jogou tudo no lixo. Tirou da gaveta de baixo uma caixinha que abriu. Havia nela várias lapiseiras e três canetas-tinteiro. Uma era de ouro.

(ANDRADE, [1947], 2011, pp. 73-90)

Observa-se que tal abordagem se faz, sobretudo, por meio de uma transposição que possui uma regra marcada de forma muito clara, a família patriarcal não apenas invade o espaço público como ela se perpetua, fazendo com que as hierarquias se reproduzam em toda escala social. Desse modo, é possível presumir que constituiríamos o avesso do que gostaríamos de pensar de nós mesmos e, portanto, há uma grande problemática pautada na proximidade excessiva que oculta uma distância intransponível nesse conjunto de mediações, a qual, em última instância, acaba sendo uma proximidade muito perversa. Como uma posição em que a própria sociedade parece não reconhecer uma face de nossa sociabilidade, a qual incorpora de maneira latente e velada. Pensando conceitualmente, parece persistir na manutenção desse aspecto da cordialidade que nubla parte significativa das desigualdades que a própria sociedade produz.

Se compararmos brevemente os trechos de Mário de Andrade e de Sérgio Buarque citados acima, é possível ver essa matéria social incutida na literatura lhe dando certo sentido. Os novos espaços reproduziam personagens sociais mesmo que a velha lavoura tivesse sido, em teoria, destituída de seu domínio. A ausência de uma burguesia que acompanhasse a organização crescente dos centros urbanos simulava situações como a de Joaquim Prestes, nas quais essa transposição não significava a gradação da família para o Estado, mas a oposição dele, sua lacuna, em que os mandamentos eram dados pelos senhores de engenho, mostrando na literatura, diferentemente do que Sérgio Buarque previra em seu prognóstico, que o personalismo persistia às novas profissões liberais e à emergente ideia de administração moderna.

No entanto, esses senhores não eram “desalmados”, há uma permissividade coletiva para que escolham não se reconhecer nessa figura, mesmo que mando e obediência andassem juntos. À autonomia do indivíduo e ao enaltecimento excessivo da personalidade, apenas poderia restar uma preferência: a refutação dessa mesma personalidade em prol de um bem maior.

Por isso mesmo que rara e difícil, a obediência aparece algumas vezes como a virtude suprema entre todas. E não é estranhável que essa obediência, cega, ligada à vontade de e à disposição para cumprir ordens, seja igualmente peculiar ao trato de um comportamento cordial. Por esse ângulo, hoje, a simples obediência como princípio de disciplina parece impraticável, pois a cultura absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus modelos de vida.

Embora Joaquim Prestes seja apresentado, já no início do conto, como sujeito moderno naquelas bandas, introdutor do automóvel representativo da ideia de progresso, é com ironia e, quiçá, com exaustão, que Mário desprotege a concepção viva dos domínios rurais, onde a autoridade do proprietário de terra não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade e o engenho constituía um organismo completo e que se bastava em si mesmo. Esse núcleo circunscrito se comporta como a própria palavra “família”, do latim, *famulus*, *escravo doméstico*, em que mesmo os filhos são apenas membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca livre e às constituições elaboradas para não serem cumpridas assim como as leis para serem violadas, tudo em benefício de personas específicas.

Em termos cordiais, o afeto ou a violência entre os homens se fundamenta em preferências, pois amar alguém poderia também significar amá-lo mais do que a outros, isto é, pressupondo uma parcialidade que se opõe ao ponto de vista neutro e abstrato da modernidade. Um amor humano sujeito à asfixia e à morte fora de seu círculo restrito não poderia servir de sustentação a nenhuma organização humana concebida em escala mais ampla.

Nesse mesmo sentido, há quem leia *O peru de Natal* destacando apenas a possibilidade de ser perceber uma forte carga simbólica no conto. De fato, o pai, recém-falecido, exige que o enterrem de vez, mas volta ao convívio doméstico caso o façam verdadeiramente. De modo ambíguo, aqueles que ainda sofrem com a perda se reúnem em torno da mesa para celebrar uma cerimônia tradicionalíssima, familiar, como se ali estivessem também para sepultar o falecido ou, ao menos, encerrar o luto e sua memória:

“O nosso primeiro Natal de família, depois da morte de meu pai acontecida cinco meses antes, foi de consequências decisivas para a felicidade familiar. Nós sempre fôramos familiarmente felizes, nesse sentido muito abstrato da felicidade: gente honesta, sem crimes, lar sem brigas internas nem graves dificuldades econômicas. Mas, devido principalmente à natureza cinzenta de meu pai, ser desprovido de qualquer lirismo, duma exemplaridade incapaz, acolchoado no medíocre, sempre nos faltara aquele aproveitamento da vida, aquele gosto pelas felicidades materiais, um vinho bom, uma estação de águas, aquisição de

geladeira, coisas assim. Meu pai fora de um bom errado, quase dramático, o puro sangue dos desmancha-prazeres.

Morreu meu pai, sentimos muito, etc. Quando chegamos nas proximidades do Natal, eu já estava que não podia mais pra afastar aquela memória obstruente do morto, que parecia ter sistematizado pra sempre a obrigação de uma lembrança dolorosa em cada gesto mínimo da família. Uma vez que eu sugerira a mamãe a ideia dela ir ver uma fita no cinema, o que resultou foram lágrimas. Onde se viu ir ao cinema, de luto pesado! A dor já estava sendo cultivada pelas aparências, e eu, que sempre gostara apenas regularmente de meu pai, mais por instinto de filho que por espontaneidade de amor, me via a ponto de aborrecer o bom do morto.

Foi decerto por isto que me nasceu, esta sim, espontaneamente, a ideia de fazer uma das minhas chamadas “loucuras”. Essa fora aliás, e desde muito cedo, a minha esplêndida conquista contra o ambiente familiar. Desde cedinho, desde os tempos de ginásio, em que arranjava regularmente uma reprovação todos os anos; desde o beijo às escondidas, numa prima, aos dez anos, descoberto por Tia Velha, uma detestável de tia; e principalmente desde as lições que dei ou recebi, não sei, duma criada de parentes: eu consegui no reformatório do lar e na vasta parentagem, a fama conciliatória de “louco”. “É doido, coitado!” falavam. Meus pais falavam com certa tristeza condescendente, o resto da parentagem buscando exemplo para os filhos e provavelmente com aquele prazer dos que convencem de alguma superioridade. Não tinham doidos entre os filhos. Pois foi o que me salvou, essa fama. Fiz tudo o que a vida me apresentou e o meu ser exigia para se realizar com integridade. E me deixaram fazer tudo, porque eu era doido, coitado. Resultou disso uma existência sem complexos, de que não posso me queixar um nada.

Era costume sempre, na família, a ceia de Natal. Ceia reles, já se imagina: ceia tipo meu pai, castanhas, figos, passas, depois da Missa do Calo. Empanturrados de amêndoas e nozes (quanto discutimos os três manos por causa dos

quebra-nozes...), empanturrados de castanhas e monotonias, a gente se abraçava e ia pra cama. Foi lembrando isso que arrebentei com uma das minhas “loucuras”:

— Bom, no Natal, quero comer peru.

Houve um desses espantos que ninguém não imagina. Logo minha tia solteirona e santa, que morava conosco, advertiu que não podíamos convidar ninguém por causa do luto.

— Mas quem falou de convidar ninguém! Essa mania... Quando é que a gente já comeu peru em nossa vida! Peru aqui em casa é prato de festa, vem toda essa parentada do diabo...

— Meu filho, não fale assim...

— Pois falo, pronto!

E descarreguei minha gelada indiferença pela nossa parentagem infinita, diz-que vinda de bandeirantes, que bem me importa! Era mesmo o momento pra desenvolver minha teoria de doido, coitado, não perdi a ocasião. Me deu de supetão uma ternura imensa por mamãe e titia, minhas duas mães, três com minha irmã, as três mães que sempre me divinizaram a vida. Era sempre aquilo: vinha aniversário de alguém e só então faziam peru naquela casa. Peru era prato de festa: uma imundície de parentes já preparados pela tradição, invadiam a casa por causa do peru, das empadinhas e dos doces. Minhas três mães, três dias antes já não sabiam da vida senão trabalhar, trabalhar no preparo de doces e frios finíssimos de bem feitos, a parentagem devorava tudo e inda levava embrulhinhos pros que não tinham podido vir. As minhas três mães mal podiam de exaustas. Do peru, só no enterro dos ossos, no dia seguinte, é que mamãe com titia inda provavam um naco de perna, vago, escuro, perdido no arroz alvo. E isso mesmo era mamãe quem servia, catava tudo pro velho e pros filhos. Na verdade ninguém sabia de fato o que era peru em nossa casa, peru resto de festa.

Não, não se convidava ninguém, era um peru pra nós, cinco pessoas. E havia de ser com duas farofas, a gorda com os miúdos, e a seca, douradinha, com bastante manteiga. Queria o papo recheado só com a farofa gorda, em que havíamos de ajuntar ameixa preta, nozes e um cálice de xerez, como aprendera na casa da Rose, muito minha companheira. Está claro que omiti onde aprendera a receita, mas todos desconfiaram. E ficaram logo naquele ar de incenso assoprado, se não seria tentação do Dianho aproveitar receita tão gostosa. E cerveja bem gelada, eu garantia quase gritando. É certo que com meu “gostos”, já bastante afinados fora do lar, pensei primeiro num vinho bom, completamente francês. Mas a ternura por mamãe venceu o doido, mamãe adorava cerveja.

Quando acabei meus projetos, notei bem, todos estavam felicíssimos, num desejo danado de fazer aquela loucura em que eu estourara. Bem que sabiam, era loucura sim, mas todos se faziam imaginar que eu sozinho é que estava desejando muito aquilo e havia jeito fácil de empurrarem pra cima de mim a ... culpa de seus desejos enormes. Sorriam se entreolhando, tímidos como pombas desgarradas, até que minha irmã resolveu o consentimento geral:

— É louco mesmo!...

Comprou-se o peru, fez-se o peru, etc. E depois de uma Missa do Galo bem mal rezada, se deu o nosso mais maravilhoso Natal. Fora engraçado: assim que me lembrara de que finalmente ia fazer mamãe comer peru, não fizera outra coisa aqueles dias que pensar nela, sentir ternura por ela, amar minha velhinha adorada. E meus manos também, estavam no mesmo ritmo violento de amor, todos dominados pela felicidade nova que o peru vinha imprimindo na família. De modo que, ainda disfarçando as coisas, deixei muito sossegado que mamãe cortasse todo o peito do peru. Um momento aliás, ela parou, feito fatias um dos lados do peito da ave, não resistindo àquelas leis de economia que sempre a tinham entorpecido numa quase pobreza sem razão.

— Não senhora, corte inteiro! só eu como tudo isso!

Era mentira. O amor familiar estava por tal forma incandescente em mim, que até era capaz de comer pouco, só pra que os outros quatro comessem demais. E o diapasão dos outros era o mesmo. Aquele peru comido a sós, redescobria em cada um o que a cotidianidade abafara por completo, amor, paixão de mãe, paixão de filhos. Deus me perdoe mas estou pensando em Jesus... Naquela casa de burgueses bem modestos, estava se realizando um milagre digno do Natal de um Deus. O peito do peru ficou inteiramente reduzido a fatias amplas.

— Eu que sirvo!

“É louco, mesmo!” pois por que havia de servir, se sempre mamãe servira naquela casa! Entre risos, os grandes pratos cheios foram passados pra mim e principiei uma distribuição heróica, enquanto mandava meu mano servir a cerveja. Tomei conta logo dum pedaço admirável da “casca”, cheio de gordura e pus no prato. E depois vastas fatias brancas. A voz severizada de mamãe cortou o espaço angustiado com que todos aspiravam pela sua parte no peru:

— Se lembre de seus manos, Juca!

Quando que ela havia de imaginar, a pobre! que aquele era o prato dela, da Mãe, da minha amiga maltratada, que sabia da Rose, que sabia meus crimes, a que eu só lembrava de comunicar o que fazia sofrer! O prato ficou sublime.

— Mamãe, este é o da senhora! Não! não passe não!

Foi quando ela não pôde mais com tanta comoção e principiou chorando. Minha tia também, logo percebendo que o novo prato sublime seria o dela, entrou no refrão das lágrimas. E minha irmã, que jamais viu lágrima sem abrir a torneirinha também, se esparramou no choro. Então principiei dizendo muitos desaforos pra não chorar também, tinha dezenove anos... Diabo de família besta que via peru e

chorava! coisas assim. Todos se esforçavam por sorrir, mas agora é que a alegria se tornara impossível. É que o pranto evocara por associação a imagem indesejável de meu pai morto. Meu pai, com sua figura cinzenta, vinha pra sempre estragar nosso Natal. Fiquei danado.

Bom, principiou-se a comer em silêncio, lutosos, e o peru estava perfeito. A carne mansa, de um tecido muito tênue boiava fagueira entre os sabores das farofas e do presunto, de vez em quando ferida, inquietada e redesejada, pela intervenção mais violenta da ameixa preta e o estorvo petulante dos pedacinhos de noz. Mas papai sentado ali, gigantesco, incompleto, uma censura, uma chaga, uma incapacidade. E o peru, estava tão gostoso, mamãe por fim sabendo que peru era manjar mesmo digno do Jesusinho nascido.

Principiou uma luta baixa entre o peru e o vulto de papai. Imaginei que gabar o peru era fortalecê-lo na luta, e, está claro, eu tomara decididamente o partido do peru. Mas os defuntos têm meios visguentos, muito hipócritas de vencer: nem bem gabei o peru a imagem de papai cresceu vitoriosa, insuportavelmente obstruidora.

— Só falta seu pai...

Eu nem comia, nem podia mais gostar daquele peru perfeito, tanto que me interessava aquela luta entre os dois mortos. Cheguei a odiar papai. E nem sei que inspiração genial, de repente me tornou hipócrita e político. Naquele instante que hoje me parece decisivo da nossa família, tomei aparentemente o partido de meu pai. Fingi, triste:

— E mesmo... Mas papai, que queria tanto bem a gente, que morreu de tanto trabalhar pra nós, papai lá no céu há de estar contente... (hesitei, mas resolvi não mencionar mais o peru) contente de ver nós todos reunidos em família.

E todos principiaram muito calmos, falando de papai. A imagem dele foi diminuindo, diminuindo e virou uma

estrelinha brilhante do céu. Agora todos comiam o peru com sensualidade, porque papai fora muito bom, sempre se sacrificara por nós, fora um santo que “você, meu filho, nunca poderão pagar o que devem a seu pai”, um santo. Papai virara santo, uma contemplação agradável, uma inestorvável estrelinha do céu. Não prejudicava mais ninguém, puro objeto de contemplação suave. O único morto ali era o peru, dominador, completamente vitorioso.

Minha mãe, minha tia, nós, todos alagados de felicidade. Ia escrever “felicidade gustativa”, mas não era só isso não. Era uma felicidade maiúscula, um amor de todos, um esquecimento de outros parentescos distraidores do grande amor familiar. E foi, sei que foi aquele primeiro peru comido no recesso da família, o início de um amor novo, reacomodado, mais completo, mais rico e inventivo, mais complacente e cuidadoso de si. Nasceu de então uma felicidade familiar pra nós que, não sou exclusivista, alguns a terão assim grande, porém mais intensa que a nossa me é impossível conceber.

Mamãe comeu tanto peru que um momento imaginei, aquilo podia lhe fazer mal. Mas logo pensei: ah, que faça! mesmo que ela morra, mas pelo menos que uma vez na vida coma peru de verdade!

A tamanha falta de egoísmo me transportara o nosso infinito amor... Depois vieram umas uvas leves e uns doces, que lá na minha terra levam o nome de “bem-casados”. Mas nem mesmo este nome perigoso se associou à lembrança de meu pai, que o peru já convertera em dignidade, em coisa certa, em culto puro de contemplação.

Levantamos. Eram quase duas horas, todos alegres, bambeados por duas garrafas de cerveja. Todos iam deitar, dormir ou mexer na cama, pouco importa, porque é bom uma insônia feliz. O diabo é que a Rose, católica antes de ser Rose, prometera me esperar com uma champanha. Pra poder sair, menti, falei que ia a uma festa de amigo, beijei mamãe e pisquei pra ela, modo de contar onde é que ia e fazê-la sofrer

seu bocado. As outras duas mulheres beijei sem piscar. E agora, Rose!...”

(ANDRADE, [1947], 2011, pp. 91-97)

Frequentemente imerso em si mesmo e não tolerando pressões externas, o grupo familiar tenta se manter imune a restrições ou abalos. Em seu delineamento, parece desprezar qualquer princípio superior que procure perturbar ou oprimir a existência silenciosa, morta e, mais respeitada do que qualquer outra instituição pública, desse pai. Nesse ambiente, o poder paterno se apresenta ilimitado e poucos freios existem para a sua tirania em relação à conduta dos vivos. Liberdade que, não condizente com o projeto familiar tradicional, como comer o peru recheado de natal, só poderia vir após a contemplação e divinação daquela figura que manda.

O quadro familiar se torna, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede a entidade pública e a nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, representaria o princípio de autoridade indisputado, da obediência e da coesão entre os homens. O mesmo personagem que aparece em *O peru de Natal*, Juca, revive em *Frederico Paciência*, conto denso e complexo, a composição de traços de personalidade, mais sólidos e empáticos, quase pedindo afeto e cumplicidade ao leitor:

Frederico Paciência... Foi no ginásio... Éramos de idade parecida, ele pouco mais velho que eu, quatorze anos.

Frederico Paciência era aquela solaridade escandalosa. Trazia nos olhos grandes bem pretos, na boca larga, na musculatura quadrada da peitaria, em principal nas mãos enormes, uma franqueza, uma saúde, uma ausência rija de segundas intenções. E aquela cabelacha pesada, quase azul, numa desordem crespa. Filho de português e de carioca. Não era beleza, era vitória. Ficava impossível a gente não querer bem ele, não concordar com o que ele falava.

Senti logo uma simpatia deslumbrada por Frederico Paciência, me aproximei franco dele, imaginando que era apenas por simpatia. Mas se ligo a insistência com que ficava junto dele a outros atos espontâneos que sempre tive até chegar na força do homem, acho que se tratava dessa espécie

de saudade do bem, de aspiração ao nobre, ao correto, que sempre fez com que eu me adornasse de bem pelas pessoas com quem vivo. Admirava lealmente a perfeição moral e física de Frederico Paciência e com muita sinceridade o invejei. Ora, em mim sucede que a inveja não consegue se resolver em ódio, nem mesmo em animosidade: produz mas uma competência divertida, esportiva, que me leva à imitação. Tive ânsias de imitar Frederico Paciência. Quis ser ele, ser dele, me confundir naquele esplendor, e ficamos amigos.

Eu era o tipo do fraco. Feio, minha coragem não tinha a menor espontaneidade, tendência ativa para os vícios, preguiça. Inteligência incessante mas principalmente difícil. Além do mais, naquele tempo eu não tinha nenhum êxito pra estímulo. Em família era silenciosamente considerado um caso perdido, só porque meus manos eram muito bonzinhos e eu estourado, e enquanto eles tiravam distinções no colégio, eu tomava bombas.

Uma ficou famosa, porque eu protestei gritado em casa, e meu Pai resolveu tirar a coisa a limpo, me levando com ele ao colégio. Chamado pelo diretor, lá veio o marista, irmão Bicudo o chamávamos, trazendo na mão um burro de Virgílio em francês, igualzinho ao que me servira na cola. Meio que turtuviei mas foi um nada. Disse arrogante:

— Como que o senhor prova que eu coleí!

Irmão Bicudo nem me olhou. Abriu o burro quase na cara de Papai, tremia de raiva:

— Seu menino traduz latim muito bem!... mas não sabe traduzir francês!

Papai ficou pálido, coitado. Arrancou:

— Seu padre me desculpe.

Não falou mais nada. Durante a volta era aquele mutismo, não trocou sequer um olhar comigo. Foi esplêndido mas quando o condutor veio cobrar as passagens no bonde. Meu Pai tirou com toda a naturalidade os níqueis do bolsinho mas de repente ficou olhando muito o dinheiro, parado, olhando

os níqueis, perdido em reflexões inescrutáveis. Parecia decidir da minha vida, ouvi, cheguei a ouvir ele dizendo “Não pago a passagem desse menino”. Mas afinal pagou.

Frederico Paciência foi minha salvação. A sua amizade era se entregar, amizade era pra tudo. Não conhecia reservas nem ressalvas, não sabia se acomodar humanamente com os conceitos. Talvez por isto mesmo, num como que instinto de conservação, era camarada de toda a gente, mas não tinha grupos preferidos nem muito menos amigos. Não há dúvida que se agradava de mim, inalteravelmente feliz de me ver e conversar comigo. Apenas eu percebia, irritado, que era a mesma coisa com todos. Não consegui ser discreto.

Depois da aula, naquela pequena parte do caminho que fazíamos juntos até o largo da Sé, puxando o assunto para os colegas, afinal acabei, bastante atrapalhado lhe confessando que ele era o meu “único” amigo. Frederico Paciência entreparou num espanto mudo, me olhando muito. Apressou o passo pra pegar a minha dianteira pequena, eu numa comoção envergonhada, já nem sabendo de mim, aliviado em minha sinceridade. Chegara a esquina em que nos separávamos, paramos. Frederico Paciência estava maravilhoso, suado, corado, derramando vida. Me olhou com uma ternura sorridente. Talvez houvesse, havia um pouco de piedade. Me estendeu a mão a que mal pude corresponder, e aquela despedida de costume, sem palavra, me derrotou por completo. Eu estava envergonhadíssimo, me afastei logo, humilhado, andando rápido pra casa, me esconder. Porém Frederico Paciência estava me acompanhando!

— Você não vai pra casa já

— Ara... estou com vontade de ir com você...

Foram quinze minutos dos mais sublimes de minha vida. Talvez que pra ele também. Na rua violentamente cheia de gente e de pressa, só vendo os movimentos estratégicos que fazíamos, ambos só olhos, calculando o andar deste transeunte com a soma daqueles dois mais vagarentos, para ficarmos sempre lado a lado. Mas em minha cabeça que fantasmagorias divinas, devotamentos, heroísmos, ficar bom,

projetos de estudar. Só na porta de casa nos separamos, de novo esquerdos, na primeira palavra que trocávamos amigos aquele “até-logo” torto.

E a vida de Frederico Paciência se mudou para dentro da minha. Me contou tudo o que ele era, a mim que não sabia fazer o mesmo. Meio que me rebaixava meu Pai ter sido operário em mocinho. Mas quando o meu amigo me confessou que os pais dele fazia só dois anos que tinham casado, até achei lindo. Pra que casar! é isso mesmo! O pior é que Frederico Paciência depusera tal confiança em mim, me fazia tais confissões sobre instintos nascentes que me obrigava a uma elevação constante de pensamento. Uns dias quase o odiei. Me bateu clara a intenção de acabar com aquela “infância”. Mas tudo estava tão bom.

Os domingos dele me pertenceram. Depois da missa fazíamos caminhadas enormes. Um feriado chegamos a ir até a Cantareira a-pé. Continuou vindo comigo até a porta de casa. Uma vez entrou. Mas eu não gostava de ver ele na minha família, detestei até Mamãe junto dele, ficavam todos muito baços. Mas me tornei familiar na casa dele, eram só os pais, gente vazia, enriquecida à pressa, dando liberdade excessiva ao filho, espalhafatosamente envaidecida daquela amizade com o colega de “família boa”.

Me lembro muito bem que pouco depois, uns cinco dias, da minha declaração de amizade, Frederico Paciência foi me buscar depois da janta. Saímos. Principiava o costume daqueles passeios longos no silêncio arborizado dos bairros. Frederico Paciência falava nos seus ideais, queria ser médico. Adverti que teria que fazer os estudos no Rio e nos separaríamos. Em mim, fiz mas foi calcular depressa quantos anos faltavam para me livrar do meu amigo. Mas a ideia da separação o preocupou demais. Vinha com propostas, ir com ele, estudar medicina, ou ser pintor pois que eu já vivia desenhando a caricatura dos padres.

Fiquei de pensar e, dialogando com as aspirações dele, pra não ficar atrás, meio que menti. Acabei mentindo duma vez. Veio aquele prazer de me transportar pra dentro do romance, e tudo foi se realizando num romance de bom-senso discreto,

pra que a mentira não transparecesse, e onde a coisa mais bonita era minha alma. Frederico Paciência então me olhava com os olhos quase úmidos, alargados, de êxtase generoso. Acreditava. Acreditou tudo. De resto, não acreditar seria inferioridade. E foi esse o maior bem que guardo de Frederico Paciência, porque uma parte enorme do que de bom e de útil tenho sido vem daquela alma que precisei me dar, pra que pudéssemos nos amar com franqueza.

No ginásio a nossa vida era uma só. Frederico Paciência me ensinava, me assoprava respostas nos momentos de aperto, jurando depois com riso que era pela última vez. A permanência dele em mim implicava aliás um tal ou qual esforço da minha parte pra estudar, naquele regime de estudo abortivo que, sem eu ainda atinar que era errado, me revoltava. Um dia ele me surpreendeu lendo um livro. Fiquei horrorizado mas imediatamente uma espécie de curiosidade perversa, que eu disfarçava com aquela intenção falsa e jamais posta em prática de acabar com “aquela amizade besta”, me fez não negar o que lia. Era uma “História da Prostituição na Antiguidade”, dessas edições clandestinas portuguesas que havia muito naquela época. E heróico, embora sempre horrorizado, passei o livro a ele. Folheou, examinou os títulos do índice, ficou olhando muito o desenho da capa. Depois me deu o livro.

— Tome cuidado com os padres

— Ah... está dentro da pasta, eles não vêem.

— E se examinarem as pastas...

— Pois se examinarem acham!

Passamos o tempo das aulas disfarçando bem. Mas no largo da Sé, Frederico Paciência falou que hoje carecia ir já pra casa, ficando logo engasgadíssimo na mentira. Mas como eu o olhasse muito, um pouco distraído em observar como é que se mentia sem ter jeito, ele inda achou força pra esclarecer que precisava sair com a Mãe. E, já despedidos um do outro, meio rindo de lado, ele me pediu o livro pra ler. Tive um desejo horrível de lhe pedir que não pedisse o livro, que não lesse aquilo, de jurar que era infame. Mas estava por dentro

que era um caos. Me atravessava o convulsioneamento interior a ideia cínica de que durante todo o dia pressentira o pedido e tomara cuidado em não me prevenir contra ele. E dizer agora tudo o que estava querendo dizer e não podia, era capaz de me diminuir. E afinal o que o livro contava era verdade... Se recusasse, Frederico Paciência ia imaginar coisas piores. Na aparência, fui tirando o livro da mala com a maior naturalidade, gritando por dentro que ainda era tempo, bastava falar que ainda não acabara de ler, quando acabasse... Depois dizia que o livro não prestava, era imoral, o rasgara. Isso até me engrandeceria... Mas estava um caos. E até que ponto a esperança de Frederico Paciência ter certas revelações... E o livro foi entregue com a maior naturalidade, sem nenhuma hesitação no gesto. Frederico Paciência ainda riu pra mim, não pude rir. Sentia um cansaço. E puro. E impuro.

Passei noite de beira-rio. Nessa noite é que todas essas idéias da exceção, instintos espantados, desejos curiosos, perigos desumanos me picavam com uma clareza tão dura que varriam qualquer gosto. Então eu quis morrer. Se Frederico Paciência largasse de mim... Se se aproximasse mais... Eu quis morrer. Foi bom entregar o livro, fui sincero, pelo menos assim ele fica me conhecendo mais. Fiz mal, posso fazer mal a ele. Ah que faça! ele não pode continuar aquela “infância”. Queria dormir, me debatia. Quis morrer.

No dia seguinte Frederico Paciência chegou tarde, já principiadas as aulas. Sentou como de costume junto de mim. Me falou um bom-dia simples mas que imaginei tristonho, preocupado. Mal respondi, com uma vontade assustada de chorar. Como que havia entre nós dois um sol que não permitia mais nos vermos mutuamente. Eu, quando queria segredar alguma coisa, era com os outros colegas mais próximos. Ele fazia o mesmo, do lado dele. Mas ainda foi ele quem venceu o sol.

No recreio, de repente, eu bem que só tinha olhos pra ele, largou o grupo em que conversava, se dirigiu reto pra mim. Pra ninguém desconfiar, também me apartei do meu grupo e fui, como que por acaso, me encontrar com ele. Paramos frente a frente. Ele abaixou os olhos, mas logo os ergueu com

esforço. Meu Deus! Por que não fala! O olho, o procuro nos olhos, lhe devorando os olhos internados, mas o olho com tal ansiedade, com toda a perfeição do ser, implorando me tornar sincero, verdadeiro, digníssimo, que Frederico Paciência é que pecou. Baixou os olhos outra vez, tirando de nós dois qualquer exatidão. Murmurou outra coisa:

— Pus o livro na sua mala, Juca. Acho bom não ler mais essas coisas.

Percebi que eu não perdera nada, fiquei numa alegria doida. Ele agora estava me olhando na cara outra vez, sereno, generoso, e menti. Fui de uma sem-vergonhice grandiosa, menti apressadamente, com um tal calor de sinceridade que eu mesmo não chegava bem a perceber que era tudo mentira. Mas falei comprido e num momento percebi que Frederico Paciência não estava acreditando mais em mim, me calei. Fomos nos ajuntar aos colegas. Era tristeza, era tristeza sim o que eu sentia, mas com um pouco também de alegria de ver o meu amigo espezinhado, escondendo que não me acreditava, sem coragem pra me censurar, humilhado na insinceridade. Eu me sentia superior!

Mas essa tarde, quando saímos juntos no passeio, numa audácia firme de gozar Frederico Paciência não dizendo o que sentia, eu levava um embrulho bem feitinho comigo. Quando Frederico Paciência perguntou o que era, ri só de lábios feito uma caçoadinha amiga, o olhando de lado, sem dizer nada. Fui desfazendo bem saboreado o embrulho, era o livro. Andava, olhava sempre o meu amigo, riso no beijo, brincador, conciliador, absolvido. E de repente, num gesto brusco, arbentei o volume em dois. Dei metade ao meu amigo e principiei rasgando miudinho, folha por folha, a minha parte. Aí Frederico Paciência caiu inteiramente na armadilha. O rosto dele brilhou numa felicidade irritada por dois dias de trégua, e desatamos a rir. E as ruas foram sujas pelos destroços irreconstituíveis da “História da Prostituição na Antiguidade”. Eu sabia que ficava um veneno em Frederico Paciência, mas isso agora não me inquietava mais. Ele, inteiramente entregue, confessava, agora que estava liberto do livro, que ler certas coisas, apesar de horríveis, “dava uma sensação esquisita, Juca, a gente não pode largar”.

Diante de uma amizade assim tão agressiva, não faltavam bocas de serpentes. Frederico Paciência, quando a indireta do gracejo foi tão clara que era impossível não perceber o que pensavam de nós, abriu os maiores olhos que lhe vi. Veio uma palidez de crime e ele cegou. Agarrou o ofensor pelo gasnete e o dobrou nas mãos inflexíveis. Eu impassível, assuntando. Foi um custo livrar o canalha. Forcejavam pra soltar o rapaz daquelas mãos endurecidas numa fatalidade estertorante. Eu estava com medo, de assombro. Falavam com Frederico Paciência, o sacudiam, davam nele, mas ele quem disse acordar! Só os padres que acorreram com o alarido e um bedel atleta, conseguiram apartar os dois. O canalha caiu desacordado no chão. Frederico Paciência só grunhia “Ele me ofendeu”, “Ele me ofendeu”. Afinal — todos já tinham tomado o nosso partido, está claro, com dó de Frederico Paciência, convencidos da nossa pureza — afinal uma frase de colega esclareceu os padres. O castigo foi grande mas não se falou de expulsão.

Eu não. Não falei nada, não fiz nada, fiquei firme. No outro dia o rapaz não apareceu no colégio e os colegas inventaram boatos medonhos, estava gravíssimo, estava morto, iam prender Frederico Paciência. Este, soturno. Parecia nem ter coragem pra me olhar, só me falava o indispensável, e imediato afinei com ele, soturnizado também. Felizmente não nos veríamos à saída, ele detido pra escrever quinhentas linhas por dia durante uma semana — castigo habitual dos padres. Mas no segundo dia o canalha apareceu. Meio ressabiado, é certo, mas completamente recomposto. Tinha chegado a minha vez.

Calculadamente avisei uns dois colegas que agora era comigo que ele tinha que se haver. Foram logo contar, e embora da mesma força que eu, era visível que ele ficou muito inquieto. Inventei uma dor de cabeça pra sair mais cedo, mas os olhos de todos me seguindo, proclamavam o grande espetáculo próximo. Na saída, acompanhado de vários curiosos, ele vinha muito pálido, falando com exagero que se eu me metesse com ele usava o canivete. Saí da minha esquina, também já alcançado por muitos, e convidei o outro pra descermos na várzea perto. Eu devia estar pálido

também, sentia, mas nada covarde. Pelo contrário: numa lucidez gélida, imaginando jeito certo de mais bater que apanhar. Mas o rapaz fraquejou, precipitando as coisas, que não! que aquilo fora uma brincadeira besta dele, aí um soco nas fuças o interrompeu. O sangue saltou com fúria, o rapaz avançou pra cima de mim, mas vinha como sem vontade, descontrolado, eu gélido. Outro soco lhe atingiu de novo o nariz. Ele num desespero me agarrou pelo meio do corpo, foi me dobrando, mas com os braços livres, eu malhava a cara ele, gostando do sangue me manchando as mãos. Ele gemeu um “ai” flébil, quis chorar num bufido infantil de dor pavorosa. Não sei, me deu uma repugnância do que ele estava sofrendo com aqueles socos na cara, não pude suportar: com um golpe de energia que até me tonteou, botei o cotovelo no queixo dele, e um safanão o atirou longe. Me agarraram. O rapaz, completamente desatinado, fugiu na carreira.

Um as censuras rijas de transeuntes, nem me incomodei, estava sublime de segurança. Qualquer incerteza, qualquer hesitação que me nascesse naquele alvoreço interior em que eu escachoava, a imagem, mas única, exclusiva realidade daquilo tudo, a imagem de Frederico Paciência estava ali pra me mover. Eu vingara Frederico Paciência! Com a maior calma, peguei na minha mala que um colega segurava, nem disse adeus a ninguém. Fui embora compassado. Tinha também agora um sol comigo. Mas um sol ótimo, diferente daquele que me separa de meu amigo no caso do livro. Não era glória nem vangloria, nem volúpia de ter vencido, nada. Era um equilíbrio raro — esse raríssimo de quando a gente age como homem-feito, quando se é rapaz. Puro. E impuro.

Procurei Frederico Paciência essa noite e contei tudo. Primeiro me viera a vaidade de não contar, bancar o superior, fingindo não dar importância à briga, só pra ele saber de tudo pelos colegas. Contei tudo, detalhe por detalhe. Frederico Paciência me escutou, eu percebia que ele escutava devorando, não podendo perder um respiro meu. Fui heróico, antes: fui artista! Um como que sentimento de beleza me fez ajuntar muito pouca fantasia à descrição, desejando que ela fosse bem simples. Quando acabei, Frederico Paciência não

disse uma palavra só, não aprovou, não desaprovou. E uma tristeza nos envolveu, a tristeza mais feliz de minha vida. Como estava bom, era quase sensual, a gente assim passeando os dois, tão tristes...

Mas de tudo isso, do livro, da invencionice dos colegas, da nossa revolta exagerada, nascera entre nós uma primeira, estranha frieza. Não era medo da calúnia alheia, era como um quebrar de esperanças insabidas, uma desilusão, uma espécie amarga de desistência. Pelo contrário, como que basofientos, mais diante de nós mesmos que do mundo, nasceu de tudo isso o nos aproximarmos fisicamente um do outro, muito mais que antes. O abraço ficou cotidiano em nossos bons-dias e até-logos.

Agora falávamos insistentemente de nossa “amizade eterna”, projetos de nos vermos diariamente a vida inteira, juramentos de um fechar os olhos do que morresse primeiro. Comentando às claras o nosso amor de amigo, como que procurávamos nos provar que daí não podia nos vir nenhum mal, e principalmente nenhuma realização condenada pelo mundo. Condenação que aprovávamos com assanhamento. Era um jogo de cabeças unidas quando sentávamos pra estudar juntos, de mãos unidas sempre, e alguma vez mais rara, corpos enlaçados nos passeios noturnos. E foi aquele beijo que lhe dei no nariz depois, depois não, de repente no meio duma discussão rancorosa sobre se Bonaparte era gênio, eu jurando que não, ele que sim. — Besta! — Besta é você! Dei o beijo, nem sei! parecíamos estar afastados léguas um do outro nos odiando. Frederico Paciência recuou, derrubando a cadeira. O barulho facilitou nosso fragor interno, ele avançou, me abraçou com ansiedade, me beijou com amargura, me beijou na cara em cheio dolorosamente. Mas logo nos assustou a sensação de condenados que explodiu, nos separamos conscientes. Nos olhamos no olho e saiu o riso que nos acalmou. Estávamos nos amando de amigo outra vez; estávamos nos desejando, exaltantes no ardor, mas decididos, fortíssimos, sadios.

— Precisamos tomar mais cuidado.

Quem falou isso? Não sei se fui eu se foi ele, escuto a frase que jorrou de nós. Jamais fui tão grande na vida.

Mas agora já éramos amigos demais um do outro, já o convívio era alimento imprescindível de cada um de nós, para que o cuidado a tomar decidisse um afastamento. Continuamos inseparáveis, mas tomando cuidado. Não havia mais aquele jogo de mãos unidas, de cabeça confundidas. E quando por distração um se apoiava no outro, o afastamento imediato, rancoroso deste, desapontava o inocente.

O pior eram as discussões, cada vez mais numerosas, cada vez porventura mais procuradas. Quando a violência duma briga, “Você é uma besta!”, “Besta é você!”, nos excitava fisicamente demais, vinha aquela imagem jamais confessada do incidente do beijo, a discussão caía de chofre. A nudez súbita corrigia com brutalidade o caminho do mal e perseverávamos deslumbradamente fiéis à amizade. Mas tudo, afastamento, correções, discussões quebradas em meio, só nos fazia desoladamente conscientes, em nossa hipocrisia generosa, de que aquilo ou nos levava para infernos insolúveis, ou era o princípio dum fim.

Com a formatura do ginásio descobrimos afinal um pretexto para iniciar a desagregação muito negada, e mesmo agora impensada, da nossa amizade. Falo que era “pretexto” porque me parece que tinha outras razões mais ponderosas. Mas Frederico Paciência insistia em fazer exames ótimos aquele último ano. Eu não pudera me resolver a estudos mais severos, justo num ano de curso em que era de praxe os examinadores serem condescendentes. Na aparência, nunca nos compreendêramos tão bem, tanto eu aceitava a honestidade escolar do meu amigo, como ele afinal se dispusera a compreender minha aversão ao estudo sistemático. Mas a diferença de rumos o prendia em casa e me deixava solto na rua. Veio uma placidez.

Tinha outras razões mais amargas, tinha os bailes. E havia a Rose aparecendo no horizonte, muito indecisa ainda. Se pouco menos de ano antes, conhecêramos juntos para que nos servia a mulher, só agora nos dezesseis anos, é que a vida sexual se impusera entre os meus hábitos. Frederico

Paciência parecia não sentir o mesmo orgulho de demonstração e nem sempre queria me acompanhar. Às vezes me seguia numa contrariedade sensível. O que me levava ao despeito de não o convidar mais e a existir um assunto importantíssimo pra ambos, mas pra ambos de importância e preocupações opostas. A castidade serena de meu amigo, eu continuava classificando de “infâncias”. Frederico Paciência, por seu lado, se escutava com largueza de perdão e às vezes certa curiosidade os meus descobrimentos de amor, contados quase sempre com minúcia raivosa, pra machucar, eu senti mais de uma vez que ele se fatigava em meio da narrativa insistente e se perdia em pensamentos de mistério, numa melancolia grave. E eu parava de falar. Ele não insistia. E ficávamos contrafeitos, numa solidão brutalmente física.

Mas ainda devia ter razões mais profundas para aquela desagregação sutil de amizade, desagregação, insisto, em que não púnhamos reparo. É que tínhamos nos preocupado demais com o problema da amizade, pra que a nossa não fosse sempre um objeto, é pena, mas bastante exterior a nós, um objeto de experimentação. De forma que passada em dois anos toda a aventura da amizade nascente, com suas audácias e incidentes, aquele prazer sereno da amizade cotidiana se tornara um “caso consumado”. E isso para a nossa rapazice necessariamente instável, não interessava quase. Nos amávamos agora com verdade perfeita mas sem curiosidade, sem a volúpia de brincar com fogo, sem aprendizado mais. E fora em defesa da amizade mesma que lhe mudáramos a... a técnica de manifestação. E esta técnica, feita de afastamentos e paciências, naquele estádio de verdades muito preto e branco, era uma pequena, voluntária desagregação impensada. De maneira que adquiríamos uma convicção falsa de que estávamos nos afastando um do outro, por incapacidade, ou melhor: por medo de nos analisarmos em nossa desagregação verdadeira, entenda quem quiser. No colégio éramos apenas colegas. De-noite não nos encontrávamos mais, ele estudando. Mas que domingos sublimes agora, quando algum piquenique detestado mas aceito com prazer espetacular muito fingido, não vinha perturbar nosso desejo de estarmos sós. Era uma ventura

incontável esse encontro dominical, quanta franqueza, quanto abandono, quanto passado nos enobrecendo, nos aprofundando e era como uma carícia longa, velha, entediada. Vivíamos por vezes meia hora sem uma palavra, mas em que nossos espíritos, nossas almas entreconhecidas se entendiam e se irmanavam com silêncio vegetal.

Estou lutando desde o princípio destas explicações sobre a desagregação da nossa amizade, contra uma razão que me pareceu inventada enquanto escrevia, para sutilizar psicologicamente o conto. Mas agora não resisto mais. Está me parecendo que entre as causas mais insabidas, tinha também uma espécie de despeito desprezador de um pelo outro... Se no começo invejei a beleza física, a simpatia, a perfeição espiritual normalíssima de Frederico Paciência, e até agora sinto saudades de tudo isso, é certo que essa inveja abandonou muito cedo qualquer aspiração de ser exatamente igual ao meu amigo. Foi curtíssimo, uns três meses, o tempo em que tentei imitá-lo. Depois desisti, com muito propósito. E não era porque eu conseguisse me reconhecer na impossibilidade completa de imitá-lo, mas porque eu, sinceramente, sabe-me lá por que! não desejava mais ser um Frederico Paciência!

O admirava sempre em tudo, mesmo porque até agora o acho cada vez mais admirável, até em sua vulgaridade que tinha muito de ideal. Mas pra mim, para o ser que eu me queria dar, eu... eu corrigia Frederico Paciência. E é certo que não o corrigia no sentido da perfeição, sinceramente eu considerava Frederico Paciência perfeito, mas no sentido de uma outra concepção do ser, às vezes até diminuída de perfeição. A energia dele, a segurança serena, sobretudo aquela como que incapacidade de errar, aquela ausência do erro, não me interessavam suficientemente pra mim. E eu me surpreendia imaginando que se as possuísse, me sentiria diminuído.

E enfim eu me pergunto ainda até que ponto, não só para o meu ideal de mim, mas para ele mesmo, eu pretendia modificar, “corrigir” Frederico Paciência no sentido desse outro indivíduo ideal que eu desejara ser, de que ele fora o ponto-de-partida?... É certo que ele sempre foi pra comigo muito mais generoso, me aceitou sempre tal como eu era,

embora interiormente, estou seguro disso, me desejasse melhor. Se satisfazia de mim para amigo, ao passo que a mim desde muito cedo ele principiou sobrando. Assim: o nos afastarmos um do outro em nossa quotidianidade, o que chamei já agora erradamente, tenho certeza, de “desagregação”, era mais apenas um jeito da amizade verdadeira. Era mesmo um aperfeiçoamento de amizade, porque agora nada mais nos interessava senão o outro tal como era, em nossos encontros a sós: nos amávamos pelo que éramos, tal como éramos, desprendidamente, gratuitamente, sem o instinto imperialista de condicionar o companheiro a ficções de nossa inteira fabricação. Estou convencido que perseveraríamos amigos pela vida inteira, se ela, a tal, a vida, não se encarregasse de nos roubar essa grandeza.

Pouco depois de formados, ano que foi de hesitação pra nós, eu querendo estudar pintura mas “isso não era carreira”, ele medicina, mas os negócios prendendo a São Paulo a gente dele, uma desgraça me aproximou de Frederico Paciência: morreu-lhe o Pai. Me devotei com sinceridade. Nascera em mim uma experiência, uma... sim, uma paternidade crítica em que as primeiras hesitações de Frederico Paciência puderam se apoiar sem reserva.

Meu amigo sofreu muito. Mas, sem indicar insensibilidade nele (aliás era natural que não amasse muito um pai que fora indiferentemente bom) me parece que a dor maior de Frederico Paciência não foi perder o Pai, foi a decepção que isso lhe dava. Sentiu um espanto formidável essa primeira vez que deparou com a morte. Mas fosse decepção, fosse amor, sofreu muito. Fui eu a consolar e consegui o mais perfeito dos sacrifícios, fiquei muito mudo, ali. O melhor alívio para a infelicidade da morte é a gente possuir consigo a solidão silenciosa duma sombra irmã. Vai-se pra fazer um gesto, e a sombra adivinha que a gente quer água, e foi buscar. Ou de repente estende o braço, tira um fiapo que pegou na vossa roupa preta.

Dois dias depois da morte, ainda marcados pelas cenas penosas do enterro, a Mãe de Frederico Paciência chorava na

saleta ao lado, se deixando conversar num grupo de velhas, quando ouvimos:

— Rico! (com erre fraco, era o apelido caseiro do meu amigo).

Fomos logo. De-pé, na frente da coitada, estava um homem de luto, *plastron*, nos esperando. E ela angustiada:

— Veja o que esse homem quer!

Viera primeiro apresentar os pêsames.

—... conheci muito o vosso defunto pai, coitado. Nobre caráter... Mas como a sua excelentíssima progenitora poderá precisar de alguém, vim lhe oferecer os meus préstimos. Orgulho-me de ter em nosso cartório a melhor clientela de São Paulo. Para ficar livre das formalidades do inventário (e mostrava um papel) é só a sua excelentíssima...

Não sei o que me deu, tive um heroísmo:

— Saia!

O homem me olhou com energia desprezadora.

— Saia, já falei!

O homem era forte. Fiz um gesto pra empurrá-lo, ele recuou. Mas na porta quis reagir de novo e então o crivei, o crivamos de socos, ele desceu a escada do jardim caicaindo. Outra vez no quarto, era natural, estávamos muito bem-humorados. Contínhamos o riso pela conveniência da morte, mas foi impossível não sorrir com a lembrança do homem na escada.

— Deite pra descansar um pouquinho.

Ele deitou, exagerando a fadiga, sentindo gosto em obedecer. Sentei na borda da cama, como que pra tomar conta dele, e olhei o meu amigo. Ele tinha o rosto iluminado por uma frincha de janela vespertina. Estava tão lindo que o contemplei embevecido. Ele principiou lento, meio menino, reafirmando projetos. Iriam logo para o Rio, queria se matricular na Faculdade. O Rio... Mamãe é carioca, você já não sabia?... Tenho parentes lá. Com os lábios se movendo

rubros naquele ondular de fala propositalmente fatigada. Eu olhava só. Frederico Paciência percebeu, pára de falar de repente, me olhando muito também. Percebi o mutismo dele, entendi por que era, mas não podia, custei a retirar os olhos daquela boca tão linda. E quando os nossos olhos se encontraram, quase assustei porque Frederico Paciência me olhava, também como eu estava, com olhos de desespero, inteiramente confessado. Foi um segundo trágico, de tão exclusivamente infeliz. Mas a imagem do morto se interpõe com uma presença enorme, recente por demais, dominadora. Talvez nós não pudéssemos naquele instante vencer a fatalidade em que já estávamos, o morto é que venceu.

Depois de dois meses de preparativos que de novo afastaram muito Frederico Paciência de mim, veio a separação. A última semana de nossa amizade (não tem dúvida: a última. Tudo o mais foram idealismos, vergonhas, abusos de preconceitos), a última semana foram dias de noivado pra nós, que de carícias! Mas não quisemos, tivemos um receio enorme de provocar um novo instante como aquele de que o morto nos salvara. Não se trocou palavra sobre o sucedido e forcejamos por provar um ao outro a inexistência daquela realidade estrondosa, que nos conservara amigos tão desarrazoados mas tão perfeitos por mais de três anos. Positivamente não valia a pena sacrificar perfeição tamanha e varrer a florada que cobria o lodo (e seria o lodo mais necessário, mais “real” que a florada?) numa aventura insolúvel. Só que agora a proximidade da separação justificava a veemência dos nossos transportes. Não saíamos da casa dele, com vergonha de mostrar a um público sem nuances, a impaciência das nossas carícias. Mudos, muitas vezes abraçados, cabeças unidas, naquele sofá trazido da sala de visitas, que ficara ali. Quando um dizia qualquer coisa, o outro concordava depressa, porque, mais que a complacência da despedida, nos assustava demais o perigo de discutir. E a única vez em que, talvez esquecido, Frederico Paciência se atirou sobre a cama porque o sono estava chegando, fiquei hirtó, excessivamente petrificado, olhando o chão com tão desesperada fixidez, que ele percebeu. Ou não percebeu e a mesma lembrança feroz o massacrou. Foi levantando disfarçado. E de repente, quase gritando, é que falou:

— Mas Juca, o que você tem?

Eu tinha os olhos cheios de lágrimas. Ele sentou e ficamos assim sem falar mais. E era assim que ficávamos aquelas horas exageradamente brevíssimas de adeus. Depois um vulto imaterial de senhora, sacudindo a cabeça, querendo sorrir, lacrimosa, nos falava:

— Meu filhos, são onze horas!

Frederico Paciência vinha me trazer até casa. Sofríamos tanto que parece impossível sofrer com tamanha felicidade. E toda noite era aquilo: a boca rindo, os olhos cheios de lágrimas. Sucedeu até que depois de deixado, eu batesse de novo à porta, fosse correndo alcançar Frederico Paciência, e o acompanhasse à casa dele outra vez. E agora íamos abraçados, num desespero infame de confessar descaradamente ao universo o que nunca existira entre nós dois. Mas assim como em nossas casas agora todos nos respeitavam, enlutados na previsão dum drama venerável de milagre, nos deixando ir além das horas e quebrar quaisquer costumes, também os transeuntes tardios, farristas bêbados e os vivos da noite, nos miravam, não diziam nada, deixando passar.

Afinal a despedida chegou mesmo. Curta, arrastada, muito desagradável, com aquele trem custando a partir, e nós ambos já muito indiferentes um pelo outro, numa já apenas recordação sem presença, que não entendíamos nem podia nos interessar. O sorriso famoso que quer sorrir mas está chorando, chorando muito, tudo o que a vida não chorou. “Então? adeus” “Qual! até breve”!; “Você volta mesmo?...” ; “Juro que volto!” O soluço que engasga na risada alegre da partida, enfim livre! O trem partindo. Aquela sensação nítida de alívio. Você vai andando, vê uma garota, e já está noutro mundo. Tropeça num do grupo que sai da estação, “Desculpe!”, ele vos olha, é um rapaz, os dois riem, se simpatizam, poderia ser uma amizade nova. E as luzes miraculosas, rua de todos.

Cartas. Cartas carinhosíssimas fingindo amizade eterna. Em mim despertara o interesse das coisas literárias: fazia literatura em cartas. Cartas não guardadas que ficam por aí,

tomando lugar, depois jogadas fora pela criada, na limpeza. Cartas violentamente reclamadas, por causa da discussão com a criadinha, discussões conscientemente provocadas porque a criadinha era gorda. Cartas muito pouco interessantes. O que contávamos do que estava se passando com nossas vidas, Rico na medicina, eu na música e fazendo versos, o caso até chateava o outro. Sim: tenho a certeza que a ele também aporrinhava o que eu dizia. As cartas se espaçavam.

Foi quando um telegrama veio me contando que a Mãe de Frederico Paciência morrerá. Não resistira à morte do marido, como um médico bem imaginara. É indizível o alvoroço em que estourei, foi um deslumbramento, explodiu em mim uma esperança fantástica, fiquei tão atordoado que saí andando solto pela rua. Não podia pensar: a realidade estava ali. A Mãe de Rico, que me importava a Mãe de Frederico Paciência! E o que é mais terrível de imaginar: mas nem a ele o sofrimento inegável lhe importava: a morte lhe impusera o desejo de mim. Nós nos amávamos sobre cadáveres. Eu bem que percebia que era horrível. Mas por isso mesmo que era horrível, pra ele mais forte que eu, isso era decisório. E eu me gritava por dentro, com o mais deslavado dos cinismos conscientes, fingindo e sabendo que fingia: Rico está me chamando, eu vou. Eu vou. Eu preciso ir. Eu vou.

Desta vez o cadáver não seria empecilho, seria ajuda, o que nos salvou foi a distância. Não havia jeito de eu ir ao Rio. Era filho-família, não tinha dinheiro. Ainda assim pedi pra ir, me negaram. E quando me negaram, eu sei, fiquei feliz, feliz! Eu bem sabia que haviam de me negar, mas não bastava saber. Como que eu queria tirar de cima de mim a responsabilidade da minha salvação. Ou me tornar mais consciente da minha pobreza moral. Fiquei feliz, feliz! Mandeí apenas “sinceros pêsames” num telegrama.

Foi um fim bruto, de muro. Ainda me lembrei de escrever uma carta linda que ele mostrasse a muitas pessoas que ficavam me admirando muito. Como ele escreve bem! diriam. Mas aquele telegrama era uma recusa formal. Sei que em mim era sempre uma recusa desesperada, mas o fato de

parecer formal, me provava que tudo tinha se acabado entre nós. Não escrevi. E Frederico Paciência nunca mais me escreveu. Não agradeceu os pêsames. A imagem dele foi se afastando, se afastando, até se fixar no que deixo aqui.

Me lembro que uma feita, diante da irritação enorme dele comentando uma pequena que o abraçara num baile, sem a menor intenção de trocadilho, só pra falar alguma coisa, eu soltara:

— Paciência, Rico.

— Paciência me chamo eu!

Não guardei este detalhe para o fim, pra tirar nenhum efeito literário, não. Desde o princípio que estou com ele pra contar, mas não achei canto adequado. Então pus aqui porque, não sei... essa confusão com a palavra “paciência” sempre me doeu malestarentemente. Me queima feito uma caçoadá, uma alegoria, uma assombráçãõ insatisfeita.”

(ANDRADE, [1947], 2011, pp. 99-118)

Nesses últimos dois contos mencionados, estaríamos vivendo assim também entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz. A figura do pai amarrada à reserva de liberdade individual dos personagens, à violência simbólica, ao poder e ao mando oscila com a simpatia e com os apelos religiosos sem hierarquia rígida desse convívio.

A amizade agressiva e o amor violento de Juca e Frederico Paciência parecem implicar a morte da família para que pudesse existir de forma plena. Do mesmo modo, a morte física e espiritual do pai em *O peru de Natal* carrega o peso da redenção daqueles que sofrem o luto de uma vida regrada pela obediência e privação. Os amigos do conto *Frederico Paciência*, em medida semelhante, se amariam sobre os cadáveres dos pais de do personagem principal e, existiriam, assim, somente percorrida a falência literal dos corpos que constituem a família como instituição ordenadora.

Desse modo, o comportamento tradicional que permeia os papéis desempenhados pelos personagens no texto literário, insinua um plano presente pelo qual o caminho de realização no âmbito coletivo, desde a possibilidade de libertar a mãe e os irmãos das restrições vindas a mando da figura paterna em *O peru de Natal* ou, por

outro lado, seja pelo fato de assumir sua sexualidade e uma relação homoafetiva, no caso de Juca e Frederico Paciência, se constitui quase que por meio de um sentimento que funde misticismo, religiosidade e família numa consubstanciação de aspectos culturais muito próximos do que se definiu, nesta pesquisa, como a instância obscura da cordialidade.

Sendo assim, a revelação em ambos os contos assume a angústia quem vem junto com a percepção do sentido que a morte se apropria neles. A distância intransponível entre a liberdade, ambiguidade do sentimento *moderno*, e a prisão das condutas consideradas arcaicas atreladas ao medo da tradição, somente sente esperança quando vislumbra o enterro da feição patriarcal. E, o limite sagrado que a família alcança, excomunga esses indivíduos da sociedade com base na noção de afabilidade e de pouco espaço de reserva como, se isso, necessariamente significasse algo bom.

“Ir ao passado com perguntas do presente é tarefa da qual não se desvia ou que se evita. Mas cobrar do passado o presente é desajuste de análise, problema de interpretação. O desafio é indagar nossos autores, suas questões, problemas e soluções, e dar ao tempo seu tempo”. (SCHWARCZ; BOTELHO (Org.), 2009, p. 13)

Parte IV: “Somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”²⁴

“Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intato, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo (...)”. (HOLANDA, 1995, p. 188)

CAPÍTULO IV: Cordialidade concebida como noção de acontecimento

As questões apontadas por Foucault em 1978 e 1984 a partir da reflexão kantiana, tais como “o que é a nossa atualidade?” ou “qual é o campo atual das experiências possíveis?”, a fim de se pensar uma ontologia de nós mesmos, auxilia, por que não, a iluminar os percursos metodológicos desta pesquisa. Tais indagações propostas pelo autor envolvem considerá-las junto à noção de acontecimento, uma vez que interrogar a atualidade é questioná-la como acontecimento na forma de uma problematização.

Com base nisso, parece proveitoso não apenas por uma perspectiva de método, mas, sobretudo, teórica, pensar a cordialidade nos termos que aqui se pretende, tratando o conceito a partir da noção de acontecimento, sendo este, segundo Foucault, uma manifestação aguda de um dado momento que convém investigar tendo em vista tornar mais complexo e problematizar esse período, tratando-o como diferença histórica. Isto é possível se considerarmos sua importância e a frequência com que diversas vertentes do pensamento social brasileiro recorreram a esse traço de nossa cultura.

Por esse ângulo, Foucault concebe a genealogia como um procedimento de pesquisa exaustivo, não criado como um método para confrontar outros, isto é não sua função por excelência. No entanto, ela se torna eficaz na busca das evidências nos fenômenos desconsiderados e desvalorizados pelos procedimentos da história tradicional. A perspectiva genealógica, ainda que não seja sua fundamental finalidade, permite a procura da singularidade dos acontecimentos, acima de tudo, daquilo que não está expresso claramente na história, âmbitos que exerceram papéis distintos.

Nesse sentido, quando Foucault, por exemplo, retorna aos gregos e a suas problematizações, isso quer dizer que a ontologia da atualidade está inscrita na história

²⁴ HOLANDA, 1995, p. 31. Referência à célebre frase do escritor brasileiro.

do pensamento de uma filosofia ou tradição crítica, ou seja, que existem fenômenos culturais, determinados objetos, ou acontecimentos históricos, que nos ajudam a reconstituir uma ótica ou enfoque diante de uma questão problematizada, que podem ser válidos como ferramenta analítica e de transformação do hoje, do que está acontecendo agora.

Desse modo, o retorno ao conceito de cordialidade pelo tecido cultural tomando como caminho metodológico a análise da literatura, juntamente com a análise ou a tentativa de compreender o que foi produzido pela fortuna crítica e, em larga medida, refutar uma série de concepções sobre o termo, parece pertinente quando pensado a partir dessa noção interrogativa sobre a atualidade.

Trata-se, nessa perspectiva, de questionar a noção de escalonamento associada a um conceito universalista de modernidade em relação à cordialidade, o qual hierarquiza e classifica outras configurações ordenadas em contextos distintos. Assim, a genealogia histórica proposta por Foucault e a noção de acontecimento, se tornam relevantes para o encaminhamento dessa problemática, a qual pretende estudar os desvios que ainda permanecem, de alguma forma, a nos atravessar, e discutir como se consolida, e quais os caminhos para modificar aquilo que somos.

Essa tarefa crítica, oriunda da influência kantiana sobre a atualidade, é tecida no pensamento crítico de Foucault na forma de uma ontologia de nós mesmos, uma ontologia do presente. Acima de tudo, significa um entendimento do pertencimento ao presente que, simultaneamente, soma-se à necessidade de moldá-lo, desenhá-lo como diferença em relação ao passado. “Isto é, um presente que rompe como as falsas continuidades da tradição e estabelece a sua própria origem e um novo elo com o passado, criando, por assim dizer, a sua tradição” (MURICY, 2005, p.39). É isso que pretendo realizar em relação à noção canônica de cordialidade em contraposição ao ideário de modernidade e, por isso, evoco a literatura como objeto interlocutor da minha questão.

No entanto, existe uma distinção entre o que se concebe como presente e atual, entre “o hoje e o agora”. Reconhecer determinado elemento do presente constitui aquilo que Foucault entende como atual, porém a crítica e problematização que compõem tal reconhecimento, desatualiza esse hoje, esse presente, por meio da ação interrogativa. Entretanto, no movimento da temporalização, como atualidade, isso que somos significa a demonstração ou manifestação de um ímpeto já estabelecido e que segue operante. Por essa razão, não se pode isolar a noção de acontecimento da de problematização, nem da

de atualidade e, “nessa linha de reflexão, talvez se possa indicar que aqui problematização seja um modo de apropriação do acontecimento pelo pensamento, através de um questionamento da atualidade” (CARDOSO, 1995, p.60), o que constitui um trabalho de diversas perguntas.

Portanto, esse trabalho de crítica, que Foucault salienta, não pretende chegar a valores universais dispostos em estruturas formais. O que se propõe é a análise histórica dos acontecimentos que nos conduziram a nos constituir e nos reconhecer como sujeitos do que fazemos, dizemos e pensamos, caracterizando o *ethos* filosófico presente na crítica ontológica de nós mesmos. Nessa perspectiva, considerando a cordialidade como um traço que edifica, em larga medida, aquilo em que somos assentados no pensamento social brasileiro, é possível questionar, pelo âmbito da cultura e não apenas daquele realizado sobejamente pelo viés político, como a noção histórica da cordialidade foi discutida no imaginário moderno e como o debate acerca do desigual e do diverso ou, em termos foucaultianos, do descontínuo, incide sobre ele.

Por essa razão, a partir da genealogia histórica proposta por Foucault, é possível sustentar a proposta de utilizar o texto literário como objeto e instrumento para interpretação do mundo social e da problemática definida. Refazendo alguns percursos de suas obras, observa-se como o autor desenha alternativas para constituir saberes e designa, de alguma forma, caminhos para alcançar a compreensão de questões diversas, que são múltiplas, heterogêneas e irregulares.

A pretensão deste trabalho de não considerar, em suas análises, a literatura como ilustração de um problema dado, adquire, desse modo, substrato teórico e metodológico, sobretudo quando, na perspectiva da genealogia, retornamos à noção de acontecimento que é central na história do pensamento desenvolvida por Foucault. Pois, nesse sentido, torna-se mais pertinente a possibilidade de formular conceitualmente a relação entre cordialidade e texto literário, desembocando na problemática final que incide sobre as condições e o imaginário em torno da modernidade brasileira.

Areladas à concepção de acontecimento, e baseado em Kant, Foucault também traz à discussão as noções de atualidade e de problematização, as quais constituirão o percurso metodológico para tematizar o que ele mesmo define como ontologia do presente. E, sendo assim, é a partir do *ethos* filosófico da crítica do presente que se torna possível problematizar da atualidade enquanto um acontecimento que nos interpela sobre nossa própria constituição, nos questionando sobre as limitações do presente e probabilidades de rompimentos, rupturas e transgressões. Nessa perspectiva, a

problematização da nossa atualidade “configura-se como uma abertura do pensamento, que é simultaneamente reserva e espera - o recolher do já pensado e a possibilidade que nos convoca a pensar sobre o não pensado ainda, no interior do já pensado” (CARDOSO, 1995, p.64-65).

Parte V: “Corpo e alma do Brasil²⁵”: em correlações e desdobramentos

Assim, só raramente nos aplicamos de corpo e alma a um objeto exterior a nós mesmos. E quando fugimos á norma é por simples gesto de retirada, descompassado e sem controle, jamais regulados por livre iniciativa. Somos notoriamente avessos às atividades morosas e monótonas, desde a criação estética até às artes servis, em que o sujeito se submeta deliberadamente a um mundo distinto dele: a personalidade individual dificilmente suporta ser comandada por um sistema exigente e disciplinador. (HOLANDA, [1936] 1995, p. 155)

CAPÍTULO V: Um imaginário cordial e suas interações simbólicas

Nessa perspectiva e, em consonância com as questões levantadas, é possível considerar o manejo do conceito de cordialidade através de um prisma que evidentemente considera a formulação teórica presente na obra de Sérgio Buarque, a qual lhe confere estatura conceitual e em torno da qual se constituiu uma fortuna crítica, mas que, sobretudo, pode ser repensada se entrarmos pelo âmbito da cultura tencionada por uma problemática de época, modernista, na qual há a possibilidade de atravessar a obra de diferentes literatos, que são, por sua vez, produtos da cultura e que também parecem ter se dedicado às questões apresentadas.

Desse modo, pode-se apreender o conceito como contribuições de Sérgio Buarque e, no caso deste trabalho, de Mário de Andrade e Manuel Bandeira. No entanto, tal escolha metodológica também não descarta a viabilidade de que eventualmente seja possível encontrar em outros autores uma acepção cultural do termo cordialidade que também circundaria uma perspectiva de modernidade em uma acepção que não é anacrônica e ainda se mostra analiticamente produtiva.

Trazendo elementos de ordem sociológica que elucidam implicações da cordialidade apreendida como uma forma de *sociação*, e pensada aqui como conceito a ser problematizado em uma na dupla dimensão, solar e obscura, podemos observar um diálogo com a produção literária mencionada que, a um só tempo, emerge em suas dimensões formais e estéticas, mas também oferece um viés, numa linguagem que lhe é própria, de interpretação do cenário social que o circunda, incitando questionamentos acerca dos elementos constituintes dessa forma como nos relacionamos.

²⁵ Título em referência ao texto de Sérgio Buarque de Holanda, originalmente publicado na revista *Espelho*, Rio de Janeiro, em março de 1935. O texto em questão traz já um ano antes da publicação de *Raízes do Brasil*, em 1936, o adiantamento da discussão acerca da cordialidade e da “psicologia do nosso homem cordial”.

Sendo assim, esclareço, de antemão, que não pretendo tratar da maneira como estes literatos receberam *Raízes do Brasil*, tão pouco de suas assimilações do conceito de cordialidade, formulada necessariamente com o significado que aparece em Sérgio Buarque, mas, sim, nos aspectos que o compõem. Não há aqui uma suposição pré-estabelecida de diálogo entre os três autores, a exemplo de uma análise como espécie de “sociologia da recepção” de uma obra.

A intenção está na tentativa de compreensão de como os elementos da cordialidade podem ser vistos como matéria flexível à imputação de significado em diversas dimensões, sendo também uma delas a arte literária, mostrando como tal diálogo com o pensamento social brasileiro se torna profícuo para o debate acerca da modernidade inserida em um espaço imaginado e edificado simbolicamente sobre o país.

Por essa razão, minha problemática não está assentada na vida, trajetória geral ou biografia como fatores fundamentalmente determinantes na elaboração das indagações e resultantes da pesquisa. Não proponho esgotar todas as possibilidades de conexões contidas nas obras literárias e, assim, enfaixá-las. No entanto, por meio delas busco desvelar algum entendimento sobre certas manutenções sociais. A cordialidade relacionada com a literatura é conteúdo articulado como problema formulado pelo pesquisador e não condição para estes escritores.

“É ideia antiga que as obras literárias, independentemente dos tempos, conversem entre si, influenciando-se, numa comunidade imaginada. Direta ou vagamente, na história da literatura, articula-se a identificação de parentesco entre obras, ramificações entre movimentos ou escolas, filiações entre autores que, não raramente, jamais tiveram oportunidade de se conhecer e efetivamente conversar.” (CHAGURI; SILVA, 2014, p. 169).

Segundo Arnoni Prado (2015), justamente para Sérgio Buarque a vida do autor não é o critério mais relevante para a crítica. Ele apostaria na procura por um intermédio plausível para unir a forma como expressão estética e artística com a elaboração argumentativa, podendo ser cadenciado em um processo em comum. Isto é, acreditava em uma via de análise que priorizasse as “provocações e estímulos” acendidos pela obra naquele que a lê.

Retomando a relação posta por Foucault, inspirado em Kant e Baudelaire, é por meio do poeta, enquanto figura que considera a modernidade pelas lentes do “transitório”, do “fugidio” e do “contingente”; que o autor esbarra em uma ideia

contrária à da tal transitoriedade, que não está associada a uma percepção de tempo meramente definido como descontínuo.

Em contraponto, Foucault esteia-se em uma apreensão peculiar deste tempo, que envolve decisão e vontade, não para traçar uma atemporalidade, mas para direcionar a definição do movimento presente. Desse modo, a modernidade não configuraria a sensação simplificada de perceber tais vicissitudes do efêmero. Diversamente, seria um ato consistente em tornar o presente heroico.

Então, Foucault, mais uma vez partindo Baudelaire, alude à ideia de que o indivíduo moderno não é aquele que tem de descobrir-se, despir-se e expor-se a explorar a reserva de seu novo *ethos* desconhecido. Esse homem moderno, se heroifica na ironia que constrói na empreitada de construir a si mesmo, (re)inventar-se em um jogo de liberdade com o real. E talvez seja, nesse sentido, que resistimos à mudança, quase que com afeto escuso, não apenas da permanência de determinados aspectos de nosso tecido cultural, mas, sobretudo, da visão e interpretação cingidas sobre eles.

Em vista disso, elaborar essa fusão que culmina na história ou “ontologia do presente”, não remete necessariamente à análise desse tempo pautado em um passado que se edifica em sua continuidade nas formas contemporâneas. Esse passado, para Foucault, é mais do que ser ressignificado, é configurar-se extremamente crítico em relação ao presente, estabelecendo um prognóstico da atualidade sem pretender traçar esses encadeamentos firmados apenas de maneira contínua.

Pensando por este ângulo, *Raízes do Brasil* abre o caminho de um campo metafórico eminentemente amplo, que se constitui mais de dúvidas do autor, inerentes ao período, do que de assertivas finalistas sobre os rumos do país e da construção de suas instituições. Mesmo em sua tentativa mais célebre de diagnóstico sobre o homem cordial, este ainda não o fecha, ao contrário, reforça o vale de metáforas e símbolos.

E, nesta extensa planície que resta, categorias sociológicas podem auxiliar na compreensão de uma série de lacunas e indagações. De acordo com Pedro Meira Monteiro, tais “categorias não descansam em um ambiente assim”, e continua o autor: “e se desnaturalizam, no campo da linguagem e na constituição mesma de um ambiente de estudos legítimo e estimável” (MONTEIRO, 2015, *eBook*). Portanto, entre o que aponta Foucault e o que traz Pedro Meira Monteiro, é possível refletir sobre a ideia do “Brasil nenhum” que “existe” (ROCHA, 2000, p.17) relativa à existência de uma singularidade criada, acredito, até além das próprias aspirações de Sérgio Buarque. Interessante, então, seria questionar a ideia concebida na representação dos brasileiros

sobre o que somos nós mesmos e ver como as terminações tencionadas deste pensamento passam de modo nuclear ou, ao menos, tangenciando aquilo que definimos como cordialidade.

Nesse sentido, é uma reflexão que lembra o que aparece sustentado em *Raízes do Brasil* sobre o povo brasileiro ter aversão ao ritualismo, tomando como partido sua forma específica de convívio prontamente oposta à polidez. Assim, essa última poderia ser comparada a uma espécie de simulação ou defesa das próprias emoções individuais perante a sociedade. Posto isto é que se apreende o fato de o homem cordial posicionar-se, em certa medida, diante da vida em sociedade como quem se liberta do receio e, em alguns casos, até mesmo da angústia que sente em viver consigo mesmo, possuindo como suporte somente sua própria pessoa e sua própria existência²⁶. Desse modo, Sérgio Buarque afirma sobre o homem cordial: “(...) sua expressão é antes um viver nos outros. Foi a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: *Vosso mau amor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativo*” (HOLANDA, 1995, p. 147).

Não em absoluto, a espontaneidade inerente ao “temperamento” brasileiro chega a aceitar modos de reverência desde que não anulem a possibilidade de convívio mais familiar e supram o desejo de estabelecer intimidade. Essa ânsia por convivências mais próximas tem como exemplos, no campo da linguística, o frequente uso de palavras no diminutivo, visto que sua terminação tende a nos trazer para mais perto das pessoas ou objetos, ao passo que se sobressaem os sentidos próximos do coração.

Em meio a todas essas questões, Pedro Meira Monteiro evoca o enigma que sintetiza o espectro em volta do que ele chama de “identificação do signo nacional, da palavra Brasil” (MONTEIRO, 2015, *eBook*), uma alegoria refratária que é instigante e insuficiente e que, dentro de um imaginário moderno, não pode ser encarado apenas como um tempo transitório e fugido.

²⁶ Cf. SIMMEL, Georg. “O indivíduo e a liberdade”. In: SOUZA, J. e ÖELZE, B. (Org.). *Simmel e a modernidade*. op. cit., p. 109-117. Nesse caso, nota-se que esse isolamento individual tratado por Sérgio Buarque em contraposição ao homem cordial, é evidentemente distinto da chamada “cultura personalista”, caracterizada pela exaltação da autonomia da pessoa e, por isso, ligada ao patriarcalismo e à cordialidade, assim como é diferente do individualismo moderno, quantitativo e defensor da livre concorrência, oriundo do Iluminismo do século XVIII, produto do liberalismo racional. No entanto, parece se aproximar mais do individualismo qualitativo e romântico do século XIX, no qual houve a formação dos modos e estilos pessoais de vida nas grandes cidades, expressando as diferenças e, em muitos casos, causando isolamentos dos indivíduos em decorrência dos impactos da modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta perspectiva, até o fim da dissertação pretende-se buscar a relação entre os arranjos que aparecem em *Raízes do Brasil* e na literatura selecionada, no que se refere a esse próprio auto reflexo, sedimentando ou talvez consolidado de algum modo expressivo, sobre de nós mesmos. No entanto, mesmo que essa procura, já chamada de caráter ou identidade nacional, sentimento da terra ou íntimo²⁷, apresente toda uma potencialidade analítica, ela revela também uma debilidade, seu esfacelamento ou até fadiga frente a uma crítica que sobejamente nos cimentou apenas como desajustados e atrasados em relação a um relógio criteriosamente definido de uma maneira bastante arbitrária se chegamos à aguda relação entre “nós” e o “outro”: eles.

Tais contraposições que proponho analisar neste trabalho também ganham contribuições a partir dos estudos acerca da noção de rural e urbano apresentados por Élide Rugai Bastos e Mariana Chaguri (2015). As observações concentram-se sobre como esses aspectos acarretaram explicações distintas no que diz respeito à organização complexa do país. Segundo elas, as diferentes posições teóricas sobre democracia e direitos foram os elementos que serviram como substrato às compreensões posteriores assentadas nas ideias sobre moderno e modernização em nossa sociedade.

Apoiada nestas questões, consigo elucidar de maneira mais clara minha intenção em relação ao objeto literário. Quando trago poemas e Manuel Bandeira é porque, justamente, observo uma forte correlação com aquilo que venho chamando, até agora, de busca por nossa afirmação como brasileiros dignos de autenticidade, muitas vezes contraditória e encantada, e singularidades que vinham acompanhadas das expectativas características dos decênios de 1920 e 1930.

Já em Mário de Andrade, *Contos Novos*, parece colocar em xeque este mesmo adjetivo “novos” e faz com que seja possível a associação entre a costura e a condução de seus enredos com uma precisão que circunscreve esse dilema, o qual transita na órbita da transposição do rural e do urbano. Isto é, seriam teias que o escritor constrói, aparentemente, nos propondo a possibilidade de compreender um pouco dessa mentalidade inserida no âmbito da terra e da família que cria raízes robustas.

Desse modo, os antagonismos e consonâncias que advêm das distintas acepções dessas dicotomias centralizam um assunto, que até hoje, envolve o “direito à

²⁷ Cf. ASSIS, [1873] (1979), p.3

propriedade e à posse de terra” (BASTOS; CHAGURI, 2015, P.14) e isso significa transformá-lo em condição que classifica o que é diferente, algo que nos remonta a herança rural apontada por Sérgio Buarque.

Como categoria analítica, esta nos permite atuar, teoricamente, diante dos dilemas democráticos que atravessam os alicerces tanto de esferas políticas, em macroinstituições, quanto na esfera dos laços sociais, o que nos enseja a exceder aos, talvez, empoeirados e cansados elos de dependência crítica entre rural e urbano; arcaico e moderno; atraso e progresso. Assim como parece ser demonstrado, por exemplo, na relação de amizade desenvolvida em *Frederico Paciência*, um dos contos de Mário de Andrade escrito entre 1924 e 1943, os quais serão analisados minuciosamente nos próximos passos da pesquisa.

Tentar mover e reconduzir tais discursos parece proveitoso na medida em que, reposicioná-los na imersão do imaginário que construímos, abre saídas para as diversidades e variações, as quais não necessariamente têm sido vistas como adequadas. Portanto, adotando também a concepção (BASTOS; CHAGURI, 2015) de que “rural” ou “atraso” não são apenas contraposições simplistas dos padrões modernos, mas se constituem como conceitos a se considerar no exame de fenômenos sociais, políticos e culturais, é que reforço a tentativa de refutar as noções que desaninham uma série de localidades, nos mostrando e nos forçando a buscar compreender outras formações de processos de democratização não lineares.

Em vista deste debate, é possível dizer que é também por meio das palavras²⁸ e, de sua força capaz de oferecer possibilidades em que as diferentes expressões artísticas se reconheçam, que ocorre a composição de relações entre conteúdos passíveis de percorrer diversos autores e de contribuir para uma melhor compreensão das tensões que marcam este tema de pesquisa. Visivelmente as diferenças entre forma, estilo e tempo serão consideradas, porém, não como lugar primordial para designar e condicionar de maneira única o estabelecimento ou manifestação dessas relações.

Existe, então, a intenção de aproximar internamente o conteúdo social das obras. Põe-se em questão se tais expressões artísticas, concebidas provavelmente em um ideário de época, mesmo que em direções e formas distintas, possam indicar zonas de contato que dialoguem ou estabeleçam rompimentos perante as possíveis conduções que oferecem à ideia de constituição de um país moderno. Mobilizar o passado através

²⁸ Cf. Monteiro, 1999.

do presente crítico e com fundamentação sociológica é o que dá substrato e sentido ao processo de acionar a literatura como ferramenta interlocutora desse tema.

Tanto Sérgio Buarque quanto Manuel Bandeira e Mário de Andrade são autores que emergem sua escrita em meio, de fato, a uma transição social onde mundos que deveriam se substituir, deslocam-se de maneira irregular e lenta ao universo de uma nova gama de diretrizes. A organização e disposição de novos-velhos atores se misturam reordenando estes recintos que buscavam solidez, seja na realidade social, seja nas narrativas, em convergências ou paralelismos.

“Abolição e República instauram a nossa modernidade, de maneira incompleta e desigual, extremamente violenta e arbitrária, condicionando, assim, a maneira como os grupos sociais se relacionarão com uma memória coletiva daqueles processos e suas decorrências. Para uns, a memória é o ponto de partida da inteligibilidade do lugar social; para outros, é o que resta e tem de ser recuperado e reavivado.” (CHAGURI; SILVA, 2014, p. 172).

Sendo assim, pode ser possível dizer e pensar de modo semelhante acerca de haver uma questão que envolva a memória vinculada à cordialidade (que se deve também a aspectos ligados à escravidão, à herança rural e à nova noção de república), refletindo como esta se entrelaça na relação entre público e privado estabelecendo seus princípios e razões que sustentam um imaginário de identificação. Em *Mimesis* [1946] (1998), Erich Auerbach, articula tal conceito ao seu pensamento sobre forma literária não como imitação, mas como transposição de algo que é da ordem da cultura para a “realidade”, vida objetiva.

Mimesis não se configuraria como mimetização da vida, mas, sim, ressignificação, como representação, interpretação e transformação da realidade. Seria uma categoria ativa: algo da realidade que está encrustado na matéria literária. Ela não é reflexo e nem reprodução, porém a literatura incorpora algo da realidade que dá sentido a ela. O autor considera a possibilidade de experiências autor-personagem, não em uma perspectiva determinista, mas em uma compreensão em paralelo. Literatura não significaria um reflexo passivo, desse modo, assumindo nela uma construção social, que guarda uma relação com o seu contexto e formas históricas. Logo, ele a interpreta numa dimensão socialmente construída que oferece uma via de olhar daquela sociedade que nos ajuda a pensá-la.

Sendo assim, e partindo da analogia com o coração, a relação deste com o homem cordial, em *Raízes do Brasil*, adquire centralidade se há a pretensão de

compreender o dilema entre as esferas antagônicas: pública e privada. Entretanto, como já mencionado, esse mesmo coração é associado à violência e à marginalidade, possuindo habilidades de obscurecer conflitos sutis e densos simultaneamente. O meio urbano enfraquece o sentido antes dado pelo indivíduo dentro da proteção do âmbito familiar, e este sujeito vai se edificando com base em lacunas que se expressarão no desenvolvimento, sobretudo, de um tratamento próximo e afável entre desiguais, entre classes diferentes, num modo claro de escalonamento, mas confortável na justificativa simbólica e cordial de seu desterro.

Desse modo, o coração não é apenas órgão do nosso corpo, mas constituinte também do corpo do ensaio de Sérgio Buarque, quiçá, por isso, corpo e alma do Brasil componham seu primeiro título. Isso envolve a reflexão de uma representação que não é apenas espacial, devido à designação de seu ermo, mas ocupa espaço na mentalidade desses desterrados. Essa questão é importante para observar como a cordialidade se espalha como raiz em solo, sem dono, e não salta direto à sua relação com o Estado. Logo, pode-se pensar em um imaginário que procura algo necessário e inverossímil.

Vale lembrar que o conceito, em sua leitura baseada no senso comum, recai por vezes no romantismo que cerca a noção pacífica ou passiva de um povo miscigenado, e, por isso, receptivo à diversidade. Ao avesso dessa ideia de nação mesclada, o que Sérgio Buarque parece mesmo trazer à tona é a dificuldade do acordo coletivo tingido pela tinta de unidade nacional, isto é, sob o signo do que nos é típico, mas que em seu lado solar de apreensão de significa não se assegura. Que estas “raízes” se iniciem sem solo no início do livro não implica que a busca por essa singularidade seja a definição material que resulta no homem cordial. Homem este, antagônico por excelência e engenhoso.

E é sobre esse engendramento, que nos faz no presente retornar ao passado, é que tenho lançado um olhar crítico, pois a versão que essencializa não apenas o argumento político do livro, mas também a própria imagem de um Brasil em sua origem, advém mais de sua fortuna crítica do que uma pretensão de Sérgio Buarque, o qual rejeitava justamente um retrato imóvel do curso da história que se desenhava. Mesmo Pedro Meira Monteiro aponta que na obra de 1936 “há menos certezas que dúvidas, menos propostas que inquietações, menos esperanças que uma sinuosa, por vezes, simplesmente discreta melancolia” (MONTEIRO, 2015, *eBook*), o que é característico do ensaio enquanto forma, o qual suscita, desperta, fomenta, mas que no entanto não fixa resoluções como obrigação de ser.

É questionável, portanto, a imagem de total radicalismo político que persegue *Raízes do Brasil* e que atenua a contribuição da dúvida e tal questionamento se soma à compreensão do texto se este coração pulsar em outras ordenações também. Se a problemática, hoje, incide sob a linguagem, buscando o sentido e significado de Brasil, o que nos interessa está em remontar analiticamente aquilo que se revela neste lugar imaginado.

Por conseguinte, se hoje o Brasil se constitui ainda inconsistente ou que não existe, o que havia de latejante em Sérgio Buarque e na literatura que lhe empregava significado? O sentimento de pertencimento pressupõe, entre nós, o dualismo constante que coexiste como uma problemática teórica resignada à sensação de estar e não estar ao mesmo tempo. Desse modo, parece haver a busca incansável por uma ontologia do passado que desconsidera os arranjos forjados da atualidade, ou seja, a ontologia foucaultiana do presente.

Então, é dessa modernidade que consigo tratar em um contexto “cordial” amplo e também fazer sua transposição para a literatura. Essa heroificação da modernidade como instante presente e decisivo que nos classifica, poderia ser pensada, não exatamente como aponta Pedro Meira Monteiro (2015), em um ciclo que paradoxalmente desemboca em um novo reencantamento contínuo, mas pensá-la enquanto característica da modernidade brasileira, atravessada pela cordialidade, não ter se dado na mesma perspectiva de desencantamento como aquele descrito em termos weberianos.

Se for desconstruída essa problemática da via do desajuste, um pilar canônico se esvai e perde-se o sentido buscado até o momento presente da crítica sustentada. O nosso desencantamento moderno não se sustentou na racionalidade em dizer que não nos modernizamos, quase sempre foi pautado em aspirar modelos que não nos dizem respeito, portanto, heroífico meu presente “moderno” salientando que ele é inadequado apenas. Em seu lugar de resposta, deixo um vazio que é a brecha da ideia de um desencantamento não alcançado, na procura de um sentido próprio.

Por esse motivo, se a interrogação é fluida demais, mesmo quando tanto se fala em terra, para ser facilmente solúvel, parece restar somente a vazão da culpa referente à ausência de respostas completas pelo conformismo e esfarelamento do signo e de sua volubilidade supostamente inerente, assim, liquida-se o débito de nosso desterro. O desvio e a desordem marcam o dispositivo que ativa o imaginário nacional, sobretudo

no âmbito político, como se este substrato social pudesse manter-se inabalável e linear em contextos, a começar, colonizados como o nosso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, José Lindomar. “As fronteiras ibero-americanas na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *Análise Social*, nº 195, Lisboa, 2010.
- ANDRADE, Mário de. Aspectos da literatura brasileira. São Paulo: Martins, 1978.
- _____. *Contos Novos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação”. *Tempo Social*, São Paulo, vol.16, nº1, 2004.
- _____. “Trajetórias da Sociologia”. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.50, p. 100-107, junho/agosto 2001.
- ASSIS, Machado de. “Notícia da atual literatura brasileira - Instinto de nacionalidade”. In: _____. *Obra Completa, vol. III*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 4ª. edição, [1873] 1979.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis - a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, [1946] 1998, pp. 405-441.
- BANDEIRA, Manuel. *Libertinagem*. São Paulo: Global, 2013.
- BASTOS, Élide Rugai; CHAGURI, Mariana Miggiolaro. “A atualidade do rural”. In : *Lua Nova*, São Paulo, 95: 13-26, 2015.
- _____. “Atualidade do pensamento social brasileiro”. In: *Revista Sociedade e Estado* - Volume 26, numero 2, maio/agosto, 2011.
- _____; BOTELHO, André. “Para uma Sociologia dos Intelectuais”. In: *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.53, n. 4, 2010, pp.889- 919.
- _____. “Raízes do Brasil - Sobrados e Mucambos: um diálogo”. In: *Perspectivas*, São Paulo, v. 28, 2005.
- BENJAMIN, Walter. “Franz Kafka - a propósito do décimo aniversário de sua morte”. In: _____. *Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura (Obras Escolhidas I)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 7ª. edição, [1934] 1994.
- BEZERRA, Elvia. “Ribeiro Couto e o homem cordial”. In: *Revista Brasileira*, Fase VII, ano XI, nº 44. Rio de Janeiro, jul/ago/set de 2005.
- CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. “Contos de duas cidades”. In: *Perfis Buarqueanos: Ensaio sobre Sérgio Buarque de Holanda*, José Ricardo de Castro Caldeira (Org.), São Paulo: Fundação Memorial da América Latina: IMESP, 2005.
- _____. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

- _____. “Sérgio em Berlim e Depois”. *Vários Escritos* (3ªed.). São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. “Foucault e a noção de acontecimento”. In: *Tempo Social*, vol. 7, n.º. 1-2, outubro de 1995.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Michel Foucault. Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.
- CHAGURI, Mariana Miggiolaro; SILVA, Mário Augusto Medeiros da. “Sentidos da Crise: Literatura e Processos Sociais em Fogo Morto e Cidade de Deus”. In: *Lua Nova*, São Paulo, 91:169-197, 2014.
- COHN, Gabriel. “O Pensador do Desterro”. In: *Folha de S. Paulo - Caderno Mais!*. São Paulo, p. 10-10, 23 jun. 2002.
- EISENSTADT, Shumel. *Múltiplas Modernidades*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- FONSECA, Márcio Alves. “Max Weber, Michel Foucault e a história”. In: *Por uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1971*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, [1973] 2002.
- _____. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 2008.
- _____. *Aulas sobre a vontade de saber. Curso ministrado no Collège de France (1970-1971)*. São Paulo, Martins Fontes, 2014.
- _____. *Ditos & Escritos III. Estética: literatura e pintura, música e cinema*. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. *Do governo dos vivos. Curso ministrado no Collège de France (1979-1980)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- _____. Introdução. In: CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Boston, Reidel, 1978.
- _____. “Linguagem e Literatura”. In: Roberto Machado. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, [1964] 2000.
- _____. “O que o Iluminismo?”. Publicado originalmente em *Magazine Littéraire*, Qu'est-ce que les Lumières?, n.º 207, maio 1984, p. 35-39. (Retirado do curso de 5 de Janeiro de 1983, no Collège de France). Traduzido a partir de FOUCAULT, Michel.

Dits et Écrits. Paris: Gallimard, 1994, vol. IV, p. 679-688. por Wanderson Flor do Nascimento.

_____. *Segurança, território, população. Curso ministrado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2006.

GALVÃO, Walnice Nogueira. “Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *Estudos Avançados*, vol.15, nº42, São Paulo, mai/ago 2001.

HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a Letra - Estudos de Crítica Literária I*. Organização, introdução e notas de Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. “Corpo e Alma do Brasil”. In: *Sérgio Buarque de Holanda - ESCRITOS COLIGIDOS*. Organização, apresentação e notas de Marcos Costa. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011, Livro I.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Raízes do Brasil Edição Comemorativa 70 anos*; Org. Ricardo Benzaquen de Araujo & Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JR. SALLUM, Brasílio. “As Raízes do Brasil e a Democracia”. In: *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, vol.7, nº19, maio>agosto/2012.

KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo?”. In: *A Paz Perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2004, pp. 19-59.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. (Org.). *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: Correspondência*. São Paulo: Companhia das Letras: Instituto de Estudos Brasileiros: Edusp, 2012.

_____. “Sérgio Buarque de Holanda e as palavras: uma polêmica”. In: *Lua Nova*, n.48, pp.145-159, 1999.

_____. “*Signo e Desterro: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil*. São Paulo: Hucitec Editora, 2015, versão eletrônica (*eBook*).

MORAES, Marcos Antonio (Org.). *Correspondência: Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros: Edusp, 2012.

MURICY, Katia. “O heroísmo do presente”. In: *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 31-44, outubro de 1995.

PAULA, Marília de. *O Estrangeiro e o Aventureiro nas raízes do Brasil: a emergência de tipos simmelianos na obra de Sérgio Buarque de Holanda: Relatório Final de Iniciação Científica apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo*, São Paulo, 2013.

PRADO, Antonio Arnoni. *Dois letrados e o Brasil nação: A obra crítica de Oliveira Lima e Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora 34, 2015.

_____. “Raízes do Brasil e o modernismo”. In: CANDIDO, Antonio (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

POULY, Marie-Pierre. “Proust ethnographe et policier symbolique: diffusion de l’anglais et maintien des écarts linguistiques”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 188, 2011/3.

REYES, Afonso. “El Hombre Cordial, producto americano”. In: *Monterrey: Correo Literario de Alfonso Reyes*. México. nº8, de março de 1932, p. 3

RICARDO, Cassiano. “O homem cordial”. In: *O homem cordial e outros pequenos estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: MEC, 1948.

ROCHA, João Cezar de Castro. “Brasil nenhum existe”. In: *Folha de S. Paulo - Caderno Mais*. São Paulo, p. 17-17, 09 jan. 2000.

_____. *Literatura e cordialidade: O público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André (Organizadores). *Um Enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. “Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 82, p. 11-16, 2011a.

_____. “Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 82, p. 139-159, 2011b.

SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34, 2000.

_____. “Nacional por subtração”. In: *Que horas são?: Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. “Um princípio formal” e “A matriz prática”. In: *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, [1990] 2000.

SIMMEL, Georg. “As grandes cidades e a vida do espírito”. In: *Mana*. Vol.11, nº 02. Rio de Janeiro, oct. 2005.

_____. “O indivíduo e a liberdade”. In: SOUZA, J. e ÖELZE, B. (Org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB, 1998.

_____. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SÓFOCLES. *Édipo Rei*. Porto Alegre, L&PM, 2013.

TEIXEIRA, Ana Lúcia. *Modernidades em Confronto: as literaturas modernistas brasileira e portuguesa*: Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VILLAS BÔAS, Gláucia. *Mudança provocada - passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WAIZBORT, Leopoldo. *As Aventuras de Georg Simmel*: Editora 34, São Paulo, 2000.

_____. “Erich Auerbach sociólogo”. In: *Tempo Social*, vol. 16, nº. 1, São Paulo, junho/2004, pp. 61-91

_____; GOLDFEDER, André. “Sobre os ‘tipos’ em *Raízes do Brasil*”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 49, 2009.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. 1.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.vol.1.

ANEXO: Levantamento Bibliográfico

AGUILAR FILHO, H.; FONSECA, P. “Instituições e Cooperação Social em Douglass North e nos intérpretes weberianos do atraso brasileiro”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 41, 2011.

AVELINO FILHO, George. “Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.5, nº12, [1987] 1990.

BOTELHO, André. “Passado e futuro das interpretações do país”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, 2010.

_____; BRASIL JR., Antonio. “Das sínteses difíceis: cordialidade, espírito de clã e o Estado-nação no Brasil”. *Revista Matiz*, São Paulo, v. 1, n.1, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Relendo Raízes do Brasil”. São Paulo, janeiro 2000. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/00-71.RelendoRaizesDoBrasil-Holanda.pdf>

CANDIDO, Antonio. “A visão política de Sérgio Buarque de Holanda”. In: Antônio Cândido (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

COSTA, Walter Carlos. “Antonio Candido: crítica e cordialidade”. In: *Revista Letras*, PPGL/UFSM, Florianópolis, nº32, mai/2007.

COSTA, Sérgio. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 3, 2014.

DECCA, Edgar Salvadori. As Metáforas da identidade em *Raízes do Brasil*: decifra-me ou te devoro. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, Jul/Dez 2006

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In: Antônio Cândido (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. “Cordialidade e Familismo Amoral: os dilemas da modernização”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.13, nº36, fev/1998.

FAORO, Raymundo. “Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras”. In: Antônio Cândido (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

FELDMAN, Luiz. “Um clássico por amadurecimento: *Raízes do Brasil*”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 28, nº82, 2013.

_____. “Organizar a Desordem: *Raízes do Brasil* em 1936”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 4, 2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Cordialidade e estrangeirice: da relação ao outro”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 6, n. 2, maio-ago. 2011.

MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. “Sergio Buarque de Holanda e as palavras: uma polêmica”. *Lua Nova*, nº48, 1999b.

_____. “As Raízes do Brasil em O espelho de Próspero”, in B. H. Domingues e P. L. Blasenheim (orgs.), *O código Morse: ensaios sobre Richard Morse*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

PAULA, Marília de. *O Estrangeiro e o Aventureiro nas raízes do Brasil: a emergência de tipos simmelianos na obra de Sérgio Buarque de Holanda: Relatório Final de Iniciação Científica apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo*, São Paulo, 2013.

PERES, Paulo. “A cordialidade Brasileira: um mito em contradição”. *Em Debate*, Belo Horizonte, v.6, n.4, ago. 2014.

ROCHA, João Cezar de Castro. “Brasil nenhum existe”. In: *Folha de S. Paulo - Caderno Mais*. São Paulo, p. 17-17, 09 jan. 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Sérgio Buarque de Holanda e essa tal de “cordialidade”. *Revista Ide*, São Paulo, vol.31, nº146, jun/ 2008.

SILVA, Renato. O “mulato” e “homem cordial”: as raízes do espaço público no Brasil. *Revista Magistro*, PPGLCH/UNIGRANRIO, Rio de Janeiro, vol.2 n.1 2010.

SOUZA, Ricardo Luis de. “As raízes e o futuro do homem cordial segundo Sérgio Buarque de Holanda”. *Caderno CRH*, Salvador, vol. 20, nº50, mai/ago 2007.

TAVOLARO, S. B. “A Tese da Singularidade Brasileira Revisitada: Desafios Teóricos Contemporâneos”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 3, 2014.

WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, 1936”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.26, nº76, jun/2011.

WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. 1.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

_____. “Um ensaio entre o passado e o futuro”. In: S. B. de Holanda, *Raízes do Brasil*, R. B. de Araújo e L. M. Schwarcz (eds.), São Paulo: Companhia das Letras, 2006.